

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social

Lucas Bernardo Dias

A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

– percursos sobre a regulamentação do métier –

Rio de Janeiro

2017

LUCAS BERNARDO DIAS

A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

– percursos sobre a regulamentação do métier –

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Soraya Silveira Simões.

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

D541p Dias, Lucas Bernardo
 A Prostituição no Brasil: percursos sobre a
 regulamentação do métier / Lucas Bernardo Dias. --
 Rio de Janeiro, 2017.
 190 f.

 Orientadora: Soraya Silveira Simões.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade de
 Direito, Instituto de Economia, Instituto de
 Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel
 em Gestão Pública Desenvolvimento Econômico e
 Social, 2017.

 1. Prostituição. 2. Políticas Públicas. 3.
 Identidade Política. 4. Justiça. 5. Cidadania. I.
 Simões, Soraya Silveira, orient. II. Título.

LUCAS BERNARDO DIAS

A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

– percursos sobre a regulamentação do métier –

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel.

Aprovado em: 29 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Soraya Silveira Simões (Orientadora)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Laura Rebecca Murray
Instituto de Medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por te me concedido o maior presente deste mundo, a vida. E também aos meus familiares, em especial à minha mãe Maria e ao meu pai Josino, que apesar de todas as dificuldades sempre estiveram ao meu lado, não medindo esforços para que eu e meu irmão continuássemos a estudar. Esta dedicatória destina-se também à ilustre Professora e nobre amiga Soraya Silveira Simões pela grande amizade constituída ao longo desta pesquisa e por ter sempre acreditado no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Enfim, mais um ciclo se encerra. Portanto, chegada a hora mais difícil deste trabalho – escrever sobre aqueles que de certa forma contribuíram diretamente ou indiretamente para esta realização. Logo, não poderia esquecer de agradecer estas pessoas que, de alguma maneira, participaram deste processo edificante, ou seja, na criação desta “estória”. É o momento de se pagar as dívidas materiais, morais, espirituais e todas as amizades constituídas ao longo desta trajetória. Agradecer é demonstrar carinho, respeito, consideração e gratidão a todos que me apoiaram e ajudaram na construção deste empreendimento, e que estiveram sempre presentes durante este processo, na amizade, na alegria e na tristeza, “nos dias de luta e nos dias de glória”.

Acerca da pesquisa, primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora e estimada amiga Soraya Silveira Simões pela oportunidade e por ter me proporcionado momentos únicos ao estudar este complexo assunto.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR pelo apoio institucional e financeiro ao longo destes anos.

Aos integrantes e ex-integrantes do Observatório da Prostituição – OdP e do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro: Ao Thaddeus Gregory Blanchette, Ana Paula da Silva, Laura Rebecca Murray e ao grande colega José Gonçalo Zúquete pelos trabalhos de campo na noite carioca.

Ao Flavio Cruz Lenz Cesar, à Gabriela Silva Leite (In Memoriam). Sem eles esta magnífica história não teria acontecido. Agradeço também pela coragem, dedicação, pioneirismo e determinação à frente da ONG Davida e da grife Daspu.

À Rede Brasileira de Prostitutas – RBP, à Maria de Lourdes Barreto e a todas as profissionais integrantes desta organização, que foram bastante abertas e solícitas em relação à pesquisa deste trabalho.

Ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ e a todos os seus colaboradores, por estarem sempre disponíveis, acessíveis e solícitos em relação à consulta do acervo da ONG Davida.

A respeito das realizações pessoais, gostaria de agradecer primeiramente meus pais, por terem me apoiado ao longo de todas as adversidades e dificuldades que sofri para chegar até aqui.

Agradeço também aos meus melhores amigos que conheci neste magnífico universo acadêmico: Mauro Ferreira Paes, Carla Silva Vieira, Leonardo Felipe Muniz dos Santos, Danilo de França, Max Nepomuceno dos Santos e Karoline Galvão Bastos, pela amizade e lealdade desde os primeiros anos da graduação.

Também não posso me esquecer daqueles colegas que também, de certa forma, contribuíram na formação deste que escreve: Marco Aurélio Barcellos Xavier, Wellington Brito da Silva Xavier, Luiz Eduardo Brandão, Italo Otavio da Silva de Paula, William Sergio Antunes de Campos, Erika Cristina de Souza Nascimento, Amanda Camelo Freires, João Carlos Accácio Gomes, Raul Nicácio dos Santos, Raphael Moraes da Rosa, Affonso Clavé Gomes, Elvis Riberto Brum, Alexandre de Abreu, Samuel Lourenço Filho, entre outros.

Agradeço imensamente ao corpo docente do GPDES: Soraya Silveira Simões, Pedro Novais de Lima Junior, Maria Julieta Nunes, Orlando dos Santos Júnior, Cristina Ayoub Riche, Carlos Bernardo Vainer, Cláudia Ferreira da Cruz, Fernanda Filgueiras Sauerbronn, Maria Aparecida Abreu, Claudia Ribeiro Pfeiffer, Daniel Negreiros Conceição, Viviane Maria Bastos de Malafaia, Maria Mello de Malta e demais professores, pelo ótimo relacionamento ao longo da graduação e por ter me ajudado a se tornar uma pessoa melhor.

Ao antigo corpo técnico-administrativo do GPDES: Viviane Penso Magalhães e Márcia Malaquias Braz.

Neste contexto também não poderia me esquecer do lado profissional, por isso agradeço imensamente à Secretária Municipal de Cultura, em agradecimento especial à Comissão Carioca de Promoção Cultural e a todos os seus colaboradores, por ter me proporcionado, ao longo dos últimos dois anos, uma maravilhosa experiência

laboral, no qual me ajudou a me tornar um profissional mais consciente e capacitado para a “escola da vida”.

Também agradeço a mim mesmo, por ter acreditado em tudo, que apesar de todas as dificuldades, vivenciadas durante este período, nunca me deixei abalar por isso. A vida é feita de escolhas, estas podem ser boas ou, também, não muito boas. Isso somente depende de nós. Arrependimento? Talvez, as coisas poderiam ser mais fáceis ou até melhores, entretanto, não seria dado o mesmo valor como está sendo atribuído a esta conquista. A vida é feita de reflexão. Somente eu tenho a consciência de tudo que passei e tudo que vivi para chegar até aqui. É o fim de uma etapa, porém é o início de uma nova jornada que este surpreendente destino poderá me oferecer.

Por fim, independente de religião, agradeço a Deus, o Todo Poderoso, por ter me dado forças para superar todos os obstáculos frente a conclusão deste trabalho.

*“Quero dizer agora o oposto do que eu disse
antes*

*Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada
sobre tudo...”*

(Raul Seixas)

RESUMO

A relação entre prostituição e poder público é marcada por diversas controvérsias, avanços e retrocessos. Seguindo uma lógica de análise baseada a partir de uma perspectiva sociológica do conflito, o presente trabalho tem como principal objetivo apresentar uma discussão muito além de algumas já traçadas versões históricas, também aqui consideradas, propondo uma reflexão crítica acerca do debate sobre as principais reivindicações deste movimento social – o movimento brasileiro de prostitutas – com ênfase nos estudos produzidos e das práticas adotadas e das atividades elaboradas no campo acadêmico, em consonância com as iniciativas do legislativo e as atuações do executivo e do judiciário em relação ao objeto em estudo. Foi pretendido, enfim, levantar algumas das questões que vêm sendo abordadas no âmbito dos desafios inerentes ao processo de formulação e implementação de ações e iniciativas destinadas à categoria, em especial aquelas concernentes ao processo de afirmação da existência dos sujeitos e, com eles, das mais fundamentais prerrogativas da “humanidade”: a manifestação dos desejos, da dignidade, da autonomia pessoal e, por conseguinte, a existência da diversidade, evidenciando-os com os principais fatores, teóricos e empíricos, que norteiam os rumos deste complexo contexto de luta por cidadania e justiça. Iniciaremos assim as discussões em torno das demandas e representações do movimento brasileiro de prostitutas e o que estas permitem ressaltar sobre os avanços e retrocessos da democracia brasileira na atual conjuntura. A relevância desta proposta torna-se um importante instrumento para a produção do conhecimento, mas desde que este venha sempre acompanhado por uma reflexão crítica e, antes, de sua possibilidade.

Palavras-Chave: Prostituição. Políticas Públicas. Identidade Política. Justiça. Cidadania.

ABSTRACT

The relationship between prostitution and public power is marked by various controversies, advances and setbacks. Following a logic of analysis based on a sociological perspective of the conflict, the main objective of this paper is to present a discussion well beyond some historical versions, also considered here, proposing a critical reflection on the debate about the main claims of this conflict Social movement - the Brazilian prostitute movement - with emphasis on the studies produced and the practices adopted and the activities elaborated in the academic field, in consonance with the initiatives of the legislature and the actions of the executive and the judiciary in relation to the object under study. It was intended, finally, to raise some of the issues that are being addressed within the scope of the challenges inherent in the process of formulating and implementing actions and initiatives aimed at the category, especially those concerning the process of affirming the existence of the subjects and, with them, of the More fundamental prerogatives of "humanity": the manifestation of desires, dignity, personal autonomy and, therefore, the existence of diversity, evidencing them with the main theoretical and empirical factors that guide the course of this complex context of struggle By citizenship and justice. We will begin the discussions about the demands and representations of the Brazilian prostitute movement and what they allow us to highlight about the advances and setbacks of Brazilian democracy in the current conjuncture. The relevance of this proposal becomes an important instrument for the production of knowledge, but provided that it is always accompanied by a critical reflection and, before, its possibility.

Keywords: Prostitution. Public policy. Political Identity. Justice. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelos Jurídicos em relação à Prostituição.	46
Figura 2 – Gráfico: regimes legais da prostituição por país.	52
Figura 3 – Polícia de Costumes: Década de 1950.	57
Figura 4 – Visita da Rainha Elizabeth II (1968): Tapumes escondem a “zona”.	57
Figura 5 – Episódio do “Prédio da Caixa” em Niterói-RJ.	61
Figura 6 – Fechamento do Balcony Bar em Copacabana.	61
Figura 7 – Relatório sobre megaeventos da GAATW.....	62
Figura 8 – Manifestações na noite Paulistana.	68
Figura 9 – Gabriela Leite.....	70
Figura 10 – 1º Encontro Nacional de Prostitutas.	78
Figura 11 – Cartaz do Evento: “O Manguê Resiste”.	81
Figura 12 – Capa da edição piloto do Beijo da Rua.	82
Figura 13 – Classificação Brasileira de Ocupações.....	87
Figura 14 – PL de legalização do métier.	91
Figura 15 – Cartazes da campanha do Ministério da Saúde.	98
Figura 16 – Campanha publicitária da associação irlandesa TOBL.....	159
Figura 17 – Infográfico: Composição da Câmara dos Deputados.....	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação Brasileira de Ocupações: CÓDIGO 5198-05.	87
Tabela 2 – CBO: Profissionais do Sexo.	88
Tabela 3 – Câmara dos Deputados: Projetos de Lei relativos à prostituição.	100
Tabela 4 – PLs que buscam a criminalização da prostituição.	107
Tabela 5 – Comparativo de Países – Modelos Regulamentaristas.....	154
Tabela 6 – Comparativo CP x PLS nº 236/2012.....	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Anistia Internacional
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (acrônimo do inglês <i>Acquired Immunodeficiency Deficiency Syndrome</i>)
Art.	Artigo
CATW	<i>Coalition Against Trafficking in Women</i> (Coalizão Contra o Tráfico de Mulheres, uma ONG internacional)
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CUTS	Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
DH	Direitos Humanos
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EUA	Estados Unidos da América
Eurostat	Serviço Estatístico da Comissão Europeia
GAATW	<i>Global Alliance Against Traffic in Women</i> (Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres, uma ONG internacional)
GCHIV	<i>Global Commission on HIV and the Law</i> (Comissão Global sobre HIV e a Lei)
GEMPAC	Grupo de mulheres prostitutas do Estado do Pará
GPDES	Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social

HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana (acrônimo do inglês <i>Human Immunodeficiency Virus</i>)
ICPR	International Committee for Prostitutes' Rights (Comité Internacional para os Direitos das Prostitutas)
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
INC	Indicação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
ISER	Instituto de Estudos da Religião
MBP	Movimento Brasileiro de Prostitutas
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PEPFAR	<i>The U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief</i> (Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Alívio da AIDS)
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei

PLS	Projeto de Lei do Senado
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PRA	<i>Prostitution Reform Act</i> (Lei da Reforma da Prostituição)
ProstG	<i>Prostitutionsgesetz</i> (forma abreviada de <i>Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten</i>) – Lei da Prostituição (Alemanha)
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TOBL	<i>Turn Off the Blue Light</i> (associação de trabalhadoras do sexo da Irlanda)
TORL	<i>Turn Off the Red Light</i> (campanha para acabar com a prostituição e o tráfico sexual na Irlanda)
UE	União Europeia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i> (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PROSTITUIÇÃO: UMA HISTÓRIA COM MUITAS VOZES.....	24
2.1	Apresentação	24
2.2	Desmistificando o Métier.....	25
2.3	Uma história sem fim	27
2.4	Opinião Pública.....	33
3	A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL	40
3.1	Acordos Internacionais	40
3.1.1	Convenção de Nova York.....	40
3.1.2	Protocolo de Palermo	43
3.2	Direito Comparado.....	45
3.2.1	Regulamentarismo	46
3.2.2	Proibicionismo	48
3.2.3	Abolicionismo	48
3.2.3.1	Neoabolicionismo: Um novo modelo de abolicionismo	49
3.3	A Prostituição no Brasil.....	53
3.3.1	Megaeventos.....	58
4	IDENTIDADE COLETIVA: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO.....	64
4.1	Assunção de Um Movimento Internacional	64
4.2	Gênese do Movimento Brasileiro de Prostitutas	66
4.2.1	Gabriela Leite: A Liderança Emblemática	69
4.2.2	Democratização e Participação Popular	71
4.3	A Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM).....	72
4.4	A Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Carta de Princípios	77
4.5	Parcerias Governamentais	84
4.6	Reconhecimento Ocupacional	86
4.7	A regulamentação como debate político.....	90
5	O MOVIMENTO BRASILEIRO DE PROSTITUTAS E O ESTADO	95
5.1	Cenário Sócio-Político	96
5.1.1	Poder Executivo	96
5.1.2	Poder Legislativo	99
5.1.2.1	Neoabolicionismo Brasileiro.....	103
5.1.2.2	Ameaças à CBO	109

5.1.3	Processos e retrocessos	113
5.1.4	Poder Judiciário	114
5.1.4.1	Legal ou ilegal?	115
5.2	Regulamentação Profissional: Reflexões de um diligente processo..	117
5.2.1	PL Gabriela Leite	121
5.2.2	Uma profissão como outra qualquer?	123
5.2.3	Políticas Públicas	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICES	150
	APÊNDICE A – PAÍSES REGULAMENTARISTAS	150
	APÊNDICE B – PAÍSES PROIBICIONISTAS	155
	APÊNDICE C – PAÍSES ABOLICIONISTAS.....	158
	APÊNDICE D – ONDA GLOBAL: ORGANISMOS INTERNACIONAIS	160
	ANEXOS.....	174
	ANEXO A – Projetos de Lei voltados à criminalização da prostituição.....	174
	ANEXO B – Projetos de Lei voltados à regulamentação da prostituição.....	176
	ANEXO C – Título VI, Capítulo V do Código Penal	180
	ANEXO D – NOVO CÓDIGO PENAL: Título VI, Capítulo V.....	182
	ANEXO E – Carta Mundial pelos Direitos das Prostitutas	185
	ANEXO F – Carta de Princípios da RBP.....	189
	ANEXO G – Infográfico: Atual Composição da Câmara dos Deputados	190

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, assim como outras produções acadêmicas baseadas neste assunto, não pretende promover um posicionamento de caráter messiânico, baseado em doutrinas salvacionistas que buscam apoiar o discurso de vitimização dos principais atores da atividade em questão – as prostitutas, cortesãs, garotas, messalinas, mulheres, profissionais do sexo, trabalhadoras sexuais e tantas outras denominações dadas àquelas que estão inseridas neste expediente, rotineiramente ou esporadicamente. Nosso principal objetivo é entender, de forma dinâmica, mais do que algumas facetas que englobam este fenômeno urbano – a Prostituição –, as condições de surgimento e mobilização de um movimento social. Portanto, buscamos assim evidenciar a emergência de um protagonismo social e sua atuação nas mais variadas “arenas públicas” (CEFAÏ, 2011).

É preciso destacar que, apesar de influenciado pela grande heterogeneidade de maneiras, modos e formas pelos quais este *métier* se organiza – não tão somente marcado pela já bastante conhecida relação de troca de sexo por dinheiro, mas englobando as suas mais variadas agendas, agências e agentes – este trabalho, assim como tantos outros de cunho acadêmico, possui suas limitações. Neste sentido, no intuito de expor uma proposta mais modesta, buscou-se restringir a uma das mais clássicas e já bastante conhecida modalidade: a prostituição feminina. Não à toa, foram prostitutas – mulheres – que iniciaram esse movimento de luta por reconhecimento, o que já mostra o contexto também generificado e de precarização das condições de existência de mulheres, prostitutas, nas mais variadas cidades e contextos onde exercem essa ocupação. Entretanto, considerando a grande importância deste assunto, não somente para o campo das Ciências Sociais¹, mas para toda a sociedade, de modo geral, temos como intuito apresentar a sucessão de empoderamento e (re)afirmação social de uma categoria “estigmatizada” (GOFFMAN, 1980) por sua própria identidade. Assim, buscou-se revelar uma dinâmica de discussão que vai muito além de uma certa perspectiva histórica, evidenciando a formação de arenas de debate no que tange a formulação e implementação de

¹ Isto é, englobando também as Ciências Sociais Aplicadas e, conseqüentemente, os cursos de Gestão Pública, Políticas Públicas, Planejamento Urbano, entre outros de áreas correlatas.

políticas públicas, tendo em especial atenção a sua possível regulamentação laboral, além de seus desafios e contradições ao longo deste percurso.

É inegável que a presente produção acadêmica foi marcada por grandes dilemas, desde a sua concepção como Trabalho de Conclusão de Curso, onde pessoas próximas apresentavam certa descrença em relação ao tema e ao objetivo proposto, até a sua finalização, no qual foi aberto espaço para novos questionamentos em relação à prostituição, que, apesar de concernentes, fogem daquilo que foi inicialmente definido para esta monografia.

A reflexão que este trabalho propõe teve início em 2014, quando fui convidado a participar do projeto organizado pela Professora Soraya Simões, em conjunto com o recém-criado Observatório da Prostituição. Naquele momento, assim como a grande maioria das pessoas ditas como “comuns” (GOFFMAN, 1980), vi aquilo como algo totalmente diferente de todas as experiências vivenciadas ao longo da vida e também daquelas presenciadas no curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES). Ao aceitar a proposta, busquei estudar e desmistificar um tema ainda considerado por muitos como um “mito”, um “tabu”, um ambiente totalmente novo, inexplorado, onde, no campo popular, a idealização da figura da prostituta, assim como Leila Barreto² uma vez afirmou, “estaria numa posição análoga a de um ser mitológico”. Este é um dos mais diferentes conceitos utilizados para retratar algo ainda considerado bastante incomum por uma grande parcela da sociedade brasileira contemporânea, no qual, em pleno Século XXI, valores pautados por anacronismo, baseados em princípios morais conservadores, são replicados pela “opinião pública”³ (BOURDIEU, 2003), assumindo um tom de verdade em relação aos fatos.

² Leila Barreto é filha da prostituta e ativista pelos direitos das profissionais do sexo Lourdes Barreto. Atualmente coordena o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), no qual sua mãe é presidente e fundadora. Sua contribuição como a afirmação acima foi idealizada numa conversa informal em que pesquisadores do Observatório da Prostituição estavam presentes, numa tarde de 2015 no IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais; Cf. BARRETO, Leila. **Prostituição, a história recontada**: Transas sociais e institucionais em Belém. 2016. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

³ Cf. Item “1.4 Opinião Pública” do presente trabalho.

Os conselhos de Gabriela Leite⁴, em sua última coluna publicada no *Beijo da Rua* em abril de 2012, me auxiliaram a nortear os caminhos a serem seguidos a partir da investigação da complexidade do *métier* e de seus atores, “como parte e criação da mesma sociedade que estigmatiza e discrimina”, buscando assim novas formas de pensar acerca do assunto, com o intuito de “avançar e sair da mesmice da hipocrisia”.

Com isso o trabalho me fez presenciar este fenômeno de uma forma diferente, diferente daquilo que antes estava acostumado a ouvir do senso comum⁵, entendendo o “outro lado da moeda” de uma relação entre pesquisadores e pesquisados, entre o ativismo e a pesquisa, num campo onde interação e no qual influem com uma ótica – a dos “profissionais do sexo” – totalmente diferente daquela oficialmente divulgada. Fez-me entender e respeitar o movimento de forma proativa e democrática. Nesta experiência acabei por descobrir as falácias impostas por uma sociedade falso-moralista, alocando certos grupos às suas margens, através da repressão e discriminação.

Em tempos de democracia, liberdade de expressão e de associação, a prostituição no Brasil ainda é tratada de forma indiferente, onde, no sentido oposto a luta por reconhecimento⁶ e afirmação social, de forma antagônica, certos movimentos buscam de todas as maneiras o seu veto, tentando abolir de uma só vez esta prática, como será evidenciado nos próximos capítulos. Há de considerar que a prostituição, no País, não é uma atividade proibida. Contudo, ela se encontra às margens de uma linha tênue entre o ilegal e o imoral, sendo assim, considerada, por muitos, algo banal.

Como defensor das liberdades individuais considero de livre arbítrio a pessoa decidir por si, mesmo, ou melhor, sobretudo quando a questão que esteja em pauta

⁴ Cf. LEITE, Gabriela. Aos pesquisadores. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, Dez. 2014. Colunas da Gabi, p. 28.

⁵ Pois é um dos grandes desafios para os pesquisadores, no qual o preconceito e o estigma são fatores que muitas vezes foge do controle, sendo assim, natural, algo inerente ao ser humano.

⁶ Cf. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p.

seja o próprio corpo. Mas, para tanto, o indivíduo deverá estar com alta autoestima, em harmonia consigo.

O reconhecimento ocupacional da prostituição⁷ foi um importante passo ao regaste da cidadania, abrindo espaço para reivindicações que buscam a redução de certas vulnerabilidades daqueles que pertencem a este meio. Outras iniciativas influem neste processo de formação de uma “identidade política” (SIMÕES, 2010a), buscando “afastar o estigma e o discurso vitimizado instituído no espaço público”.

Aprofundando o assunto, numa análise histórica correlacionada à atual conjuntura política e social, o presente trabalho tem por objetivo – além de acompanhar a trajetória de formação do movimento de luta pelo reconhecimento do *métier* – revelar a segregação promovida pela “inexistência” de políticas públicas destinadas à atividade, seu histórico de controle e repressão e, mais recentemente, o debate em relação à sua regulamentação profissional.

Através das pesquisas bibliográficas, das observações em campo, como as realizadas durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, do levantamento historiográfico realizado em acervos particulares e arquivos públicos, foi possível descrever a trajetória e o contexto plural de luta no qual a ocupação em estudo se encontra envolvida, destacando suas reivindicações em prol de sua (re)afirmação social.

O ambiente de estudo, assim como a própria matéria em questão, foi decisivo para os resultados desta produção. Rico em conhecimento eclético e diversificado, envolveu os mais diversos campos de estudo, englobando desde as Ciências Sociais até a Gestão Pública. Isso fez criar uma pluralidade de pensamentos acerca do assunto. Os acontecimentos ocorridos ao longo da pesquisa são exemplos concretos destas interações, que, por sinal, foram bastante proveitosas. Seguindo esta lógica, no intuito de buscar um melhor entendimento para o leitor em relação ao tema proposto, o presente trabalho foi organizado em quatro capítulos, conforme detalhado a seguir:

⁷ Cf. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

No primeiro capítulo apresento, de forma ampla, uma análise acerca da prostituição como um fenômeno urbano, presente em todos os tempos. Seguindo este raciocínio, pretendo desmistificar o assunto, retratando um breve quadro histórico e uma reflexão acerca da dinâmica *Mainstream* e suas considerações em relação à questão.

No segundo capítulo é dada ênfase ao estudo do fenômeno contemporaneamente, em âmbito internacional, apresentando o seu tratamento político-jurídico, as diferentes implicações de cunho legislativo e sua aplicabilidade. Em relação à sociedade e ao Estado brasileiro, buscamos expor as formas e modos como tal fenômeno é encarado, retratando, neste bojo, a realização, mais recentemente, dos megaeventos e suas consequências.

No terceiro capítulo é dedicada atenção a formação de uma identidade política a partir do associativismo originário das primeiras ondas reivindicatórias surgidas na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos da América (EUA), enfatizando a luta por reconhecimento e (re)afirmação social e na busca por direitos e cidadania. Nesta condição ímpar, é apresentada a constituição do Movimento Brasileiro de Prostitutas (MBP), a atuação da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) junto às trabalhadoras sexuais e a sua importância na formação deste sujeito coletivo, a realização do I Encontro Nacional de Prostitutas e o surgimento de associações regionais em defesa da categoria, que mais tarde se reuniram para a formação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Em seguida, é salientada a criação do Jornal Beijo da Rua – relevante meio de comunicação da categoria – e as parcerias governamentais que acabaram implicando no reconhecimento da prostituição como categoria ocupacional via Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e, posteriormente, na abertura do debate político acerca da regulamentação laboral.

Já no quarto capítulo do presente trabalho, busca-se apresentar o tratamento da prostituição na esfera pública, evidenciando a sua atuação no cenário político nacional, os posicionamentos do poder executivo, judiciário e a atividade legislativa em relação à matéria, expondo a questão da regulamentação laboral e o livre acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, através de Projetos de Lei que têm por fim tais objetivos. Com isso, é revelado um jogo de poder, no qual o debate sobre a regulamentação profissional se encontra em pauta, marcado por uma grande

incompatibilidade de ideias, impossibilitando, assim, um consenso em curto prazo. Ao final deste capítulo, é apresentada uma reflexão acerca da gestão pública e os principais desafios para implementação de políticas para o desenvolvimento econômico e social deste ofício.

Como conclusões, buscamos fazer uma análise macro em relação à conjuntura e os principais desafios em que a prostituição – hoje inserida num contexto sociopolítico marcado por grandes divergências ideológicas – tem pela frente, quando o assunto tange as reivindicações das prostitutas enquanto movimento social, e a formulação e implementação de políticas públicas destinadas à categoria. Assim, apresentamos as considerações finais do respectivo trabalho.

Como podemos ver, me dediquei a elucidar uma nova reflexão crítica acerca da já bastante conhecida discussão entre o ativismo e a militância da prostituição como movimento social e sua luta em favor da regulamentação da atividade, através de estudos correlacionados ao direito à cidade e à gestão participativa. É, de fato, um assunto de grande amplitude, podendo apresentar vários desdobramentos e possibilidades, trazendo à luz novos conflitos, estes sempre presentes na relação da pesquisa com a experimentação de vida dos atores e com suas formas de se contarem a vida. O meu engajamento junto à esta realização é uma pequena contribuição para um grande trabalho que concerne diversas instituições que lutam por cidadania, democratização e universalização dos direitos sociais. Toda essa experiência única vivenciada ao longo desta pesquisa poderá ser lembrada como um capítulo pertencente a um projeto muito maior que este, influenciando a história de vida deste que escreve.

2 PROSTITUIÇÃO: UMA HISTÓRIA COM MUITAS VOZES

A prostituição é hoje, no Brasil, um tema bastante debatido nas mais variadas esferas da sociedade. O surgimento e a consolidação do movimento social de prostitutas, a partir dos anos 1980, contribuiu para a redefinição de conceitos e de problemas envolvendo prostitutas e outros atores que participam da organização das trocas econômico-sexuais nas várias cidades brasileiras. Sendo a prostituição um assunto de relevante importância para o estudo da gestão pública, ao associar-se a uma problemática social-urbana, as pautas surgidas com o movimento organizado de prostitutas trouxeram à luz da reflexão um novo olhar em relação aos principais desafios no processo de formulação e implementação de políticas públicas, levando em consideração um contexto marcado pelo envolvimento cívico dos mais variados atores na luta por cidadania e justiça.

2.1 Apresentação

“A prostituição, desde os tempos mais remotos, é amplamente demandada pela sociedade. Não importa o gênero nem o nível social, intelectual ou econômico: pessoas de todos os perfis procuram prostitutas [...]” (SENRA, 2013, p. 20). Relatos sobre a presença de prostitutas nas ruas das cidades e, sobretudo, atuando de maneira direta ou indireta na esfera política em relações com agentes do Estado e da Igreja são conhecidos desde que existem cidades e suas instituições de controle e de concentração de poder. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, a prostituição é considerada um tabu, tornando-se objeto de repressão e controle em vários países. São esses constrangimentos ora difusos, ora legais que, no entanto, deflagraram a organização das prostitutas em vários lugares do mundo. E, sobretudo a partir da década 1970, num contexto de florescimento de movimentos marcados pela ideia de contracultura, pelo feminismo e demais movimentos identitários, esta atividade vem se fortalecendo, se reinventando a cada impacto sofrido, se moldando a novos paradigmas e ganhando, na contemporaneidade, aspectos característicos da luta de classes, através de movimentos de busca por direitos, igualdade e justiça social.

No Brasil, a atuação do Estado na gestão da prostituição se caracteriza pela ambiguidade. Embora não criminalizada, a prostituta está envolta em relações que,

estas sim, figuram no Código Penal¹ como crime (SIMÕES, 2010a; SENRA, 2013, p. 56-61).

Deixadas, assim, às margens de uma série de direitos, prostitutas organizadas no Brasil têm como histórico de luta algumas conquistas. Entre elas, o reconhecimento da atividade na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde 2002, na categoria “profissionais do sexo” (SIMÕES, 2010a).

Considerando esse quadro de articulação incessante, por parte do movimento brasileiro de prostitutas, pelo reconhecimento pleno das relações de trabalho no meio da prostituição, e das mais variadas contribuições de aliados desse movimento (pesquisadores, agentes de saúde, pastorais da igreja católica, empresários, jornalistas, organizações não-governamentais, agências internacionais etc.), o presente trabalho busca desenhar um breve panorama do movimento de prostitutas no Brasil e sua articulação no fomento de políticas públicas, a fim de mapear o entendimento em resposta a outros atores políticos, institucionais e sociais face à principal demanda que esse grupo vem construindo – a regulamentação profissional da prostituição e a descriminalização plena das relações de trabalho. Através da trajetória de constituição e consolidação de um novo e importante sujeito coletivo no cenário nacional, e a partir de sua perspectiva, são observadas novas formas de interlocução de um movimento social com o Estado Brasileiro.

2.2 Desmistificando o Métier

Teoricamente, “a prostituição [...] representa a comercialização de relações sexuais entre pessoas adultas capazes, mediante livre e mútuo consentimento” (SENRA, 2013, p. 21). Ou seja, para a sua caracterização é necessário que haja um consentimento válido. A sua falta, ou inexistência, imputa na exploração sexual:

¹ Cf. “**ANEXO C** – Título VI, Capítulo V do Código Penal”; Cf. BRASIL. Decreto-Lei n. 2848, de 07 de dez. de 1940. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, p. 1-72, dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 16 out. 2016.

Em suma, no que concerne à prostituição, a exploração sexual, em termos jurídicos, implica que alguém se beneficie abusiva e indevidamente do trabalho da prostituta, quer reduzindo-a a condição análoga à de escrava, quer exigindo dela participação leonina em seus rendimentos, contra a sua vontade — ou seja, através da prática de atos que viciem o consentimento (erro, dolo ou coação). Nesse conceito jurídico, fica evidente que a exploração sexual não é uma **característica** da prostituição, mas sim um **fato contingente** a ela que, ocorrendo, constitui crime. O mito que se consolidou no sentido de que qualquer relação envolvendo uma prostituta e um empresário será necessariamente uma relação de exploração, portanto, contraria o conceito jurídico de exploração (SENRA, 2013, p. 137)².

A partir desta perspectiva, outros crimes não devem ser confundidos com a prostituição, como é o caso, por exemplo, do comércio sexual infantil, fato tipificado como exploração sexual de menores. Nesta situação, eventuais consentimentos por parte dos menores – por serem seres classificados juridicamente como “incapazes”, devido a sua menoridade civil – seriam considerados nulos³.

Na prática, a prostituição é uma atividade profissional de natureza *sui generis*. Marcada pela heterogeneidade, é um fenômeno social que vai muito além da troca de sexo por dinheiro. O ofício, assim como ocorre nas demais atividades profissionais, possui suas características baseadas em conceitos e valores de mercado. No entanto, por comercializar algo tratado como objeto de confinamento em relações aparentemente destituídas de interesses econômicos – o sexo – dificilmente é

² Cf. SENRA, Márcio. **A prostituição no Brasil no século XXI: razões para sua regulamentação**. 2013. 407 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 137.

³ Ibid. pp. 21-22: O Autor adota como premissa a tese de que a capacidade de discernimento de um ser humano só se apresenta íntegra na maioridade: “Entende-se, a partir dessa premissa, que falta aos menores de idade capacidade de fato, ou de exercício, para manifestarem vontade válida de se prostituir. Isso não significa que esta dissertação não enxergue a realidade brasileira, i. e., que desconheça a existência de milhares de crianças e adolescentes atuando no comércio sexual nos dias de hoje — o que representaria sério sintoma de miopia crônica. O ponto é que o trabalho de crianças no comércio sexual não se confunde com prostituição, tratando-se na verdade de exploração sexual de menores, haja vista que seu eventual consentimento não é válido, por lhes faltar, como dito, a capacidade. A prostituição, como será melhor esclarecido em momento oportuno, representa a comercialização de relações sexuais entre pessoas adultas e capazes, mediante livre e mútuo consentimento. Não havendo um consentimento válido, não há que se falar em prostituição, mas sim em exploração sexual. Se um deficiente mental for alocado no comércio sexual, mesmo sem violência e aparentemente sem qualquer contrariedade sua, ainda assim tratar-se-á de exploração sexual de vulnerável, pois falta a ele capacidade para manifestar vontade juridicamente válida. Da mesmíssima forma, se menores de idade são colocados para trabalhar no comércio sexual — ainda que, a rigor, não haja coação, e que eles assim “desejem” —, não existe aí um consentimento válido, não havendo que se falar em prostituição infanto-juvenil, mas sim em exploração sexual de menores. Não se trata de um mero jogo de palavras. Afinal, de lege lata, o envolvimento de deficientes mentais e de menores de idade no comércio sexual é tipificado pelo Código Penal brasileiro”.

percebida como tal e é esta dificuldade que está na origem da mobilização das prostitutas que, por isso, lutam pelo reconhecimento da prostituição como um *trabalho*.

Considerada por muitos como a profissão mais antiga de que se tem notícia, a luta pelo reconhecimento da prostituição como trabalho não se reduz ao “estigma e a uma identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1980). Este processo engloba diversas realidades e representação de papéis que se traduzem em um enorme número de significados, identidades e sentidos acerca do seu reconhecimento.

2.3 Uma história sem fim

A prostituição pode ser considerada como uma parte indissociável da história da humanidade. Afinal, o sexo é objeto das mais variadas formas de controle, seja pela pretendida exclusividade da atividade sexual no âmbito de determinadas relações, pelo controle de doenças, pela prática ritualizada em determinadas tradições, pela iniciação desejada para um determinado gênero – em detrimento de outro... Sexo, enfim, é objeto de poder com o qual as mais variadas sociedades erigem os limites de suas relações possíveis, problematizando, sem cessar, as práticas sexuais dentro e fora desses limites.

Assim, trocas econômico-sexuais falam de relações muito distintas e consistem em uma possível tradução não desejada de relações consagradas, também, pelo matrimônio. No entanto, somente uma das relações contempladas pelo vasto repertório das chamadas trocas econômico-sexuais desperta o interesse e provoca os mais variados agentes a *dizerem* algo a seu respeito. E esta é a prostituição.

É importante destacar que, de fato, as tentativas de proibição e abolição⁴ “nunca surtiram efeitos satisfatórios, sobretudo, porque para tal atividade nunca lhe faltaram oferta e demanda” (SENRA, 2013, p. 102). Jacques Rossiaud (1991, p. 13)

⁴ O Termo “abolição” da prostituição, como referência à “escravidão sexual” de mulheres, surge a partir da perspectiva das primeiras ondas feministas em meados do século XIX, associando-se à denominação “Tráfico de Escravas Brancas” (Donna Guy, 1992; Cristiana Pereira, 2002 apud PISCITELLI, 2008). De acordo com Piscitelli (2008) “essa noção de tráfico, vinculada à prostituição, dominou a atenção internacional em torno do tema da migração internacional das mulheres, no contexto da internacionalização de mão-de-obra, até as primeiras décadas do século XX”.

reforça este argumento ao afirmar que a sociedade seria a responsável por criar a prostituição à sua imagem, ou que certos grupos sociais gerariam formas de prostituição adaptadas às suas necessidades⁵, sustentando assim, em outras palavras, a tese agostiniana da prostituição como um “mal necessário”, servindo de manutenção à ordem moral e sexual vigentes, ao representar um ajuste funcional de proteção à família⁶. Partido destes pressupostos foi instituído um forte poder sobre o *métier*, fazendo com que a prostituição assumisse diversas formas e modos de existência nos espaços social e urbano ao longo do tempo.

Na antiguidade, por exemplo, tal atividade já fora tutelada pelo Estado⁷. E hoje, contudo, isto parece uma “novidade” dos “tempos modernos”. Em algumas civilizações antigas, a prostituição era considerada uma prática aceitável e, ou até mesmo, um ritual sagrado, como na Índia, onde hoje, em várias regiões do país, são celebradas as festas à deusa Yellamma, onde meninas são iniciadas às práticas sexuais nos templos consagrados à deusa e, a partir de então, passam a dedicar as vidas à satisfação sexual daqueles que as procuram, mediante um pagamento.

Em Atenas, foi instituída a primeira legislação que se tem notícia acerca do sexo pago, ao serem criados *lupanares*⁸ estatais. Podendo ser considerado como um importante instrumento de controle social, o estímulo ao exercício da prostituição, na Grécia Antiga, era também um ensaio no intuito de se “evitar o homossexualismo”.

⁵ ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991, 244p., p. 13.

⁶ Cf. GASPARD, Maria Dulce. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 135 p., pp. 67-68. Cf. MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996. 283 p., p. 34.

⁷ Cf. BRASIL. PL n. 3436, de 24 de jul. de 1997. Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor. **Poder Conclusivo das Comissões - artigo 24, inciso II**. WIGBERTO TARTUCE - PSDB/DF. Brasília, DF: p. 1-25, jul. 1997. Situação: Arquivada. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=212708>>. Acesso em: 27 nov. 2016, p. 3: Como justificativa do Projeto de Lei, o ex-Deputado afirmava que “a prostituição, como um serviço controlado pelo Estado, só é novidade nos tempos modernos. Muitos povos da Antiguidade (Grécia, Babilônia, Arábia, Índia e oeste da África, entre outras regiões) consideravam a prostituição uma prática aceitável, e alguns deles, como os babilônios, um rito sagrado”.

⁸ Termo utilizado para designar os locais em que se praticava a prostituição na Grécia Antiga. Cf. MICHAELIS **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=lupantar>>. Acesso em: 04 mai. 2017. lupanar; lu-pa-nar; sm: Casa de meretrizes ou prostitutas; bordel, prostíbulo; ETIMOLOGIA: lat lupanar.

Seja qual for o argumento com o qual, em várias épocas e sociedades, se justificou o estímulo ou a proibição da prostituição, o fato é que ela nunca deixou de existir.

Quando reconhecida e tributada, a prostituição ajudou o enriquecimento do Estado, e a “libertinagem” pôde ser considerada responsável por financiar a realização de grandes obras públicas, em alguns momentos importantes na “história das civilizações”. Na Antiga Roma pagã, a prostituição era um fato cotidiano, não despertando vergonha, estigma e imoralidade, nem sendo atrelada às noções de pecado, pois este não existia. Apesar de ser abertamente praticada, a atividade em si não era propriamente regulamentada, entretanto, havia tributação sobre a mesma (SENRA, 2013, p. 98). A existência somente de bordéis privados não evitava a participação de representantes da Alta Burocracia Estatal, que atuavam ativamente no negócio ao obterem lucros através do aluguel de propriedades voltadas ao estabelecimento dos bordéis (SENRA, 2013, p. 98).

O período ao longo da Alta e Baixa Idade Média é marcado, principalmente, por grandes contradições e ambiguidades. Por de trás da falácia dos discursos oficiais acerca das regulamentações sobre a atividade, a nobreza e o clero em várias regiões da velha Europa, numa linha tênue entre o profano e o sagrado, revelavam um posicionamento oposto àquele disseminado. Paradoxalmente, as instituições não possuíam interesses de banir a prática. Ao contrário, se beneficiavam de uma fonte inesgotável de luxúria e de lucro, servindo aos prazeres carnavais e econômicos⁹. A organização do comércio do sexo se baseava fundamentalmente no controle econômico e social sobre a atividade, como relata Márcio Senra (2013, p. 100):

Especificamente quanto à Igreja Católica, a hipocrisia, a corrupção e a licenciosidade sexual eram a tônica do baixo ao alto clero, dos noviços e até mesmo vários Papas (dentre eles Alexandre VI, o obscuro Rodrigo Bórgia): enquanto a Igreja oficialmente pregava a castidade aos fiéis, o clero se esbaldava na luxúria. E, para muito além da preservação de suas orgias, o clero tinha fortes interesses econômicos na permanência da indústria do sexo, pois a Igreja: 1) era dona de propriedades onde funcionavam bordéis, e 2) administrava muitos deles diretamente. A ligação econômica Igreja-prostituição foi documentada em vários regulamentos. Clemente II decretou que metade dos bens pertencentes às prostitutas que trabalhavam em seus bordéis seriam legados a um convento. Sexto IV criou um sistema de autorização e taxação de prostitutas, cujos lucros teriam, em parte, financiado a construção da Basílica de São Pedro. O Bispo Johann de Estrasburgo

⁹ Cf. SENRA, op. cit., p. 100.

financiou a construção de luxuoso bordel naquela cidade, que foi administrado pela Igreja. O Rei Henry II, da Inglaterra, editou um “decreto para administração de saunas”, garantindo aos bispados católicos o direito de explorar os bordéis de Southwark durante 400 anos, gerando renda suficiente para a construção de muitas igrejas em Londres (SENRA, 2013, p. 100).

Rossiaud (1991, p. 39) fortalece este argumento, ao fazer uma alusão ao funcionamento desta estrutura a partir da perspectiva do poder público instituído:

O exemplo do proxenetismo vem do alto. Em cada cidade, funcionários municipais ou principescos encarregam-se de fazer respeitar os regulamentos sobre a prostituição, de cadastrar as mulheres, de rejeitá-las ou admiti-las com pagamento de uma taxa (ROSSIAUD, 1991, p. 39).

De fato, a prostituição na Idade Média – especialmente ao longo do Século XV – era tolerada, sendo, portanto, um importante instrumento para a manutenção de certa ordem social-moral. Novamente, Rossiaud (1991, p. 53) explicita o papel da atividade neste processo de organização:

No século XV, da Borgonha à Provença, a prostituição oficial ou tolerada por todos os poderes aparece, portanto, como um produto natural das estruturas demográficas, de uma ordem e de uma moral. Exerce uma função mediadora, e tanto o bordel como as abadias são consideradas instituições de paz, entre os grupos etários e os grupos sociais (ROSSIAUD, 1991, p. 53).

Neste contexto, o renascimento do comércio, das cidades e, principalmente, a ascensão da burguesia contribuíram decisivamente para a reorganização da prostituição, ao impor a adoção de uma série de medidas em oposição às prostitutas, sob justificativas morais e de preservação da “ordem pública”¹⁰. Rossiaud (1991, p. 20), por fim, fortalece este argumento, conforme a seguinte exposição:

No entanto, foi no meio urbano que a prostituição desabrochou, adquiriu formas complexas e se institucionalizou. Na maioria das cidades do Sudeste existia um prostibulum publicum, construído, mantido e dirigido pelas autoridades públicas, principescas ou municipais: Dijon, Beaune, Mâcon, Villefranche, Bourg-en-Bresse, Lyon, Bourg-lès-Valence, Valence, Romans,

¹⁰ Cf. SENRA, op. cit., p. 100: “Ainda durante a Baixa Idade Média, a ascensão da burguesia contribuiu para pressionar os governos à adoção de uma série de medidas impostas contra as prostitutas, tudo em nome da preservação da “respeitabilidade” e da “ordem pública”: banimentos, confinamento a determinadas áreas, imposição de códigos de vestuários para distingui-las das mulheres “de bem”, etc”. Cf. LEITE, Juçara Luzia. **República do Manguê: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2005. 138 p. v. 1, p. 22: “Com a consolidação da ordem burguesa, a prostituição se adaptou ao “ritmo do capitalismo”. Toda uma sociedade que valorizava e desfrutava o consumo dos mais diferentes prazeres e confortos que o capital poderia gerar imprimiu novas características à prostituição”.

Viviers, Bagnols, Pont-Saint-Esprit, Orange, Avignon, Beaucaire, Tarascon, Aries, Nîmes, Alès, Uzès, Cavaillon, Pernes, Bédarrides, Sisteron, etc. possuíam a sua maison lupanarde, o seu bon hostel, sua bonne carrière, seu château gaillard, também chamado de maison de la ville, maison commune, maison des fillettes e que a linguagem popular qualificava ordinariamente de “bordel”. Essa enumeração engloba apenas as cidades que conservaram os seus arquivos, e certas ausências não devem surpreender. Pode-se afirmar, sem receio de erro, que não existia cidade de certa importância sem bordel¹¹.

A sucessão de mudanças econômicas, sociais, políticas e religiosas durante o período, trouxeram consigo uma crise moral sem precedentes, acarretando, enfim, na marginalização das prostitutas. A atividade, que de certa forma, ao longo da Idade Média, era tolerada e desfrutava de uma relativa segurança, sofre um grande baque, após o surgimento de legislações restringindo a sua prática. No meio do confronto ideológico entre as Reformas Protestantes e a Contrarreforma Católica, a prostituição tornou-se alvo de uma cruzada moral sem precedentes. Rigorosamente associada a uma, noutra ou em ambas as correntes, como justificativa de uma campanha puritana de “caça às bruxas”, a prática, passou então a ser objeto de repressão, banimento e segregação. Entretanto, passando a onda reformista contrária ao comércio sexual, as antigas estruturas de poder foram se reestabelecendo. A proibição legal e as políticas de combate permanente do *métier* tornaram-se meras ilusões. O ofício era desempenhado de forma bem ativa. Contudo, sua viabilização se dava por via da clandestinidade. Enquanto alguns bordéis eram administrados por pessoas ricas que detinham influência e poder, outros eram mantidos através da corrupção de oficiais do governo. Visando interesses econômicos, a Igreja Católica defendia a reabertura destes estabelecimentos, retomando a retórica na qual isto seria um “mal necessário” à sociedade¹².

Dando um salto no tempo, reencontramos a prostituição sendo praticada sob outros discursos. Senra (2013, p. 102-104) exemplifica duas referências históricas sobre o tratamento da prostituição no Século XX: 1) Na Alemanha Nazista, seu líder, Hitler, atribuía em seu discurso genocida que a prática seria uma das causas que levaram o País às ruínas, sendo, portanto, necessário proibi-la. Contraditoriamente, o discurso disseminado acerca da prostituição não correspondia com a realidade, pois o próprio Estado Nazista mantinha diversos bordéis, atendendo aos anseios de seus

¹¹ ROSSIAUD, op. cit., p. 20.

¹² Cf. GASPAR, op. cit., pp. 67-68; Cf. MORAES, op. cit., p. 34; Cf. SENRA, op. cit., p. 102.

oficiais. Havia bordéis localizados, até mesmo, nos campos de concentração; 2) Na República Popular da China, com o advento da Revolução Comunista e a ascensão de seu líder, Mao Tsé-Tung – a partir de 1949 –, o Estado chinês passou a adotar uma retórica oficial antiprostituição apoiada na ideologia Marxista: prostitutas eram, assim, consideradas “vítimas da exploração de classes”. Com base nisso, foi instituída uma política de erradicação sistemática da atividade. Por décadas, apesar da imagem de aparente inexistência, a realização da prática ainda era bastante ativa, sobretudo, ao ser demandada pelo próprio Estado. Mantidos em sigilo, os serviços sexuais eram oferecidos na recepção de autoridades estrangeiras e destinados aos altos oficiais do Partido Comunista Chinês (PCC).

A relação de poder instituída entre Estado e Igreja com a prostituição, é marcada por duas perspectivas: “por um lado, poder, luxúria, riqueza, corrupção e privilégios e, por outro, submissão, exploração física e econômica, ausência total de direitos, penas corporais e estigma”¹³.

Dentre as motivações para os vários regulamentos aludidos, prevaleceram duas: 1) controlar a moralidade sexual, e 2) lucrar com a rica economia da indústria da luxúria. Além disso, os regimes mais radicais só trouxeram dor e sofrimento às prostitutas e, além de não conseguirem atingir o fim planejado, de erradicar a prostituição, no fundo, ainda se valeram hipocritamente de mulheres objetificadas nas camas sombrias do poder (SENRA, 2013, p. 104).

Portanto, a histórica aplicação de fórmulas hipócritas de relações entre o poder instituído e a prostituição, especialmente aquelas que buscavam a sua total proibição¹⁴, nunca alcançaram êxito, sobretudo, porque a prática, além de satisfazer os prazeres carnavais, sempre foi uma fonte inesgotável de riqueza.

¹³ Cf. SENRA, op. cit., pp. 104-105.

¹⁴ Cf. PEREIRA, Armando. Prostituta não é caso de polícia. In: PEREIRA, Armando et al. **A Prostituição É Necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. cap. 3, p. 59-74., p. 62: “O autor dá o exemplo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro: “A proibição, pura e simples, do comércio do sexo, tentada ocasionalmente, por governos ou autoridades policiais puritanas, fracassou sempre. E, segundo o delegado Armando Pereira, essas fases inquisitoriais, no Rio de Janeiro, provocaram aumento no índice de crimes sexuais: Os crimes sexuais tiveram na época um incremento de quase trinta por cento, principalmente os estupros. Seduções e atentados ao pudor se multiplicaram. As famílias sentiram na própria carne a campanha. Os furtos com atrativos sexuais (suadouros) se sucederam, com larga publicidade”.

2.4 Opinião Pública

Na retórica popular – fundamentada sobre uma “hierarquia de credibilidade”¹⁵ – a prostituição é retratada como um “câncer social”, uma atividade moralmente desviante e reprovável, objetificadora da mulher, sendo associada aos contextos do abuso infantil, do tráfico de pessoas, da violência, das drogas e da criminalidade em *latu sensu*. A literatura médica e criminológica contribuiu em muito para a difusão dessas imagens, desde o final do século XIX (SOARES, 1992, p. 83)¹⁶, sendo acrescentada de outras, mais contemporâneas, que operam sob um mesmo paradigma de vitimização, patologização e criminalização dos atores e das relações existentes no universo da prostituição. Nesta perspectiva, o *Mainstream* assume uma “retórica impregnada de moralismo” – a retórica mundial antiprostituição que, em 2015, manifestou-se mais uma vez por ocasião das novas orientações da Anistia Internacional (AI) pela descriminalização da prostituição (SIMÕES, 2015)¹⁷. A criação e a propagação de estereótipos vitimizantes e estigmatizantes por parte de movimentos contrários à prática fortalecem este discurso, tratando o fenômeno como

¹⁵ Cf. BECKER, Howard S. De que Lado Estamos? In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1976]. p. 122-136; p. 136: O autor propõe interpretar como uma “Hierarquia de Credibilidade” os discursos proferidos por determinados agentes face a outros, normalmente subjugados em uma relação de poder. Becker explica a legitimação do discurso de certos atores dominantes de uma estrutura social. Estes atores dominantes são caracterizados como os detentores dos mecanismos de poder, controle e coerção, podendo atuar nas estruturas do Estado ou como membros de grupos que, em determinadas relações ou em certos debates, figuram como os “proprietários do problema público”, assumindo, no exercício de seus papéis, o discurso de poder legitimado face àquele dos demais atores com os quais interagem num determinado quadro institucional. São “autoridades”, nesse sentido.

¹⁶ Cf. SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas**: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992. 120 p., p. 83. et. seq.: “O enorme crescimento da prostituição feminina no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, chamou a atenção, principalmente dos médicos e das autoridades policiais, para um fenômeno que, embora já conhecido, começava a ultrapassar os limites impostos pelas regras morais e religiosas da sociedade escravista”; “[...] demoraria, os médicos propuseram medidas práticas para o controle e a regularização da prostituição pública [...] A primeira medida prática proposta pelo Dr. Lassance Cunha foi a concentração da prostituição em casas especiais de determinadas áreas, acabando-se com a sua expansão desenfreada pelas freguesias da cidade”; “As “medidas coercitivas”, seguindo a linha traçada pelo Dr. Lassance Cunha, também apontavam para a necessidade de isolamento das prostitutas, impondo-lhes, conseqüentemente, um controle médico-hospitalar. [...] O resumo final das medidas coercitivas prescritas pelo Dr. João Francisco de Souza esclarecia muito bem o ponto de vista deste médico, colocando nas mãos da Polícia a responsabilidade pelo controle espacial e médico-hospitalar das meretrizes”.

¹⁷ SIMÕES, Soraya Silveira. Trabalho sexual não é crime: Criminalização das relações de trabalho nesse universo laboral põe milhares de homens e mulheres à margem dos direitos garantidos a todo trabalhador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaao/trabalho-sexual-nao-crime-17099547>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

um problema, uma patologia, um mal a ser erradicado, impondo às prostitutas uma condição de meras coadjuvantes, ao relegar seu direito de voz. Portanto, ao apresentar as trabalhadoras sexuais como vítimas do sistema econômico e social, busca-se legitimar a ideia de que elas estariam sendo mantidas na atividade contra a sua própria vontade, numa situação análoga à escravidão, isto é, como se fossem “escravas sexuais” (LAGENEST, 1960, p. 9)¹⁸.

Numa perspectiva de disputa – marcada por grupos que buscam impor sua agenda dominante –, a legitimação deste discurso seria um meio de manutenção à ordem do poder hegemônico. Esta lógica, estruturada sobre uma “ideologia da harmonia” (NADER, 1994) torna-se um poderoso instrumento de controle e manipulação¹⁹. Isto, por exemplo, pode ser observado junto à tentativa de se criar uma “opinião pública”²⁰ sobre o tema em debate. Pierre Bourdieu (2003, p. 235-236) fortalece esta tese, de acordo com seu posicionamento:

Sabe-se que todo o exercício da força é acompanhado de um discurso visando legitimar a força daquele que o exerce; pode até mesmo dizer-se que é próprio de toda a relação de força é só ter toda a sua força na medida em que se dissimula como tal. Em suma, para falarmos simplesmente, o homem político é aquele que diz: “Deus está conosco”. O equivalente de “Deus está conosco” é hoje “a opinião pública está conosco”. Tal é o efeito fundamental do inquérito de opinião: constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, e, portanto, legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível (BOURDIEU, 2003, p. 235-236).

Este argumento ainda é reforçado na citação abaixo:

¹⁸ SENRA, op. cit., p. 105: O autor utiliza-se deste conceito para enfatizar o argumento defendido, principalmente, por grupos que defendem a abolição da atividade; Cf. LAGENEST, Barruel. **Lenocínio e Prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960. 198 p., passim: “A prostituição não passa de uma forma de escravidão. Dela, o público só percebe uma pequena parte: o “trottoir”, isto é, a aparição discreta ou barulhenta, nas ruas e nas calçadas, de mulheres à espera de clientes. Isso constitui sempre um espetáculo deprimente e provoca a tentação de Jazer recair sobre essas mulheres a responsabilidade do vício, a cólera da opinião pública, e a vingança das autoridades policiais”; “Lenocínio, prostituição: dois aspectos da mesma realidade, que é a escravidão da mulher publicamente aceita. [...] Quando existe o lenocínio, a prostituta se apresenta mais como uma escrava, uma vítima (de seu proprietário) do que como uma ré”.

¹⁹ NADER, Laura. 1994. Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 18-29, Out. 1994.

²⁰ Cf. BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: **Questões de sociologia**. 1. ed. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 233-245: É argumentada a inexistência da opinião pública. Para o Autor, ela seria somente um mecanismo de legitimação de poder de classes dominantes sobre classes dominadas numa sociedade. O Autor afirma que: “Em suma, quis de fato dizer que a opinião pública não existe, em todo o caso sob a forma que lhe atribuem aos que tem interesse em afirmar a sua existência”.

Fala-se comumente de “tomadas de posição”; há posições que se encontram já previstas e que as pessoas tomam. Mas não são tomadas ao acaso. Cada um toma as posições que está predisposto a tomar em função da posição que ocupa no interior de um certo campo. Uma análise rigorosa visa explicar as relações entre a estrutura das posições a tomar e a estrutura do campo das posições objetivamente ocupadas.

[...]

Nas situações reais, entre grupos, as opiniões são forças e as relações de opiniões são conflitos de força entre grupos (BOURDIEU 2003, p. 242).

Portanto, ao impor normas e padrões sociais, com a criação de posições de ideias embasadas somente em aspectos morais, grupos socialmente dominantes acabam desprezando outros fatores de suma importância para o entendimento deste assunto, constituindo assim uma “miopia crônica” sobre um tema muito mais complexo do que o mero discurso que fundamenta a negação do reconhecimento reivindicado pode apresentar. Este recusa a aceitar a existência de um sujeito coletivo e político que surge no cenário através da luta pelo reconhecimento, desqualificando sumariamente todos os argumentos construídos pelas prostitutas organizadas.

É importante destacar que, a partir desta complexidade, ou melhor, ao desconsiderar o estudo desta, não são levantadas, por exemplo, questões como as que afirmam que somente fatores econômicos e sociais adversos não são motivos necessários, e nem suficientes, para se ingressar nesta atividade²¹. Fatores econômicos não são causas únicas e exclusivas para o seu acesso. Diferentes motivações, sejam elas, culturais, afetivas, psicológicas, sociais, entre outras, se articulam com a “necessidade de ganhar dinheiro”²². Aparecida Fonseca de Moraes (1996, p. 87-88) exemplifica, em seu trabalho, a opinião das mulheres sobre as razões pelas quais escolheram entrar neste negócio:

²¹ Estudos recentes buscam contrapor este ponto de vista, ao declararem que a iniciação e a permanência na prostituição decorrem, prevalentemente, de uma decisão livre e orientada tomada pela mulher, ou seja, provém de sua autodeterminação. Este argumento ganha força a partir dos anos 1980, quando, no Brasil, por exemplo, movimentos sociais ganham força e voz com o advento da reabertura política, exigindo a reparação de dívidas históricas e a não vitimização de seus lugares de existência numa sociedade então interpretada como desigual, racista, sexista e classista, além de escravocrata. Devido a sua constante intermitência e rotatividade, o seu ingresso torna-se relativamente “fácil”, fazendo com que a mesma seja bastante requisitada como uma ocupação temporária por aqueles que a veem com propósitos econômicos. Neste sentido não é observada nenhuma estrutura organizada de recrutamento. Frequentemente a iniciação de mulheres junto ao métier se dá por via de amigas femininas que já praticam a atividade, porém, existem outras formas de admissão, como vizinhos, estranhos ou, até mesmo, os próprios parentes podem conduzi-las ao ofício.

²² Cf. MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996. 283 p., p. 88.

Finalmente, um importante componente na categorização destas mulheres é o que se refere aos motivos que podem conduzi-las a exercer este tipo de atividade. Na Vila Mimosa, a pesquisa e as observações de campo permitem afirmar que a emergência econômica (causas ligadas à pobreza e à miséria) não se apresenta como fator exclusivo para a entrada na prostituição. Como muitas pertencem às camadas empobrecidas da população, é comum que justifiquem o ingresso por necessidade de sobrevivência e “falta de dinheiro”. No entanto, muitas interpretam que esta justificativa reduz e simplifica demasiadamente a questão. Chegam inclusive a colocá-la como “pouco convincente”. A necessidade de sobrevivência, por si só, coincide com a situação de outros milhões de mulheres que nem por isso escolheram a prostituição. Como um considerável contingente de prostitutas é oriundo de outras experiências profissionais ou ainda desenvolve atividades paralelas à prostituição, elas sabem, por experiência, que de alguma forma a sobrevivência poderia se realizar através de outras ocupações. Na lógica geral que rege a tentativa de explicação para o ingresso na prostituição, a entrada é lembrada como uma situação vivenciada num passado que é percebido como algo mais distante do que realmente está. Aqui, a ideia de passado assume um modelo explicativo que permite considerar, com algum distanciamento, as determinações que na história de vida impeliram a este tipo de trabalho. Nele, combinam-se a “necessidade de ganhar dinheiro” com outros fatores que evidenciam as condições favoráveis ao ingresso na prostituição, fatores que foram apontados por elas como: “ vaidade pessoal”, “divertimento”, “desilusão amorosa”, “um meio de ganhar a vida como outro”, “um trabalho como qualquer outro”, “necessidade de ganhar mais dinheiro”, “por causa do namorado”, “para conseguir um objetivo”, “por destino”, “vingança”, “por gostar”, etc. (MORAES 1996, p. 87-88).

Por fim, a autora define que “a profissão de prostituta é então apresentada como uma “escolha” que é realizada por algumas mulheres que viram nesta atividade maiores vantagens e melhores condições de ganho”²³. Reforçando este argumento, Peter De Marneffe (2010) afirma que mesmo “a falta de alternativas” não seria uma condicionante absoluta que determinaria o ingresso na prostituição²⁴, sobretudo, por esta se tratar, ao final, de uma opção autônoma, embasada no livre-arbítrio (SIMÕES, 2010b, p. 149-151).

Diante desta exposição podemos concluir que a entrada na prostituição não está vinculada apenas a necessidades econômicas. No entanto, buscando elaborar a síntese de um discurso mais comum e geral acerca da atividade, é sempre reforçada esta concepção – a ideia de que as mulheres entram “para a vida” devido à inexistência de outras possibilidades – em textos produzidos por agências de controle,

²³ Ibid, p. 89.

²⁴ DE MARNEFFE, Peter. *Liberalism and Prostitution*. New York: Oxford University Press, 2010 apud SENRA, op. cit., p. 125.

filantrópicas e de “salvação” ou de “resgate” de “vítimas” (BLANCHETTE; SILVA, 2011)²⁵.

Como já foi mencionado anteriormente, a prostituição é definida basicamente pela relação de troca de sexo por dinheiro²⁶. Contudo, o campo da prostituição é bem mais amplo que uma definição simplória, que sugere que tudo então se resolveria com condições econômicas razoáveis para todos, diminuição das desigualdades sociais, etc. Contemporaneamente, em pleno Século XXI, a prostituição é caracterizada por uma complexidade de leituras envolvidas, que assumem desde questões de gênero até a multiplicidade de práticas, modalidades, meios, razões, lutas, etc.

Visto isso, o estigma e a inexistência de legislação capaz de garantir os direitos das prostitutas produzem efeitos marginalizantes, criminalizantes e nocivos a esse sujeito coletivo que hoje, inquestionavelmente, existe e reclama reconhecimento. O fato é que a prostituição não é uma profissão regulamentada. No Brasil, ela não é ilegal. Contudo, as relações que permitem o seu exercício nas cidades e nos deslocamentos de prostitutas e clientes são vistas como atividades econômicas criminosas, tipificadas como lenocínio – crime previsto no Código Penal²⁷. No entanto,

²⁵ Cf. BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula. O Mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XIX, n. 37, p. 79-105, jul./dez. 2011. Disponível em:

<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/278/253?hc_location=ufi>. Acesso em: 07 jun. 2017. p. 80: “Para uma série de agentes envolvidos naquilo que Laura Agustín chama de “a indústria de resgate”, pensar criticamente sobre o tráfico ameaça questionar não só os propósitos do movimento antitráfico, mas também sua posição relativamente privilegiada como recipiente de fundos e atenção pública. Neste ambiente intelectual, o movimento antitráfico cada vez mais se sustenta na repetição de números francamente inventados (“existem 250.000 prostitutas infantis no Brasil” – BBC) e declarações apocalípticas sem base epistemológica alguma (“o tráfico de pessoas é a terceira maior fonte de renda com tráficos, atrás do tráfico de drogas e do tráfico de armas”).

²⁶ Cf. LEITE, op. cit., p. 22: “O mediador de todas as relações sociais é simbolizado pelo dinheiro. Nesse quadro, a prostituta se encaixa com perfeição, pois é simultaneamente vendedora e mercadoria”.

²⁷ Cf. PEREIRA, op. cit., p. 67: “Convém anotar que, na terminologia policial, lenão (o que pratica o lenocínio, ou seja: vive às custas da prostituição alheia) ou cáften é o proprietário de bordel; proxeneta é a mesma coisa, mas define também os que induzem a mulher a se prostituir, auferindo lucros com isso (os que fornecem novas inquilinas para os prostíbulos). Finalmente, os rufiões ou gigolôs, que são uma espécie de empresários, que por vezes também funcionam como amantes (menos do que geralmente se crê) e como guarda-costas da prostituta”; Cf. LEITE, op. cit., p. 40: “Além disso, para se considerar a prostituta e seu meio, não basta determiná-la, mas também as figuras que compõem o seu grupo (estas sim, fundamentais para a atuação policial) quase sempre esquecidas pelos

paradoxalmente, é esse entorno que ampara a atividade, é a “casa de prostituição” e/ou a cafetina que contemplam a segurança, conforto e tranquilidade da prostituta.

Neste contexto, o poder público, quase sempre motivado pelo discurso de higienização social, moral ou por mera especulação imobiliária, eventualmente fecha locais de prostituição com o argumento de combate à criminalidade e à exploração sexual. Somado a isto, a falta de regulamentação e/ou de políticas públicas direcionadas a este público acaba, justamente, deixando prostitutas em situação vulnerável, tendo seus direitos frequentemente violados, como explica Senra (2013, p. 299-300), em tese na qual aborda aspectos das dimensões sócio-políticas do processo de regulamentação da atividade:

O tema do agravamento da criminalidade conexa surge como resposta ao insólito argumento de que é a prostituição que estimula a criminalidade. Na verdade, ocorre o contrário: enquanto não é regulamentada, a atividade, totalmente à margem da lei, acaba exposta à ampla criminalidade e aos mais repugnantes abusos dos direitos fundamentais das prostitutas. As zonas e os puteiros clandestinos são terreno propício para que prosperem, v.g., a venda de drogas, a exploração sexual de mulheres e crianças vítimas do tráfico humano, a exploração de sexo não-voluntário, a prática de toda sorte de violências contra as prostitutas (voluntárias ou não, traficadas ou não) e a estipulação de jornadas inumanas de trabalho. Em meio a todos esses húmus, como parece intuitivo, existe um convite aberto à formação de organizações criminosas, com o fito de estruturar, ampliar e perpetuar um tal comércio sem-lei.

Portanto, a criminalidade decorre da própria clandestinidade da prostituição, e não da prostituição. A criminalidade que atinge as prostitutas decorre do fato de se criminalizar a atividade econômica que envolve a prostituição e, também, do fato de se regulamentar a prostituição. Nesse sentido, como já observara David Richards em 1982, os argumentos baseados na ideia de que a prostituição é responsável pelo aumento da criminalidade são geralmente circulares, pois defendem a criminalização da prostituição baseados nos males que a própria criminalização — e não a prostituição em si — estimula (SENRA, 2013, p. 299-300).

As violações de direitos, principalmente por parte da polícia e por outros agentes do Estado, são frequentes. Em geral, prostitutas, como categoria, não possuem nenhum tipo de amparo ou garantias legais por parte do Estado. Resta a

estudiosos: a) O proxeneta - pessoa que, visando somente o lucro, induz ou atrai a mulher para a prostituição, facilitando-a e impedindo que a prostituta abandone a profissão usando para isso inclusive a violência; b) O lenão - pessoa que mantém a casa de prostituição. É uma espécie de empresário, pois recebe o dinheiro do cliente e o divide com a prostituta; c) O rufião - pessoa que é sustentada pela prostituta, participando também de seus lucros”.

luta permanente, incansável, e não sem ironia, para lidar com a brutal campanha contra o reconhecimento reclamado.

3 A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL

O tratamento da prostituição internacionalmente é marcado por um panorama de ambiguidades e incoerências. Enquanto alguns países regulamentaram tal prática como uma atividade econômica como outra qualquer, dando pleno acesso à cidadania e a direitos sociais, outros países tratam a atividade como um mal a ser erradicado, adotando medidas que acentuam o estigma e criminalizam ainda mais as atividades no seu entorno, tratando as profissionais como cidadãs de segunda classe, ao negarem o pleno acesso aos serviços mais elementares, recusando-se a sua existência. Na maioria das vezes, tais medidas de erradicação da prostituição vêm sendo embasadas em princípios e em valores morais e religiosos.

3.1 Acordos Internacionais

No Direito Internacional, a prostituição se encontra juridicamente instituída por meio de dois acordos interestatais: A Convenção de Nova York e o Protocolo de Palermo. Celebrados em épocas distintas, ao tratar do respectivo assunto, apresentam posicionamentos antagônicos entre si, marcados por características peculiares que remetem às tendências de cada época¹.

3.1.1 Convenção de Nova York

A **Convenção de Nova York** (Convenção para a Repressão do Tráfico, de Pessoas e do Lenocínio) – concluída em *Lake Success*, em 21 de março de 1950 – é um acordo internacional antigo, caracterizado por adotar medidas abolicionistas e proibicionistas. Ratificado pelo Brasil – em 12 de setembro de 1958² –, este acordo associa o tráfico de pessoas à prostituição, determinando assim a adoção de medidas

¹ Cronologicamente, os instrumentos jurídicos, entre eles, possuem uma diferença de aproximadamente 50 anos. A Convenção de Nova York é originária da Década de 1950, enquanto o Protocolo de Palermo foi concebido no início do Século XXI. A elaboração de ambos está alinhada ao viés político-ideológico predominante de suas respectivas épocas. Portanto, possuem aspectos distintos em relação ao tratamento jurídico da prostituição.

² Cf. BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO n. 10, de 13 de nov. de 1958. Aprova a Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro. **CONVENÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO**. SENADO FEDERAL. [S.l.], p. 1-5, nov. 1958. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-10-1958.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

para a sua punição e prevenção, como também para a redução das prostitutas. Alinhada aos ideais da 1ª onda feminista – surgidas nas últimas décadas do Século XIX e início do Século XX –, a Convenção tem como interesse a supressão do tráfico de pessoas, isto é, a migração de pessoas para o exercício da prostituição, na tentativa de eliminar a atividade, conforme pode ser visto na leitura que Adriana Piscitelli & Marcia Vasconcelos (2008) fazem em relação à referida Convenção³:

De acordo com autoras que analisaram a história das Convenções relativas ao tráfico de pessoas, até a década de 1940, elas refletiram as preocupações de movimentos para proteger as migrantes, predominantemente europeias e estadunidenses, do perigo de serem forçadas à prostituição no exterior. Esses movimentos lutaram contra o que denominaram “Tráfico de Escravas Brancas” (Donna Guy, 1992; Cristiana Pereira, 2002). Essa noção de tráfico, vinculada à prostituição, dominou a atenção internacional em torno do tema da migração internacional das mulheres, no contexto da internacionalização de mão-de-obra, até as primeiras décadas do século XX (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008).

Em seu preâmbulo é considerado que o tráfico de pessoas é um mal indissociável da prostituição, ou seja, apesar de serem práticas de origens e características distintas, tal acordo busca a sua vinculação, de maneira a criminalizar o exercício do meretrício. Deste modo, adotando um posicionamento abolicionista, considera que a prostituição é um mal e o tráfico de pessoas é o mal que a acompanha. Portanto, ambos devem ser combatidos, visto que seriam incompatíveis com a dignidade e com o valor da pessoa humana, colocando assim em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade.

Sendo assim, de caráter punitivo e preventivo, tal Tratado se compromete com a reeducação e readaptação social daqueles envolvidos na prostituição e busca estimular a adoção de medidas educativas, sanitárias e socioeconômicas, com o intuito de evitar que mulheres e crianças fiquem sujeitas ao seu perigo.

De fato, a proposta de total abolição da prostituição, defendida pela respectiva formalidade, até o presente momento, não se concretizou e dificilmente alcançará tal êxito. Ao contrário, nos países que a ratificaram, houve o surgimento de novas formas

³ Cf. PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. Apresentação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 31, p. 9-28, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan. 2017.

de organização do métier, como pôde ser descrito por Maria Dulce Gaspar (1985, p. 70-71), ao retratar transformações ocorridas em território norte-americano:

O “declínio da prostituição organizada” correlaciona-se também com as medidas propostas na Convenção Internacional de 1949, visando impedir o tráfico de mulheres e a eliminação das *maisons fermées*. Se por um lado as medidas sugeridas pretendiam acabar com a prostituição, por outro permitiram que um novo arranjo de forças passasse a controlar esse mercado, a tal ponto que Mariano Tudel (s.d.) afirma que os participantes da máfia norte-americana se empenharam em “fazer desaparecer a desvantagem que para eles representava o encerramento obrigatório de todos os prostíbulos” (p. 176). Para o autor, após essas mudanças, surgiu um novo tipo de prostituta, a *call girl*, que age praticamente sozinha e que se liga ao mundo do “sindicato do crime” pela dependência de drogas consideradas pesadas (heroína e cocaína).

Se as transformações ocorridas a partir de 1949 não possibilitaram que grande parte das prostitutas deixassem de ser exploradas por um grupo organizado, devido à sua dependência de drogas, dinheiro etc., elas permitiram paralelamente uma série de mudanças de costumes, com o surgimento de um grupo de prostitutas independentes, ou seja, não ligadas a nenhum tipo de organização (GASPAR, 1985, p. 70-71).

É importante destacar que a Convenção de Nova York, atualmente, se encontra antiquada, não correspondendo mais às expectativas para qual originalmente foi proposta. Como mencionando anteriormente, ao defender a abolição da prostituição, apesar da nobre pretensão de “reinserção social”, paralelamente, foi aberto espaço para o surgimento de novas modalidades de exploração, acentuando o estigma e a vulnerabilidade daqueles que se prostituem. Ao tratar da prostituição como causa e não como uma consequência do tráfico de pessoas, foram desconsiderados fatores primordiais para o entendimento deste assunto.

A questão do tráfico de pessoas vai muito além da exploração para fins sexuais. Outras formas de exploração de mão-de-obra imigrante não são indicadas no acordo, não havendo, sequer, um artigo em referência aos milhares de trabalhadores, ao redor do mundo, submetidos a condições degradantes, deixando, assim, um grande vácuo ao tratar deste objeto. Outro ponto importante se atribui ao discernimento entre consentimento e constrangimento, não havendo, também, matéria para este tratamento. Junto a esses e tantos outros dilemas, cada vez mais se perdia espaço como instrumento normativo para resolução de conflitos. Dessa forma, não havendo consonância em relação àquilo que foi teoricamente proposto e que, na prática, foi efetivamente realizado, o presente acordo foi logo superado. A criação de um novo regimento se fazia necessária frente ao surgimento de novos paradigmas.

3.1.2 Protocolo de Palermo

O **Protocolo de Palermo** (Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas) – elaborado em Nova York, em 15 de novembro de 2000, entrando em vigor internacionalmente a partir de 2003 e sendo ratificado pelo Brasil em 29 de janeiro de 2004⁴ – é um instrumento normativo mais moderno em relação à Convenção de Nova York. Preocupado com um tratamento mais humanizado das pessoas que se prostituem, tal Acordo não trata mais o combate à prostituição e ao lenocínio como um objetivo. Desvinculando a prostituição do tráfico de pessoas⁵, este protocolo, em seu conteúdo, o define como conceito, propondo assim a adoção de medidas – tuteladas pelos direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos – para a proteção das vítimas. De fato, o Protocolo de Palermo representou uma evolução na política internacional em relação ao combate do tráfico de pessoas, alinhando-se assim, às orientações e recomendações de organismo internacionais sobre a regulamentação do trabalho sexual.

Em seu preâmbulo, o respectivo Protocolo, se apresenta como uma ação eficaz destinada ao combate do tráfico de pessoas a nível internacional, dando especial atenção às mulheres e crianças. Condicionada à adoção de medidas de prevenção e

⁴ Cf. BRASIL. DECRETO n. 5017, de 12 de mar. de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS**. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Brasília, p. 1-7, mar. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

⁵ Cf. PISCITELLI; VASCONCELOS, op. cit.: “A vinculação entre tráfico de pessoas, mulheres e prostituição mantém relações com a história das convenções e disposições legais internacionais relativas ao tráfico de pessoas, mas também com a tipificação desse crime realizada por leis nacionais. No caso do Brasil, o Código Penal, afinado com a Convenção das Nações Unidas de 1949, considera tráfico de pessoas promover, intermediar ou facilitar o deslocamento para exercer a prostituição (Arts. 231; 231-A). A utilização da categoria pessoas, porém, é recente, pois até as modificações realizadas em 2005, essa definição de tráfico, exclusivamente voltado para os deslocamentos internacionais, contemplava apenas as situações que envolvessem mulheres”. [...] “A alteração (de mulheres para pessoas) nas normativas relativas ao tráfico de pessoas se torna compreensível prestando atenção ao percurso seguido na discussão que envolveu a reativação do interesse pelo tema, na década de 1970, sobretudo a partir da pressão de feministas preocupadas com os impactos sociais da reconstrução e do desenvolvimento do Sudeste da Ásia após a Guerra do Vietnã e com a permanência contínua das tropas militares norte-americanas na região (Cynthia Enloe, 1990)”.

punição aos traficantes, o Acordo, ao mesmo tempo, tem como objetivo a proteção às vítimas e a preservação dos seus direitos fundamentais.

Apesar de haver a existência de uma grande variedade de instrumentos internacionais que tipificam, normatizam e até recomendam a adoção de práticas de combate à exploração de pessoas, surgiam muitas críticas ao se referir à inexistência de instrumentos universais que tratassem dos mais variados aspectos relativos ao tráfico de pessoas. A ausência destes instrumentos gerava um grande impasse, levantando preocupação ao considerar a proteção das pessoas vulneráveis a esta prática.

Há de destacar importantes alterações ocorridas na discussão do assunto, ao apresentar uma série de diferenças no que se refere às conceptualizações relativas ao tráfico de pessoas. O alcance dessas modificações foi recebido de forma positiva, obtendo o apoio de diversos setores sociais.

No processo de elaboração e implementação de novas medidas, baseadas na norma internacionalmente em vigor, Piscitelli & Vasconcelos (2008) suscitam os desafios apresentados por países que o ratificaram:

Nos países que o ratificaram, foram analisadas possíveis adequações das leis nacionais a essa normativa internacional, implementaram-se programas de combate ao tráfico de pessoas, julgaram-se crimes envolvendo esse tipo de tráfico e se realizaram pesquisas sobre o tema. Esse conjunto de ações teve lugar no âmbito de um processo marcado por articulações e também por tensões entre lógicas normativas transnacionais, internacionais e nacionais e pela crescente atenção, alimentada pela mídia, concedida à problemática. No entanto, conjuntamente com a ampliação do engajamento na luta contra o tráfico de pessoas, também cresceu o corpo de reflexões críticas que apontam para impasses na delimitação do problema, na produção de conhecimento sobre ele e em seu enfrentamento (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008).

Como puderam ser evidenciadas, as modificações na discussão internacional sobre o assunto, promovidos pelo Protocolo de Palermo, referem-se abertamente ao tráfico de pessoas, tratando-o como um crime que pode ser cometido contra qualquer categoria de pessoa, ou seja, diferentemente daquilo que é defendido na Convenção de Nova York, “o tráfico de pessoas não é sinônimo de prostituição, nem é reduzido à

“exploração da prostituição”⁶. Este engloba um campo de análise muito maior ao abranger outras formas de exploração como “o trabalho forçado, escravidão ou práticas similares a ela ou servidão que podem ser situações observadas em qualquer atividade”⁷, incluindo, ainda, os casos de tráfico de órgãos.

Deve-se ressaltar que o Protocolo de Palermo, ao trazer no seu bojo, um conjunto de novos aspectos que apontam a uma mudança radical na forma de conceituar o tráfico de pessoas, prevalecendo sobre o antigo modelo normativo, abriu, em via de regra, um novo espaço de debate, implicando ainda no surgimento de novas necessidades ao tratar do assunto. Portanto, podemos considerá-lo como o substituto natural à antiga Convenção de Nova York, quando o assunto se refere à norma padrão internacional para o tratamento desta matéria.

3.2 Direito Comparado

Ao redor do globo, o poder instituído orienta suas ações e políticas frente à prostituição. Com base em características culturais, históricas, sociais e econômicas, diversos países apresentam posições bastante heterodoxas com relação à prostituição: Enquanto algumas nações a criminalizam em sua totalidade, outras não a criminalizam ou criminalizam de forma parcial e, ainda, existem aquelas que além não a criminalizar, buscam regulamentá-la⁸. Neste sentido, Juçara Luzia Leite (2005, p. 23-24) e Senra (2013, p. 177-178), quanto ao status legal da atividade, a classificaram dentre três sistemas político-jurídicos possíveis e adotados atualmente

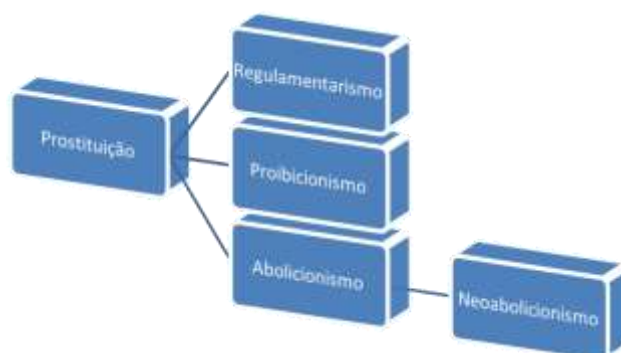
⁶ PISCITELLI; VASCONCELOS, Loc. cit.

⁷ PISCITELLI & VASCONCELOS, loc. cit.

⁸ Cf. SENRA, op. cit., p. 20.

no mundo⁹: O Regulamentarismo, o Proibicionismo e o Abolicionismo – e mais recentemente, o Neoabolicionismo¹⁰.

Figura 1 – Modelos Jurídicos em relação à Prostituição.



Fonte: SENRA (2013, p. 177-178).

3.2.1 Regulamentarismo

No sistema regulamentarista¹¹, a prostituição é encarada como um fenômeno social não erradicável, reconhecendo, legitimando e regulamentando-a, possibilitando assim uma série de direitos e garantias legais comuns a qualquer classe trabalhista. Entretanto, entende-se que os efeitos nocivos inerentes à atividade devem ser criminalizados, no qual o principal meio seria através da sua regulamentação. Neste sistema não existem penalizações para os envolvidos no métier. A prostituta é encarada como uma prestadora de serviços, seus clientes são considerados consumidores destes serviços e, até mesmo, aqueles que tratam da tal atividade como um negócio poderão ser caracterizados como “empresários”. Tendo suas origens em

⁹ Cf. LEITE, op. cit., pp. 23-24: “A compreensão dessa trajetória nos leva a verificar três diferentes atitudes possíveis no mundo contemporâneo em relação à prostituição: 1. O Proibicionismo: atitude radical porque considera a prostituição por si só um delito. 2. O Regulamentarismo: atitude que defende a intervenção do Estado na prostituição a fim de normatizá-la. Baseia-se em argumentos como a possibilidade da defesa sanitária com o objetivo de reduzir as doenças venéreas; a inevitabilidade da prostituição enquanto “mal necessário”; a salvaguarda das famílias; etc. 3. O Abolicionismo: atitude que não admite qualquer forma de intervenção do Estado. Considera a prostituição imoral, mas não ilícita. Baseia-se em argumentos como a não eficácia da defesa sanitária que fiscaliza apenas a prostituta e não seus clientes; a impossibilidade de se converter o Estado em proxeneta; ser a prostituição um flagelo social como outros que são ignorados; o respeito pela pessoa humana; etc”.; Cf. LANGENEST, op. cit., pp. 135-142: O Autor também cita estes três modelos de tratamento político-jurídico, afirmando a impossibilidade de vigorar concomitantemente mais de um modelo, pois cada um anularia o outro.

¹⁰ Cf. SENRA, op. cit., pp. 186-187: Por ser um fenômeno mais recente, dos autores pesquisados, o modelo abolicionista é evidenciado por Márcio Senra ao retratar a aplicabilidade deste modelo político-jurídico na Suécia.

¹¹ Cf. “**APÊNDICE A – PAÍSES REGULAMENTARISTAS**”.

políticas higienistas, o regulamentarismo, em seus primórdios submetiam tais profissionais à exigências de caráter estigmatizante, com a realização obrigatória de exames médicos periódicos e, até mesmo, no confinamento em áreas específicas da cidade¹² – A criação de “regiões morais”¹³, os “red light districts”, ou zonas de meretrício. Contudo, moderadamente, ao longo do tempo, buscou-se atenuar este quadro estigmático, com a adoção de medidas que pudessem aproximar as prostitutas à sociedade através do tratamento da prostituição como uma profissão como outra qualquer, dando-lhe o direito ao acesso a serviços públicos essenciais, reconhecendo-se o direito de associação e submetendo a atividade à cobrança de impostos, dentre outras medidas. Outro ponto importante a respeito de tal sistema está relacionado à criação de regras penais rígidas para o combate de eventuais desvios, como a efetiva – e não pressuposta – exploração infantil e o tráfico internacional de pessoas para fins sexuais – são de suma importância para o seu funcionamento. É importante salientar que a regulamentação, além de promover a redução do estigma, o aumento da segurança e a melhoria das condições de trabalho, torna-se um importante mecanismo para o combate dos aspectos criminais que envolvem a atividade.

Nos países em que a prostituição foi legalizada e/ou regulamentada, após a sua implementação, foram apresentados grandes avanços de cunho social, trazendo benefícios reais para aqueles que a praticam, desde uma melhora significativa das condições de higiene e trabalho a uma melhora nos índices de segurança com a redução drástica nos casos de violência. Outros pontos de destaque são o pleno acesso aos serviços de saúde e seguridade social e o relevante uso como ferramenta antitráfico, ao combater e prevenir casos de tráfico de pessoas para fins sexuais e de exploração sexual infantil. A regulamentação submeteu a atividade à criação de normas, tornando-a, de certa forma, mais organizada e segura.

¹² Um exemplo, em especial, acerca do modelo de controle e segregação espacial pode ser visto na cidade do Rio de Janeiro. A localidade chamada “Vila Mimosa” é objeto de estudo por alguns autores. Cf. MORAES, op. cit.; Cf. LEITE, op. cit.: A obra faz referência ao histórico de controle e repressão policial na chamada “*República do Mangue*”, região que se localizava na área central da Cidade.; Cf. SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010b. 178 p. v. 1; Cf. SOARES, op. cit., pp. 94-101.

¹³ Cf. PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, OTÁVIO GUILHERME (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967, pp. 64-66.

3.2.2 Proibicionismo

O proibicionismo considera o fato de se prostituir como um delito, sendo, portanto, passível de pena (LAGENEST, 1960, p. 142). Este Sistema legal não reconhece a atividade – a conduta de todos os envolvidos é criminalizada: prostitutas, exploradores e clientes –, sendo assim, a prostituição é encarada como um crime, devendo ser erradicada¹⁴. Através de uma proibição rigorosa, o estado pretende extinguir a prostituição e todos os males que a rodeiam, englobando neste contexto a exploração sexual, a prostituição infantil, a violência contra a mulher e o tráfico internacional de pessoas para a exploração sexual, entre outros desvios.

3.2.3 Abolicionismo

No Abolicionismo, luta-se contra as próprias causas da prostituição, em todas as suas manifestações (LAGENEST, 1960, p. 137). Não se busca punir a prostituição em si, mas castiga todos os fatos contrários a ordem pública, causadas pela atividade e pelo lenocínio (LAGENEST, 1960, p. 138). Entende-se que a prostituta é uma “vítima” do sistema econômico e social, sendo assim, sua conduta não é criminalizada, mas também não é reconhecida profissionalmente. Contudo, tal sistema criminaliza a atuação de terceiro em relação à atividade – a conduta do explorador é criminalizada¹⁵. Portanto, a prostituição é encarada como uma forma de violência contra as mulheres, restringindo suas liberdades e seu direito à cidadania. No sistema abolicionista o peso da “ilegalidade” está sobre patrão ou empresário, tipificando o ato de rufianismo, popularmente conhecido como “cafetinagem” – qualquer um que desenvolva atividades econômicas correlacionadas com a prostituição é denominado como explorador sexual. Neste contexto, a prostituta é compreendida como vítima do explorador. Buscando-se desincentivar tal atividade, o Estado – como uma forma de atingir o ideal de aboli-la – utiliza-se da repressão contra a exploração e do não reconhecimento de direitos sociais às prostitutas. O Brasil adota este sistema político-jurídico desde 1942, quando entrou em vigor o atual e obsoleto Código Penal¹⁶, encarando assim a prostituição como uma atividade a ser erradicada. Esse modelo é

¹⁴ Cf. “**APÊNDICE B – PAÍSES PROIBICIONISTAS**”.

¹⁵ Cf. “**APÊNDICE C – PAÍSES ABOLICIONISTAS**”.

¹⁶ Cf. BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, 07-12-1940. Código Penal, op. cit.

atravessado por uma perniciosa tendência de omissão por parte do estado, na qual suas ações se ocupam dos aspectos penais periféricos à atividade, sem se preocupar com as garantias e direitos fundamentais das prostitutas.

3.2.3.1 Neoabolicionismo: Um novo modelo de abolicionismo

O Neoabolicionismo – ou mais conhecido como modelo sueco ou nórdico, tendo em vista ter sido implementado primeiramente nos países escandinavos – teve sua origem na Suécia ao final da Década de 1990. Sendo uma nova concepção do modelo abolicionista, assumindo conotações moralistas, busca-se desestimular a prática de uma forma diferente àquela vista anteriormente, ao inovar, implantando a descriminalizar da prostituição, ou seja, da venda de sexo, todavia, fortalecendo a penalização às condutas dos clientes destes serviços, ao criminalizá-los. O surgimento deste novo regime foi baseado em pressões do ativismo feminista – movimento que possui grande força nos países nórdicos – em articulação a uma agenda de igualdade gênero, implicando na criação de comissões sobre prostituição e violência contra as mulheres. O resultado desta parceria se concretizou neste novo tipo de organização normativa sobre a prostituição, ao considerar a prática como uma forma de violência contra as mulheres. Como diretrizes foram definidas, a este novo processo político-jurídico, a promoção da igualdade de gênero, a proteção das mulheres contra a violência praticada pelos homens e a mobilização pública para encarar a atividade como uma forma de violência feminina, no intuito de, a longo prazo, abolir de vez a atividade no País. A nova Legislação, por um lado, buscou o bem-estar das mulheres em situação de prostituição ao oferecer apoio para aquelas que busquem abandonar a atividade. Por outro, criminalizou toda a cadeia de atividades ligadas à demanda por serviços sexuais, com a punição daqueles que buscam, promovem ou explorem o métier. Baseando-se estritamente em princípios morais, apoiadores da lei argumentam que a prostituição causa graves danos aos indivíduos e à sociedade em geral, ao enfatizar que a realização da prática seria vergonhosa e inaceitável, ferindo a dignidade das mulheres. Portanto, as relações econômico-sexuais casuais entre homens e mulheres seriam incompatíveis numa sociedade com igualdade de gênero, em vista que estariam a uma condição análoga de submissão, podendo contribuir ainda na proliferação de uma estrutura criminal. Atualmente, o neoabolicionismo detém um espaço de especial importância em relação

à política externa sueca, influenciando assim outros países a adotarem medidas semelhantes. De fato, atualmente, uma nova onda abolicionista, influenciada pelo modelo nórdico, vem se consolidando pelo mundo, ganhando força, principalmente, nos países do continente europeu¹⁷.

Recentemente, a França¹⁸ foi um dos últimos países a adotar tal posicionamento¹⁹. Entretanto, é importante destacar, que a imposição desta condição normativa enfrenta diversas controvérsias por parte de grupos sociais pro e contra a este modelo, sem que houvesse um consenso geral ao tratar do assunto.

De acordo com os simpatizantes do neoabolicionismo, na busca por uma sociedade com igualdade de gênero, entende-se que a associação entre a prostituição e escravidão sexual se daria de forma automática. Sendo assim, caracterizada como violação dos direitos individuais, uma vez que o ato de se prostituir não se trataria de uma escolha pessoal e consentida, mais sim uma imposição organizada por redes de tráfico ou exploração sexual e outras mazelas sociais.

O argumento oposto, defendido por críticos da nova lei francesa e também por ONGs como a Médicos do Mundo e a Anistia Internacional, é que a penalização da demanda não beneficiaria as profissionais do sexo, tendo em vista que reforçaria o estigma e discriminação sobre elas. Ao levar a atividade ao isolamento e à

¹⁷ Cf. SAHUQUILLO, María. Modelo nórdico de combate à prostituição ganha força pelo mundo: Medida que castiga o cliente para lutar contra o proxenetismo foi adotada em 10 países. **O Globo**, Madri, 28 abr. 2016. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/modelo-nordico-de-combate-prostituicao-ganha-forca-pelo-mundo-19182794>>. Acesso em: 14 set. 2016.

¹⁸ Cf. MUNK, Verônica. Fortalecimento é o maior resultado: Trabalhadoras sexuais debatem restrições à profissão e reafirmam “vontade de atuar”. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, abr./mai. 2006. Movimento Organizado, p. 5. A criminalização da prostituição, principalmente de rua, na França, não é um assunto recente, na edição de abril/maio de 2006 do Jornal Beijo da Rua, Verônica Munk já descrevia o episódio: “Na oficina sobre trabalho sexual, verificou-se que a França vive o maior problema. Basta estar parada na rua que você pode ser penalizada e pagar multas altíssimas, de milhares de euros. Nem precisa abordar ou falar com o homem. O contato passivo já é penalizado. Com isso você está praticamente criminalizando a prostituição”.

¹⁹ Islândia, Canadá, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul, Irlanda do Norte são outros países que adotaram medidas similares. Em outros países, como a Finlândia, adota-se um sistema híbrido, aonde castigam a compra de serviços sexuais, mas só se a prostituta for vítima das redes de tráfico humano. Já na Noruega, seus cidadãos são também punidos caso sejam flagrados fazendo turismo sexual.

precariedade, as prostitutas ficariam mais expostas à violência policial e às quadrilhas e máfias que buscam explorar a atividade.

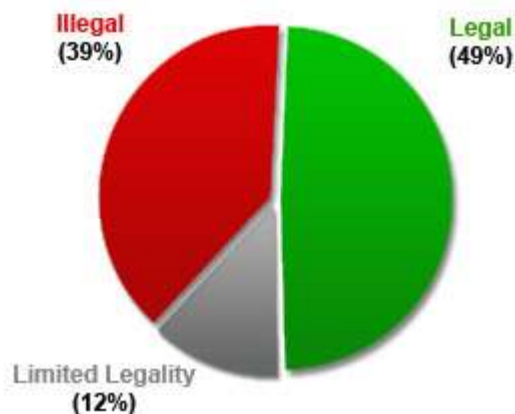
No Brasil, este modelo de tratamento da prostituição, vem influenciando também parlamentares no Congresso Nacional. Mas recentemente, alguns “representantes do povo” apresentaram Projetos de Leis²⁰ relativos à repressão da demanda por serviços sexuais, fundamentados em princípios morais e ideológicos.

Entretanto, apesar do Estado sueco promover suas potenciais qualidades e de possuir uma grande aprovação social, sua real efetividade é motivo de muitas críticas quando se referem aos resultados alcançados. Paradoxalmente, a lei que pretende impor penalizações rígidas, apresenta, na prática, condenações brandas, ao destacar a possibilidade de liberdade mediante fiança e a imputação de medidas educativas e disciplinares, como o pagamento de multa.

Outro ponto constatado é que esta medida, até o presente momento, se mostrou uma ferramenta incapaz de extinguir a prostituição. Buscando burlá-la, várias foram às tendências naturais para criação de um mercado negro com o aumento da corrupção e da criminalidade, deixando assim as prostitutas em situação ainda mais perigosa e vulnerável. Ou seja, ao invés de acabar com atividade, ela somente conseguiu mascara-la da sociedade, implicando ainda no surgimento de outras modalidades, ao se reinventar junto ao ambiente virtual, este muito mais difícil de ser controlado.

²⁰ Estes acontecimentos serão melhor explicados no 5º capítulo do presente trabalho. Entre os Projetos de Lei que tramitam atualmente no Congresso Brasileiro, encontra-se o PL nº 377/2011 do Deputado Federal João Campos (PSDB-GO) – Presidente da Frente Parlamentar Evangélica.

Figura 2 – Gráfico: regimes legais da prostituição por país.



Percentual de Países com Prostituição Legal, Illegal e Legalmente Legal (total de 100 países)²¹

Legal em 49; Legalidade limitada em 12; Illegal em 39; Total: 100.

1. Afeganistão	26. República Checa	51. Israel	76. Portugal
2. Albânia	27. Dinamarca	52. Itália	77. Roménia
3. Angola	28. Dominica	53. Jamaica	78. Ruanda
4. Antígua e Barbuda	29. República Dominicana	54. Japão	79. São Cristóvão e Névis
5. Argentina	30. Equador	55. Jordânia	80. Santa Lúcia
6. Armênia	31. Egito	56. Quênia	81. São Vicente e Granadinas
7. Austrália	32. El Salvador	57. Coreia do Norte	82. Arábia Saudita
8. Áustria	33. Estônia	58. Coreia do Sul	83. Senegal
9. Bahamas	34. Etiópia	59. Quirguistão	84. Cingapura
10. Bangladesh	35. Finlândia	60. Letônia	85. Eslováquia
11. Barbados	36. França	61. Libéria	86. Eslovênia
12. Bélgica	37. Alemanha	62. Lituânia	87. África do Sul
13. Belize	38. Grécia	63. Luxemburgo	88. Espanha
14. Bolívia	39. Granada	64. Malásia	89. Suriname
15. Brasil	40. Guatemala	65. Malta	90. Suécia
16. Bulgária	41. Guiana	66. México	91. Suíça
17. Camboja	42. Haiti	67. Países Baixos	92. Tailândia
18. Canadá	43. Honduras	68. Nova Zelândia	93. Trinidad e Tobago
19. Chile	44. Hungria	69. Nicarágua	94. Peru
20. China (incluindo Taiwan)	45. Islândia	70. Noruega	95. Uganda
21. Colômbia	46. Índia	71. Panamá	96. Emirados Árabes Unidos
22. Costa Rica	47. Indonésia	72. Paraguai	97. Reino Unido (incluindo Escócia)
23. Croácia	48. Irã	73. Peru	98. Estados Unidos
24. Cuba	49. Iraque	74. Filipinas	99. Uruguai
25. Chipre	50. Irlanda	75. Polónia	100. Venezuela

Fonte: PROCON.ORG

²¹ Cf. PROCON.ORG: The Leading Source for Pros & Cons of Controversial Issues. Disponível em: <<http://prostitution.procon.org/view.resource.php?resourceID=000772>>. Acesso em: 16 maio 2017.

3.3 A Prostituição no Brasil

A questão social brasileira acerca da prostituição é bem mais complexa do que se pode imaginar. Alinhado aos principais acordos internacionais, o Brasil, vive atualmente uma situação paradoxal, marcada historicamente pela alternância de períodos de tolerância e períodos de controle e repressão à atividade. Principal promotor do bem-estar social e em defesa dos direitos humanos sobre populações em situação de vulnerabilidade, o Estado Brasileiro vive um grande dilema ao se encontrar ainda vinculado a uma mentalidade anacrônica – aquela que remonta à Década de 1950, marcada por uma visão ultraconservadora. Este contexto faz levantar algumas indagações a respeito do tratamento político-jurídico em relação à matéria, chegando dificilmente, na atual conjuntura, a um consenso entre os atores envolvidos.

Ratificante da Convenção de Nova York, o tratamento do Estado em relação à atividade ainda está fortemente alinhado a uma abordagem abolicionista. Todavia, atualmente vem sofrendo um grande revés, desde o início dos anos 2000, após se tornar signatário do Protocolo de Palermo²², adotando, mas recentemente, um modelo mais preocupado com os direitos humanos daqueles que se prostituem. Esta incoerência ideológica, ao seguir recomendações de dois modelos de tratamento distintos – apesar de o segundo sobrepor o primeiro – gera vários questionamentos a respeito da legitimidade do Governo ao adotar medidas contra ou a favor e, ainda ao não definir um posicionamento oficial acerca desta problemática²³.

Seguindo assim uma tendência internacional de omissão, aderindo à retórica mundial abolicionista, a sociedade brasileira, de modo em geral, adota um posicionamento conservador em relação à prostituição, reconhecendo-a como uma atividade imoral e indigna. Portanto, no Brasil, a prostituição é encarada como um

²² Cf. SENRA, op. cit., p. 54: De acordo com o Autor, o Senado Federal aparentemente comunga das ideias propostas pelo respectivo Protocolo. Como foi explicado anteriormente, juridicamente o Protocolo de Palermo, por ser um acordo mais recente e por englobar alguns assuntos já presentes na Convenção de Nova York, ele prevaleceu sobre a antiga Convenção.

²³ Fazendo uma breve reflexão, levanto o seguinte questionamento: Até qual ponto as medidas implementadas pelo Estado, neste contexto são legítimas? Seria um caso de crise de identidade ou existencial, ao não definir um posicionamento oficial? Estas são umas das questões que aqui se pretendem ser respondidas.

problema a ser erradicado, no qual os campos jurídicos e político ocupam-se somente do tratamento dos aspectos penais periféricos relativos ao métier, relegando assim, a segundo plano, garantias e direitos fundamentais mais elementares às prostitutas.

Entretanto, considerando estes aspectos mencionados anteriormente, no Brasil, a prostituição não é uma atividade ilegal – o trabalho de prostituta não é ilícito e nem proibido – contudo, as atividades econômicas acessórias, realizadas no seu entorno são criminalizadas, através de algumas práticas e condutas que podem caracterizar o lenocínio – crime previsto no Código Penal brasileiro. Somada a este contexto, a inexistência de uma regulamentação profissional aumenta a vulnerabilidade e o estigma daqueles envolvidos neste fenômeno social.

Os três poderes, apesar de convergirem em certos assuntos, também não apresentam um consenso final a respeito do tratamento deste assunto:

Apesar de consideráveis avanços promovidos pelo Poder Executivo, ao buscar parcerias com o movimento social, visando o fomento e a implementação de políticas públicas de saúde para o enfrentamento à DSTs/AIDS, culminando no reconhecimento laboral do ofício²⁴, nos últimos anos apresentou uma atuação bastante tímida, implicando até em alguns casos de retrocesso em relação ao seu posicionamento institucional, no qual, em nome da governabilidade, tornou-se um pacato refém do Congresso Nacional.

Emanado por um discurso moralista, o Poder Legislativo, seguindo tendências internacionais, adota, como estratégia, um posicionamento de inércia e omissão. No Congresso Nacional, o tratamento da matéria se encontra concentrada na esfera penal, direcionando suas preocupações ao tráfico de pessoas para exploração sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Influenciando o cenário nacional, sua microestrutura de poder é caracterizada pela forte pressão da Bancada Evangélica sobre comissões que tratam, como questões centrais, temas moralmente polêmicos.

²⁴ Será visto no próximo capítulo, no subitem “4.6 Reconhecimento Ocupacional” como se deu este processo.

Assumindo uma postura positivista e, ao mesmo tempo, contraditória, o Poder Judiciário não possui uma doutrina consolidada a respeito da prática. Enquanto instâncias superiores mantêm um posicionamento mais conservador, instâncias inferiores se apresentam mais solícitas ao tratamento da questão, revelando uma tendência mais progressista para a resolução destes conflitos. Entretanto, apesar de recentemente estar alinhada a uma pauta mais humanista, de modo geral, a Justiça Brasileira, em pleno Século XXI, ainda se mantém vinculada a padrões morais anacrônicos para uma nova realidade social. Um exemplo claro deste modelo de tratamento jurídico pode ser visto ao tratar da prostituição somente no direito penal. O atual Código Penal Brasileiro²⁵, introduzido na Década de 1940, se tornou antiquado à assunção de novos padrões de liberdade, tolerância e costumes morais bastante diferentes daqueles da época de sua criação. Senra (2013, p. 87) afirma que “na esfera penal, a exploração econômica da prostituição sofre um tratamento ambíguo no Brasil: Tolerância e leniência, corrupção, discricionariedade, violência”. Essas contradições podem ser evidenciadas no Art. 229 do presente código, ao se levar em consideração a licitude do objeto:

CASA DE PROSTITUIÇÃO – Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: [Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009](#) Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa (BRASIL, 1940).

A manutenção de casa de prostituição, por ser uma atividade meio não regulamentada, é tipificada como um ato ilícito, entretanto, outras funções acessórias presentes num estabelecimento – como, por exemplo, serviços de garçom, caixa e faxina – por serem regulamentadas, seriam consideradas lícitas e, portanto, não se enquadrariam como crime. Logo, neste raciocínio, a prostituição, por não ser regulamentada, seria supostamente uma prática ilícita. De fato, esta condição de insegurança jurídica, marcada por uma situação de desigualdade e discriminação fundamentadas num juízo moral, gera uma maior vulnerabilidade.

Ainda seguindo esta lógica é importante destacar que, na justiça comum, os representantes de casas de prostituição são raramente penalizados. Apesar de seus

²⁵ Cf. BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, 07-12-1940. Código Penal, op. cit.

atos serem caracterizados como crime de lenocínio, na maioria das vezes são absolvidos e, em alguns casos, as sentenças são declaradas improcedente por falta de fundamentos²⁶.

Atualmente, nas demais esferas do direito brasileiro – trabalhista, previdenciário, civil, entre outras – não existem nenhum dispositivo legal envolvendo esta matéria, havendo, portanto, um grande hiato jurídico. Por entender como uma atividade imoral, a justiça trabalhista, no âmbito de sua competência, majoritariamente, não reconhece nenhum direito às prostitutas.

Os órgãos de controle e repressão, por se tratar de uma atividade não regulamentada – ou seja, na ausência de uma legislação adequada para o seu tratamento – possui, por vezes, um posicionamento ambíguo à aplicabilidade da lei. Enquanto algumas instituições buscam impor um tratamento humanitário, baseado em preceitos constitucionais²⁷, outras, aproveitando este vazio legislativo, praticam condutas ilícitas sob a tutela do Estado. Este cenário de contradições e dubiedades é observado por Blanchette & Silva (2005) em referência à questões ligadas ao turismo sexual:

Nos discursos produzidos por órgãos do governo brasileiro acerca do fenômeno, é comum observar o uso do conceito de turismo sexual como se fosse sinônimo de abuso de menores e intimamente vinculado à extração de mulheres para trabalhos forçados como prostitutas. Essa visão aparece quase como uma definição oficial do fenômeno – aquela que é a mais comumente usada por agentes políticos para justificar novos dispositivos legais.

Todavia, o turismo sexual parece ser definido no campo legal-jurídico brasileiro de forma diferente, como algo muito mais específico: a violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente, as leis contra pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado violento ao pudor e tráfico de mulheres. É mister salientar que a simples contratação dos serviços de uma prostituta maior de idade não configura, por si só, um crime e, portanto, não deve ser entendida como turismo sexual nesta acepção do fenômeno (BLANCHETTE; SILVA, 2005)²⁸.

²⁶ Cf. SENRA, op. cit., p. 81: O Autor afirma que na maioria das vezes é impetrado *Habeas Corpus* em favor dos donos de Bordéis.

²⁷ Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Promulgada em 05 de outubro de 1988.** Brasília: 1988. 129 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 maio 2016.

²⁸ Cf. BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, p. 249-280, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

Figura 3 – Polícia de Costumes: Década de 1950.



Foto: Desconhecida.

A segregação da prostituição no Brasil vai muito além de uma questão social, adquirindo características espaciais, ao serem adotadas medidas que buscam cerceá-la em “regiões morais” (PARK, 1967, p. 62). O surgimento das históricas zonas de meretrício, visando à adoção de políticas higienistas e de controle social²⁹, é um

exemplo claro das tentativas do Estado em conter a propagação deste fenômeno urbano³⁰.

Figura 4 – Visita da Rainha Elizabeth II (1968): Tapumes escondem a “zona”.



Foto: “Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca” (SIMÕES, 2010b).

Consequentemente, a criação destes espaços somada à inexistência da participação do mesmo Estado que a promoveu, contribuíram para o surgimento de um ambiente propício ao fortalecimento de frentes de poder paralelo. Com isso, a associação a outras mazelas sociais e a marginalização da atividade, surgidas a partir

²⁹ Vários exemplos na literatura brasileira abordam o assunto da prostituição com relação à temática socioespacial. Cf. LEITE, op. cit.; Cf. MORAES, op. cit.; Cf. PEREIRA, op. cit.; Cf. SIMÕES, op. cit.; Cf. SOARES, op. cit., pp. 94-101; Cf. HELENE, Diana. **“PRETA, POBRE E PUTA”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.: Os trabalhos mais relevantes retratam os contextos presentes na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro-RJ, e do bairro Jardim Itatinga, na cidade de Campinas-SP.

³⁰ É importante destacar que as políticas legitimadas pelo Estado não alcançaram, em sua totalidade, os resultados esperados. Ao contrário, estas medidas fizeram florescer ou fortalecer outras modalidades de serviços sexuais, como o trottoir, a prostituição de boates, saunas, call-girls, entre outras; Cf. GASPAS, op. cit.: A Autora descrever melhor estas outras modalidades de prostituição.

das violações de direitos, vulnerabilidade e o isolamento espacial, tornam-se mais evidentes ao se aproximar a outras práticas criminalizadas, como o tráfico e o consumo de drogas, a exploração de pessoas, a corrupção policial, entre outras.

3.3.1 Megaeventos

Conquistando o direito de sediar o Mundial de Futebol e os Jogos Olímpicos, em 2014 e 2016, respectivamente, o Estado Brasileiro, assim como todos os países anfitriões, se submeteu a normas impostas pelos comitês internacionais responsáveis pela promoção destes Megaeventos.

Neste ambiente, aproveitando o contexto de preparação dos jogos, os movimentos abolicionistas criaram um mito, uma “histeria coletiva” embasada numa suposta associação de grandes eventos esportivos ao “aumento da demanda por sexo”, no qual seu público favorecia o tráfico de pessoas para fins de prostituição. Portanto, este seria o principal argumento destes grupos para ganhar espaço e impor suas agendas antiprostituição.

A Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres (*Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW*), em 2011, publicou o documento intitulado “Qual é o preço de um boato? Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas”. Neste relatório, a Organização buscou desconstruir esta narrativa, com o intuito de evitar o aumento da criminalização e da violação de direitos humanos sobre prostitutas e clientes nos países-sede destes grandes eventos esportivos. O estudo ainda afirmou a maneira que se dá a propagação desta crença, conforme pode ser evidenciado, num trecho extraído do presente documento³¹:

O suposto vínculo entre os grandes eventos esportivos e o tráfico de pessoas para fins da prostituição tem sido fortemente sustentado pelos grupos que acreditam que a erradicação do trabalho sexual vai diminuir a ocorrência de tráfico (ou seja, os abolicionistas). Estes grupos têm afirmado que as aglomerações masculinas resultam no aumento da demanda por serviços sexuais pagos e que essa demanda será suprida, supostamente, pelo tráfico de mulheres.

[...]

³¹ Cf. GAATW. Global Alliance Against Trafficking in Women. **Qual é o Preço de um Boato?**: Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas. Bangkok: [s.n.], 2011. 90 p. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/o_preco_de_um_boato.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

O problema é que essa visão do tráfico tem sido admitida como fato inquestionável especialmente por políticos. Apesar da falta de provas, é impressionante ver o quanto esse assunto continua sendo interessante para a mídia, para os políticos e para os grupos abolicionistas da prostituição (GAATW, 2011, p.13).

De fato, nos períodos que antecederam e durante a realização dos megaeventos, agentes estatais, a sociedade civil e a mídia nacional e internacional propagaram um pânico moral, ao difundirem discursos sobre os efeitos e consequências avassaladoras que estes grandes encontros trizeriam, alardeando o exponencial aumento dos casos de exploração sexual de crianças, mulheres e adolescentes.

A aplicação destas medidas antiprostituição, na prática, podem ser evidenciadas com a realização de grandes projetos de intervenção e reestruturação urbanística nas cidades-sede da Copa e das Olimpíadas. De caráter higienista, mas, sobretudo, por motivações econômicas, visando à valorização do espaço urbano, criando ainda uma falsa impressão de organização e segurança, estas ações afetaram diretamente os profissionais do sexo, reorganizando o comércio sexual ao atingir áreas tradicionais de prostituição. Estas áreas se tornaram locais de destino de agentes do Estado, missionários e militantes abolicionistas que embasados em argumentos, por ora, legitimados, pretendiam reprimir – às vezes de forma perversa – o trabalho sexual, desconstruindo assim um sistema de referências morais, espaciais e afetivas, que dão, por definição, sentido à chamada “vida comunitária”³².

O uso do argumento da “legalidade”, devido a sua ambiguidade, vem sendo utilizado, muitas vezes, pelo poder oficial para instituir mecanismos de coerção, no sentido de conter a atividade em determinados espaços públicos. Nesta seletiva perseguição, sob justificativas “legais”, são criadas falsas evidências para incriminar seus atores. Neste sentido, o Estado, detentor do monopólio da violência e utilizando-se do poder de polícia, submete os trabalhadores sexuais a inúmeros casos de violação de direitos, resultando até em prisões arbitrárias, tornado estes ainda mais vulneráveis e desprotegidos.

³² Cf. SIMÕES, op. cit., p. 53.

Neste contexto, marcado por frequentes ocorrências de abusos e corrupção praticadas, principalmente, pela polícia e outros agentes estatais, podemos destacar como um dos casos mais emblemáticos o triste episódio do “*Prédio da Caixa*”³³ e o fechamento do *Balcony Bar*³⁴, acontecidos poucos dias antes do início da Copa. Na maioria das vezes o poder público, sob alegações de atendimento a denúncias de exploração de menores, realiza operações policiais midiáticas, porém com finalidades diferentes daquelas oficialmente pretendidas.

³³ O “Prédio da Caixa Econômica” é um notório ponto de prostituição na cidade de Niterói-RJ. No dia 15 de abril de 2014 centenas de policiais invadiram o prédio sob pretexto de cumprir um mandado de busca e apreensão de menores de idade que estariam sofrendo exploração sexual, o que nunca foi comprovado. Dezenas de mulheres foram agredidas, roubadas e estupradas em nome do Estado, resultando na prisão ilegal de 120 prostitutas; Cf. MAXX, Matias. Esta Prostituta Foi Roubada, Estuprada e Despejada por Policiais em Niterói: Conversamos com Isabela, a única das 400 trabalhadoras do Prédio da Caixa que peitou PMs, sequestradores, cafetões e políticos para continuar sustentando o filho com o próprio corpo. **Vice**, 19 ago. 2014. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi>. Acesso em: 30 jun. 2016; Cf. SIMÕES, Soraya Silveira. “EU EU EU, EU SÓ DOU O QUE É MEU”: Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2014. Papos da Gabi. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3200>>. Acesso em: 31 jul. 2016; Cf. MURRAY, Laura. Violações Graves contra Prostitutas em Niterói Demandam Atenção e Ação Urgente. **Papos de Gabi**, Rio de Janeiro, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3214>>. Acesso em: 31 jul. 2016; Cf. MURRAY, Laura. A Niterói que Queremos. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, Dez. 2014. p. 23-25.

³⁴ Outra operação policial, realizada em 11 de junho de 2014, ou seja, um dia antes da abertura da Copa do Mundo, atendendo a denúncias de “abuso de vulneráveis”, culminou no fechamento do Balcony Bar, conhecido bar da orla de Copacabana, localizado no tradicional setor da prostituição na Zona Sul. É importante destacar a proximidade geográfica deste estabelecimento com a megaestrutura do Fifa Fan Fest; Cf. COELHO, Henrique. Polícia fecha bar e hotel na orla do Rio por exploração sexual de menores: Estabelecimentos na Zona Sul já foram citados em três inquéritos. Bar e hotel terão as atividades suspensas, diz decisão da 29ª Vara Criminal. **G1**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2014. RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://glo.bo/1liSk7v>>. Acesso em: 30 jun. 2016; Cf. VIEIRA, Isabela. Polícia fecha bar e hotel em Copacabana por exploração sexual de menores. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2014/06/12/policia-fecha-bar-e-hotel-em-copacabana-por-exploracao-sexual-de-menores.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Figura 5 – Episódio do “Prédio da Caixa” em Niterói-RJ.



Fotos: Laura Murray.

Figura 6 – Fechamento do Balcony Bar em Copacabana.



Fotos: Observatório da Prostituição.

O Estado, ao realizar as intervenções, defende um discurso de que estas seriam necessárias para o bem comum, contudo, ao final, somente uma pequena parcela da sociedade é diretamente beneficiada. Utilizando destas artimanhas, busca-se impor sua histórica agenda de segregação, ao criar, como mencionado anteriormente, territórios específicos, instituindo uma restrição simbólica – baseada na moralidade – sobre a livre circulação dos indivíduos pela cidade.

Durante a realização do Mundial de Futebol, muitas ONGs brasileiras obtiveram recursos para pôr em prática o combate à exploração sexual e o tráfico de pessoas, entretanto, a presença destas em áreas de prostituição, ao longo dos jogos, em sua totalidade, foi praticamente inexistente.

O discurso que foi largamente disseminado por grupos abolicionistas, não se configurou na prática. Ao final, foi evidenciada uma enorme discrepância entre as previsões que antecederam os eventos esportivos e os números reais de casos de

tráfico e exploração sexual encontrados durante os jogos. Fazendo uma comparação com as análises e evidências apresentadas no documento da GAATW, podemos concluir que os resultados foram totalmente diferentes das alegações defendidas por tais grupos.

Figura 7 – Relatório sobre megaeventos da GAATW.

EVENTO	PREVISÕES	O QUE ACONTECEU?
Copa do Mundo 2010 (África do Sul)	40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam importadas para o evento.	O Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul no encontrou um só caso de tráfico no evento.
Jogos Olímpicos, 2010 (Canadá)	Ocorreria uma "explosão" no tráfico humano.	Os dados estão sendo analisados, mas as evidências anedóticas e reportagens preliminares indicam que nenhum caso de tráfico foi identificado e os negócios diminuíram para os(as) trabalhadores(as) sexuais.
Copa do Mundo 2006 (Alemanha)	40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam importadas para o evento.	5 casos de tráfico foram identificados, ligados à Copa do Mundo.
Jogos Olímpicos, 2004 (Grécia)	Aumentaria o tráfico para a prostituição.	Nenhuma instância de tráfico para a prostituição foi ligado aos Jogos Olímpicos de 2004.
Super Bowl 2008, 2009, 2011 (EUA)	10.000 - 100.000 trabalhadoras sexuais invadindo o evento ou sendo traficadas para o evento.	A polícia não notou nenhum aumento em prisões relacionadas ao trabalho sexual durante o evento.

Fonte GAATW.

Analisando o contexto de acontecimentos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, em analogia ao estudo apresentado pela GAATW, foram constatados que, ao contrário das previsões alarmantes, os Megaeventos foram ruins para o comércio sexual, principalmente na cidade que foi estudado tal fenômeno – o Rio de Janeiro. Em ambos os eventos, houveram “migrações intra-urbanas” motivadas, por pelo menos, dois aspectos: O controle e a repressão do Estado sobre a atividade e, também, o deslocamento para os locais de maior concentração de público, com intuito de ganhos. Entretanto, a grande maioria dos trabalhadores sexuais avaliaram a realização dos jogos de forma negativa, ao levar em consideração a lógica mercantil da oferta e da demanda, gerando “um mal-estar” generalizado devido ao fracasso da expectativa de grandes lucros. Muitos fatores influenciaram este ambiente, desde a

propagação das falácias impostas pelos meios de comunicação até o tipo de perfil do público frequentador destes eventos.

Ao apresentar um breve panorama no qual a prostituição se encontra inserida, sobretudo, a partir da ótica brasileira, traçamos um perfil marcado por uma grande heterogeneidade de atores, fatores e circunstâncias. A partir desta reflexão, surgiram diversas indagações em relação ao contexto de participação dos trabalhadores sexuais dentro deste processo. O estudo desta outra perspectiva se faz necessária para que possamos alcançar os objetivos sumariamente proposto neste trabalho: Os percursos sobre a regulamentação e reconhecimento profissional e seus impactos sobre a formulação de políticas públicas. Portanto, dando prosseguimento a esta longa pesquisa, no próximo capítulo, será evidenciada a assunção do complexo processo de constituição e consolidação do Movimento Brasileiro de Prostitutas, suas reivindicações e principais conquistas.

4 IDENTIDADE COLETIVA: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

O Surgimento e a propagação internacional de movimentos associativos, a partir da segunda metade do Século XX, tornou-se questão de extrema relevância, ao trazer uma nova perspectiva para o debate na busca pelo reconhecimento legal da profissão, pela dignidade do trabalho e pela redução do estigma.

4.1 Assunção de Um Movimento Internacional

A formação da identidade coletiva, através do movimento organizado, tem suas primeiras aparições em meados dos anos 1970. Prostitutas de diversos países começaram a se organizar em torno de pautas reivindicatórias locais, que no final convergiam em objetivos comuns, em defesa dos direitos humanos e civis.

Como ponto de partida para internacionalização do movimento, dois marcos importantes da história foram os precursores da sua assunção em escala mundial.

O primeiro acontecimento, ocorrido na França em 1975, impulsionou uma onda que afetou o continente europeu. O movimento de prostitutas de Lyon – a primeira grande manifestação pública de prostitutas que encontrou repercussão na imprensa e alcance internacional – surgiu em junho daquele ano, após uma série de casos de assassinatos cruéis, abusos, brutalidade, repressão, corrupção policial e opressões das mais variadas formas sobre as prostitutas desta cidade francesa. Estes acontecimentos desencadearam a assunção de um movimento político, motivando a realização de protestos e a apresentação formal de reivindicações às autoridades e à imprensa por um grupo misto de prostitutas e aliados na luta contra a opressão¹.

Estes acontecimentos deram início ao movimento associativo de prostitutas – então chamado de “*The French Prostitutes Collective*” (SENRA, 2013, p. 153). A ocupação da Igreja Saint-Nizier, no centro da cidade de Lyon, em 2 de junho de 1975,

¹ Cf. SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos**: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada. 2014. 333 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. pp. 70-71: A Autora evidencia em seu trabalho a negociação entre as prostitutas e os poderes públicos. Até então, apenas o advogado era aceito para conversar com o Prefeito. Os acontecimentos de Lyon foram um divisor de águas no que se referem a emergência do movimento de prostitutas como sujeito político.

reunindo aproximadamente 600 prostitutas acompanhadas por jornalistas e simpatizantes – sindicalistas, feministas... –, é considerado até os dias de hoje o ápice do episódio. De importância histórica, o dia 2 de junho tornou-se o Dia Internacional das Prostitutas.

O segundo acontecimento, ocorrido nos EUA, por fim determinou os rumos que o movimento seguiria, assim como a sua lógica, pauta e identidade política ao alcançar repercussão internacional. A criação da expressão “Sex Work” (“Trabalho Sexual”) pela prostituta e ativista Carol Leigh, em uma conferência realizada em São Francisco em 1978, mudou de vez o discurso sobre a prostituição, tendo em vista que a expressão “Trabalho Sexual” afasta a vitimização (SENRA, 2013, p. 154). Esta expressão, portanto, “seria uma estratégia retórica para que as prostitutas pudessem assumir nos meios políticos e sociais o seu trabalho” (SENRA, 2013, p. 154). Ou seja, seria uma forma e/ou um meio de empoderamento político e social destes atores, livrando-os do forte estigma que carregam, estabelecendo também uma relação ativa ao afirmar que “são mulheres que vendem sexo – e não homens que o comprem”².

Andreia Skackauskas (2014, p. 72) reforça a importância destes marcos históricos para a consolidação e fortalecimento do movimento organizado, conforme o trecho apresentado a seguir:

Kempadoo e Doezenia (1998 apud SKACKAUSKAS, 2014) consideram que essa grande mobilização desencadeou a emergência de um movimento altamente politizado em defesa dos direitos das prostitutas na Europa, que sinalizava para o começo do movimento autoidentitário com o estabelecimento/fortalecimento de organizações – como o COYOTE (Call off Your Tired Ethics), nos Estados Unidos, fundado em 1973 por uma “ex-garota de programa”. Na cronologia esboçada por essas autoras, em 1975 foi criado o Coletivo Francês de Prostitutas, que, por sua vez, inspirou a formação de outros coletivos, como na Inglaterra no mesmo ano; em Nova York, em 1979; na Austrália, em 1981; e na Itália, em 1982. Em 1985, era criado o Comitê Internacional para os Direitos das Prostitutas. Dois congressos mundiais seriam realizados em Amsterdã e Bruxelas, respectivamente em 1985 e 1986 (SKACKAUSKAS, 2014, p.72).

Como mencionado na última citação, a assunção da visibilidade política do movimento organizado de prostitutas, a nível internacional, culminou na realização de

² Cf. SENRA, op. cit., p. 154.

dois grandes encontros mundiais da categoria, com o intuito de debater a suas principais pautas de luta.

Em 14 de fevereiro de 1985, em Amsterdã, foi realizado o primeiro “Congresso Mundial das Prostitutas”. Organizado pelo Comité Internacional para os Direitos das Prostitutas (*International Committee for Prostitutes’ Rights – ICPR*), este evento foi marcado por dois fatos de extrema relevância para os rumos do movimento organizado, em âmbito global. Ao buscar definir um posicionamento oficial em relação à atividade, foram postos em xeque as diferenças ideológicas entre as associações conduzidas por feministas e aquelas conduzidas por prostitutas. Surgindo como resposta aos argumentos feministas, estes que defendiam que todos os tipos de prostituição seriam de forma forçada, foi elaborada, ao final do encontro, a “Carta Mundial pelos Direitos das Prostitutas” (*World Charter For Prostitutes’ Rights*)³. No segundo congresso (“World Whores Congress”⁴), ocorrido entre os dias 1 e 3 de outubro do ano seguinte (1986), no prédio do Parlamento Europeu, em Bruxelas, foi realizada a ratificação da “Carta Mundial pelos Direitos das Prostitutas”.

A expansão e a articulação internacional do associativismo intensificaram-se a tal ponto de se consolidar nas maiores conquistas do movimento social, como podem ser observadas nas mais variadas iniciativas de descriminalização da atividade, tendo por influenciar ainda no processo regulamentatório recentemente adotado por alguns países, no tratamento de decisões judiciais e na elaboração de novos tratados internacionais.

4.2 Gênese do Movimento Brasileiro de Prostitutas

Assim como os acontecimentos ocorridos na França, pelas mesmas razões verificadas no exterior, no Brasil floresciam, em meados dos anos 1970, as primeiras manifestações e articulações em prol da luta e resistência pelos direitos das prostitutas, a fim de denunciar a ação truculenta e repressiva por parte da polícia na

³ Cf. “ANEXO E – Carta Mundial pelos Direitos das Prostitutas”.

⁴ Na tradução literal: “Congresso das Putas do Mundo”.

região da antiga “Boca do Lixo”⁵ em São Paulo. A realização de um protesto ocorrido no final de setembro de 1979, algo até então nunca antes visto no centro da cidade, parou a noite paulistana. Motivada pelo assassinato brutal de uma prostituta⁶, foi a primeira grande ocorrência que desencadeou outras manifestações que subseguiram.

⁵ Cf. SKACKAUSKAS, op. cit., pp. 72-73: “Operações Arrastão”; “Boca do Luxo”; “Boca do Lixo” ou o “Quadrilátero do Pecado”. A prática da prostituição, “aberta” ou o “trottoir”. Nessa época, então, um toque de recolher foi instituído, as prostitutas não poderiam ficar na rua depois das dez horas da noite; muitas foram presas, espancadas e torturadas nas delegacias. “De acordo com Joanides (1977), uma nova filosofia de “ação preventiva” foi instituída pela polícia, vieram as “Rudis”, as “Rones”, as “Operações arrastão”, “Pente-fino”, “Coração de mãe”, “Limpeza” etc.; com a ação policial quase que diária, os malandros, as prostitutas e os “vadios” foram se afastando do “miolo” desse quadrilátero, o que também levou a polícia a expandir o seu raio de ação. Dessa forma, segundo esse autor, no final da década de 1970, a “Boca do Lixo”, em seu formato inicial, já teria se desfeito ao se espalhar por várias ruas da região central da cidade”.

⁶ Cf. POMBO, Cristiano Cipriano. Carrasco da Seringa leva prostitutas a parar a noite de São Paulo. **Notícias Populares / Banco de Dados Folha**, São Paulo, 13 jan. 2016. SAIU NO NP. Disponível em: <<http://folha.com/no1728282>>. Acesso em: 15 abr. 2017; Cf. FON, Antonio Carlos. O Crime do Estudante: Revolta e protesto do povo da noite. **Jornal da República**, São Paulo, 22 set. 1979. São Paulo / Brasil, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=410&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 15 abr. 2017. O episódio do assassinato de uma prostituta – conhecida por “mariposa” – por um cliente desencadeou as primeiras manifestações, no qual algumas prostitutas propuseram algo inédito à época, uma “greve do sexo”, como pode ser mais bem detalhada nestas duas reportagens da época.

Figura 8 – Manifestações na noite Paulistana.



Fonte: Folhapress e Jornal da República (Arquivo Nacional).

Em novembro daquele mesmo ano realizou-se, em plena Ditadura Militar, a mobilização de maior expressão para movimento brasileiro⁷. Liderada pela prostituta e ativista Gabriela Leite o encontro ocorrido na Praça da Sé, centro da capital paulista, foi uma reação às arbitrariedades e agressões praticadas pelas operações policiais. Tendo uma grande repercussão na mídia, o acontecimento ganhou notoriedade ao despertar a atenção da sociedade paulistana para um problema até então considerado inexistente. Este episódio marcou a emergência de um novo sujeito político que nos anos subsequentes ganharia adesão em âmbito nacional.

Aparecida Fonseca de Moraes (1996, p. 196) destaca a assunção da visibilidade política e social desta categoria e a importância de Gabriela Leite como liderança a frete do movimento:

⁷ Cf. SKACKAUSKAS, op. cit., p. 73: “Em novembro de 1979, realiza-se uma mobilização maior na Praça da Sé, centro da capital, denunciando os abusos policiais sob o comando do delegado José Wilson Richetti contra as prostitutas. Após a passeata, houve uma adesão de artistas famosos à causa das prostitutas e a atriz Ruth Escobar cedeu seu teatro para uma assembleia (Leite, 1992; 2009)”.

No Brasil as prostitutas começam a dar visibilidade à imagem de categoria disposta a reivindicar seus direitos diante da sociedade, através da liderança de Gabriela Leite. As primeiras entrevistas que Gabriela concedeu à imprensa causou forte impacto junto à opinião pública, e a partir daí ela não parou mais de se manifestar e de se colocar como interlocutora da categoria. Desde o início o seu discurso é lírico, apaixonado, emocional e com grande força literária. Mas também irá se caracterizar por ser profundamente questionador do padrão burguês de organização social e familiar, incisivo, agressivo na defesa da categoria e valorizador da cultura e modos de vida daqueles que são identificados como os marginalizados e excluídos (Moraes, 1996, p.196).

4.2.1 Gabriela Leite: A Liderança Emblemática

Numa sociedade regida por aparências, embasadas nos valores dos modelos dominantes, a prostituição, considerada um tabu, carrega estereótipos que acabam por estigmatizá-la.

Este cenário socialmente conflituoso é apresentado pelo grande dilema acerca da exposição individual. Prostitutas são pessoas comuns, que além de possuírem uma vida profissional, possuem uma vida pessoal, emocional e afetiva. Assumir uma identidade publicamente é um importante instrumento de manifestação sociopolítica, entretanto, não é uma tarefa fácil, sobretudo, quando aspectos pessoais, morais e familiares são colocados em xeque. No sentido oposto, a negação da própria existência fortalece o estigma e alimenta o preconceito. Portanto, sendo um dos maiores desafios para as profissionais do sexo, ao enfrentar os preconceitos impostos pela sociedade, “a assunção da identidade revelada através do reconhecimento do seu trabalho torna-se para elas um tema bastante delicado” (MORAES, 1996, p. 264).

Gabriela Leite foi pioneira ao apresentar mudanças na postura com relação à assunção da identidade de prostituta. Ao assumir uma identidade estigmatizada, a ativista acabou inaugurando um novo precedente nas interações sociais e na ação social das prostitutas com a sociedade civil, constituindo novos atores sociais que reivindicavam o seu espaço profissional e político, dispostas ainda a desmistificar o conjunto de estereótipos associados à atividade.

Figura 9 – Gabriela Leite.



Fonte: Davida.

Na sua concepção, prostitutas deveriam ser reconhecidas e se reconhecerem nesta condição para que o preconceito não fosse reproduzido pelas próprias, ou seja, “não se assumir é ser cúmplice de preconceito e abrir mão da própria história” (SIMÕES; LEITE, 2002)⁸.

É importante salientar que Gabriela Leite, como prostituta e militante, estava muito a frente de seu tempo ao buscar a construção de um discurso de afirmação da prostituta como categoria e da prostituição como trabalho, indo assim na contramão dos “princípios” hegemonicamente defendidos pela sociedade em geral. Isso fez com que, como principal representante do movimento social, ganhasse notoriedade e espaço no plano político, abrindo voz a um debate até então inédito, ao aderir uma conotação politizada do discurso, como pode ser vista em uma das suas mais famosas entrevistas:

Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário, e contra as de esquerda, que afirmam que prostituta é resultado da sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação pela sociedade ideal [...]. Não somos vítimas [...], temos que lutar por nossos direitos, nosso espaço, e não continuarmos marginalizadas (O GLOBO, 1987, s/p)⁹.

Isso fez com que ganhasse novos simpatizantes, somando forças ao reivindicar direitos sociais, igualdade, cidadania e direito à cidade. Diana Helene (2015, p. 73-74) cita em seu trabalho, a importância de Gabriela Leite a frente do movimento:

Gabriela Leite, que se tornaria pouco depois a principal ativista e a “cara” desse movimento, relata esse evento em seu livro: Minha militância política começou na prática, não partidária. Milhares de prostitutas e travestis fechando o centro de São Paulo em pleno dia. Foi em 1979, na briga com o delegado Richetti, que estava prendendo e torturando o pessoal das Bocas. A organização da passeata começou com os travestis (sic), que buscaram adesões junto a nós. Eu e uma colega resolvemos percorrer todos os prédios da Boca do Lixo. Tudo foi feito num trabalho de

⁸ Cf. SIMÕES, Soraya Silveira; LEITE, Gabriela Silva. Prostitutas do Rio recebem deputados e representantes de Saúde e Urbanismo para defender os interesses da categoria: Puta, prostituta, mulher da vida. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, nov.-dez. 2002. Encontro Político, p. 4.

⁹ Cf. O GLOBO, 1987. 21/7, s/p.

boca a boca, que resultou num baita movimento. Logo que assumiu a delegacia da jurisdição das Bocas do Lixo e do Luxo, em São Paulo, o delegado Richetti começou a prender e bater nas pessoas, indiscriminadamente. Mesmo as mulheres que trabalhavam nos prédios, quando saíam, após o trabalho, eram presas e levadas á delegacia, onde apanhavam dos policiais sob ordem e supervisão desse Richetti. A tortura, que sempre tem um componente de sadismo puro, perverso, resultou na morte de dois travestis e uma mulher, que por sinal estava grávida.

[...]

Na passeata percebi que, se nós conseguíamos realizar aquilo com o centro de São Paulo, é porque dava pra fazer outras coisas mais. No auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotavam na minha cabeça: “Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente?” “Porque a gente não se organiza contra a violência policial?” Comecei a ver nisso um trabalho político seriíssimo, concreto, que faz parte do dia-a-dia da prostituição (Leite, 1992, p. 85-86 apud Helene, 2015, p. 73-74).

Outro argumento que denota a sua importância no processo de desenvolvimento e consolidação do Movimento Brasileiro de Prostitutas é reforçado por Moraes (1996, p. 200):

Alguns acontecimentos ajudam a precipitar e a marcar mais objetivamente a nova formulação de uma identificação de mulher prostituta que vem sendo construída por Gabriela. Nas suas participações em grandes reuniões e encontros, inclusive em nível internacional, Gabriela consegue dar início a uma reflexão sobre a situação específica das prostitutas entre as suas colegas (MORAES, 1996, p. 200).

Liderança emblemática, sua longa história de luta, por vezes, se confunde com o percurso histórico do movimento, devido a sua brilhante atuação à frente da categoria desde o início. Em vista disso, sua imagem não pode ser desprezada. Seus trabalhos foram cruciais para a definição dos rumos que a organização de prostitutas – enquanto movimento social – seguiria perante a sociedade.

4.2.2 Democratização e Participação Popular

A trajetória de luta é circunstancialmente ampliada ao decorrer década de 1980. O envolvimento cívico num cenário de efervescência social, marcado pelo processo de redemocratização do País, após 21 anos de ditadura, floresce o surgimento de uma nova identidade de grupo disposto a pleitear o direito à cidade, de existência e permanência, fortalecendo ainda mais o movimento. As prostitutas, de objeto, passam a serem sujeitos do discurso, reivindicando direitos e constituindo sua própria “identidade política” (SIMÕES, 2010a).

É importante destacar que o movimento, ao buscar reconhecimento como categoria organizada no espaço político e social, comprometeu-se efetivamente a participar de “arenas públicas” (CEFAÏ, 2011)¹⁰. As parcerias firmadas com o setor público, por organizações não governamentais e, por vezes, com entidades eclesiais, foram fundamentais para a consolidação de um longo e diligente processo de constituição de uma identidade coletiva, como será apresentado a seguir.

4.3 A Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM)

Apesar de certas divergências ideológicas, a parceria das profissionais do sexo com entidades religiosas, em especial a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) – uma organização ligada à Igreja Católica que de acordo com Moraes (1996, p. 199) tinha como “objetivo desenvolver trabalho de atendimento e “conscientização” da mulher “pobre e marginalizada”” –, foi de suma importância para a criação do movimento organizado, estando presente desde o início deste processo de formação e consolidação de uma identidade coletiva.

De acordo com Skackauskas (2014, p. 27) a PMM surge pela a “intenção e ao empenho de dois religiosos¹¹ da Igreja Católica, guiados por uma mesma visão da prostituição, muito próxima, aliás, às formulações abolicionistas”. Entretanto, apesar de estarem alinhados a uma ótica vitimizadora, eles se “mostraram interessados em “resgatar” ou “ajudar” de alguma forma as prostitutas em determinados momentos” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 27).

O discurso defendido pela PMM baseava-se na aceitabilidade do tratamento de tal questão junto à comunidade católica, pois esta considerava a prostituição uma prática reprovável, socialmente desviante, associada às noções de pecado e “a

¹⁰ Cf. CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução a Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa . In: MOTA, Fábio Reis et al. (Org.). **Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa**. Niterói-Rio de Janeiro: EdUFF, 2011. p. 9-63. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrrj.br/Cefai_Berocan_Mota_Introducao_Arenas_publicas_2011-libre.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

¹¹ Cf. SKACKAUSKAS, op. cit., p. 27: De acordo com a Autora, “frei Barruel e Dom Fragoço são os religiosos considerados pelos membros dessa Pastoral como os principais fundadores e colaboradores”.

prostituta uma pecadora, uma transgressora perigosa”¹². Neste contexto, “em defesa da prostituta dentro da própria Igreja”¹³, a PMM buscava associá-la a uma condição de vítima que necessitaria ser amparada, propondo assim a sua recuperação e reintegração à sociedade. Portanto, seguindo o posicionamento adotado pela Igreja Católica em relação à prostituição, e tornando-se braço desta, a PMM assumiu publicamente a posição abolicionista.

Surgida na década de 1970, a origem e formação da PMM, no Brasil, se inspirou no trabalho promovido pelo Movimento do Ninho na França, ao estar vinculada ao cristianismo social. Contudo, aderindo a um viés mais progressista presente dentro da Igreja Católica, motivado por formulações de movimentos sociais e partidos de esquerda e, por fim, alinhando as concepções feministas – estas calcadas no pensamento abolicionista da prostituição – buscou-se “construir a sua lógica de resgate, fundamentada na ideia de “vitimização” da prostituta, sem se afastar dos princípios cristãos” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 6). Nesta conjuntura, o método de abordagem às prostitutas praticado pela instituição, no Brasil, foi alinhado à metodologia da Teologia da Libertação.

Apesar de seu posicionamento oficial e sua forma de abordagem em relação a este fenômeno social, a importância histórica da PMM para/com o fortalecimento de uma consciência política com o movimento de prostitutas – ao trazer estas para o debate, abrindo um importante espaço para discussão de certos assuntos inerentes à atividade – não pode ser assim desprezada. Apesar das relações de conflitos e contradições, a atuação da Pastoral foi fundamental na constituição da identidade da mulher prostituta e, por conseguinte, no desenvolvimento de um sujeito político. Skackauskas (2014, p. 42-43) fortalece esta reflexão ao explicitar a relação dos movimentos feministas brasileiros com a Igreja Católica, em especial com a PMM, como pode ser visto a seguir:

O trabalho da Pastoral da Mulher Marginalizada, inicialmente, seguiu as mesmas posturas e estratégias de parte do feminismo militante brasileiro naquela época. Igualmente influenciados pelo discurso marxista da luta de classes, os membros dessa Pastoral procuravam associar as prostitutas às trabalhadoras pobres, e assim relacionar a prostituição à miséria, à

¹² Ibid., p. 29.

¹³ Ibid., p. 27.

exploração do capital e do homem. Não obstante, como destaca Corrêa (2001), os grupos feministas criados na década de 1970 eram atravessados por dissensões políticas, eram, enfim, grupos com lealdades muito diversificadas em relação à Igreja, aos partidos de esquerda e à universidade. Desse modo, outras linhas feministas, sobretudo as acadêmicas, dedicaram-se, por sua vez, a propor a discussão de temas circunscritos às mulheres, como saúde reprodutiva, sexualidade, violência contra a mulher, questões mais próximas das discussões que já estavam sendo feitas na Europa e nos Estados Unidos, e que nas décadas seguintes comporiam definitivamente as agendas dos feminismos no país. Contudo, pairava um grande silêncio por parte das feministas brasileiras em relação ao tema da prostituição. A feminista Bila Sorj, ativista no final da década de 1970 e nos anos 1980, afirmou que “no Brasil quem traz as prostitutas para o debate na verdade são menos as feministas que a Igreja nas suas vertentes” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 42-43).

É inegável que, apesar das divergências políticas e ideológicas, os encontros promovidos pela PMM foram, ao longo dos anos 1970 e, principalmente, 1980, o principal canal de voz das prostitutas, sobretudo ao abrir espaço para que estas pudessem apresentar suas principais demandas, reivindicações e críticas. Skackauskas (2014, p. 234-235) descreve o contexto histórico de participação das profissionais do sexo nestes encontros:

O primeiro Encontro Nacional da PMM aconteceu em 1974, ainda sob o título “Pastoral da Mulher Só e Desamparada”. Tratava-se da primeira tentativa de reunir os trabalhos de assistência que eram realizados para as prostitutas no Brasil e de estabelecer uma metodologia de trabalho pastoral em comum (Lagenest, 1991). Esse encontro contou com a participação de bispos, padres, religiosos e leigos; tal composição constituiria a base de todos os outros encontros que se seguiram a esse. Embora já participassem dos encontros a partir de 1982, apenas dez anos mais tarde depois do primeiro, as prostitutas puderam, enfim, participar ativamente. Foi o encontro de 1984, em Salvador, considerado por frei Barruel Lagenest (1991) como um marco na história da PMM, por estabelecer com mais precisão a missão e metodologia dessa Pastoral e por contar, a seu ver, com a “colaboração valiosa” das próprias prostitutas, especialmente convidadas para falar durante o evento.

[...]

A leitura do relatório final do encontro chama atenção para a fala mais extensa de uma prostituta, até então desconhecida entre os membros da PMM, Gabriela Leite, convidada de frei Leonardo Boff, mediador do encontro. Aliás, a presença do frei Leonardo Boff nesse encontro (na época, principal promotor da Teologia da Libertação no país e na América Latina) nos permite supor que o destaque dado a ele criou as condições favoráveis para que às prostitutas fosse dada a possibilidade de participar de um encontro até então restrito aos membros da PMM e à comunidade eclesial, inclusive com um espaço reservado na abertura para os “depoimentos das meninas” (D’ANS, 1986, p. 197 apud SKACKAUSKAS, 2014, p. 234-235).

A relação de Gabriela Leite com a PMM surge na cidade do Rio de Janeiro. Nesta cidade, seu engajamento com a busca de certo reconhecimento da categoria no espaço político e social ganhou notoriedade, fazendo com que a mesma

conhecesse os agentes da Pastoral (MORAES, 1996, p. 199). Se integrando ao grupo, Gabriela insistia em propor uma abordagem e uma discursão em relação à mulher prostituta diferente daquela defendida, de forma predominante, pela organização, buscando assim, modificar a visão assistencialista e tutelar disseminada pela Igreja. Um exemplo claro acerca de seu posicionamento contrário em relação aos argumentos defendidos pela PMM foi observado já na sua primeira participação, no encontro de Salvador em 1984. Sua atuação pôde ser melhor evidenciada em mais um fragmento extraído do trabalho de Skackauskas (2014, p. 235):

Nesse encontro, Gabriela Leite levantou algumas críticas sobre o trabalho do então Banco da Providência, organização ligada à Igreja Católica, estabelecida na zona de prostituição na cidade do Rio de Janeiro, classificada por ela como sendo “assistencialista”. Ela dizia que o trabalho de reinserção assumido por essa organização “não resolve em termos de libertação da opressão, pois em vez de libertar reestrutura todo o processo de opressão, reafirmando a dominação das mulheres” (SKACKAUSKAS, 2014, p. 235).

A participação de Gabriela Leite junto à PMM abriu um novo precedente, ao assumir, na condição de prostituta, uma voz ativa em público, de uma categoria marginalizada que, até então, se acreditava que não possuiria direito de fala, relegando ou, até mesmo, anulando a sua posição de existência. Até aquele momento, os trabalhos da Pastoral junto às mulheres, no sentido de construir uma identidade coletiva, se restringiam, somente, na unidade de experiências do ser mulher, pobre, marginalizada, excluída e vítima (MORAES, 1996, p. 201).

É importante destacar o cenário paradoxal no interior da Pastoral, onde apesar da atenção dada à realização de práticas de mobilização entre as mulheres – ao se levar em consideração a condição destas enquanto trabalhadoras sexuais e a sua histórica relação de vitimização, efetivadas ainda mais pelo engessamento de práticas religiosas de cunho messiânico, no qual se pregavam a salvação da “mulher prostituída”¹⁴ –, traziam consigo a imposição de certas restrições sobre as iniciativas autônomas, que vinham acompanhadas de diversas críticas, implicando muitas vezes em situações conflituosas, marcadas por confrontos e/ou contradições ideológicas.

¹⁴ Cf. HELENE, op. cit., p. 68: A Autora dá destaque para o uso do termo “mulheres prostituídas” usado pelos representantes da PMM.

Gabriela Leite, enquanto participava, buscava construir o discurso de afirmação da prostituição, como uma atividade laboral de livre escolha, ou seja, de livre arbítrio por parte do indivíduo que a escolhe como profissão por vontade ou, até mesmo, por prazer, fazendo com que suas ideias, ao final, se voltassem contra aquilo que a própria PMM defendia. A proposição de uma nova reflexão sobre a posição da prostituta perante a sociedade desencadeou no surgimento de novas expressões e práticas políticas entre as mulheres. Ao fazer uma crítica categórica ao tratamento dado às prostitutas pela organização, foi colocada em questão a legitimidade do discurso promovido pela Pastoral, ao apresentar as contradições entre os ideais de “libertação” e “recuperação” da mulher prostituta, defendidos pelos agentes da Pastoral, e suas ações para se alcançar estes objetivos¹⁵.

As divergências entre os interesses da Pastoral e os reais interesses das prostitutas foi um dos principais motivos para que, mais tarde, Gabriela Leite e outras mulheres justificassem o rompimento da parceria, tornando-se assim peça-chave para a organização, posteriormente, de um movimento autônomo de prostitutas, como poderá ser evidenciado adiante. As mudanças sociais acompanhadas pela ruptura com a PMM foram experiências fundamentais para a ascensão de um espaço junto à cena política.

No mais, a trajetória de participação de Gabriela Leite e de outras prostitutas com a PMM possibilitou o autoconhecimento destes atores enquanto sujeitos de sua própria história, tendo, portanto, papel fundamental no “empoderamento” e na consolidação do movimento social, ao proporcionar conhecimentos essenciais no que se referem à formação, a organização e o envolvimento proativo ao reivindicar direitos. Desse modo, a atuação das profissionais do sexo junto à Pastoral forneceu instrumentos capazes de compreender e interpretar a sua própria realidade, abrindo assim espaço para novas formas de articulação que auxiliariam na elaboração e

¹⁵ Cf. SKACKAUSKAS, op. cit, pp. 236-238: “Gabriela fez uma crítica contundente ao tratamento dado às prostitutas pelos próprios membros da PMM, e colocou em xeque a ideia de “libertação” anunciada nos objetivos dessa Pastoral e não condizente com as ações da organização quanto à reprodução da exploração por parte da organização da força de trabalho das prostitutas” [...] “Gabriela dizia: “se você considera uma pessoa vítima é porque já estabeleceu uma relação de dominação com ela” (Leite, 2009:143)”. [...] “Ademais, Gabriela, ao longo de sua histórica militância, procurou dignificar a prostituição e não negá-la”.

constituição da legitimidade de um discurso que realmente atendesse as especificidades da categoria. Desta forma, podemos considerar que, ironicamente, a fundação do movimento organizado das prostitutas no Brasil se tornou possível a partir das atividades elaboradas pela Pastoral. Por fim, o período de “parceria” com a PMM pode ser considerado, de forma simbólica, um marco na formulação do novo discurso, no qual os aprendizados adquiridos junto à instituição foram de suma importância para a constituição de uma nova conjuntura política e social, ao apresentar uma perspectiva diferente daquela preponderantemente disseminada acerca das prostitutas.

4.4 A Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Carta de Princípios

De fato, o papel de liderança praticado por Gabriela Leite, à frente do Movimento Brasileiro de Prostitutas, inaugurou “um paradigma nos discursos políticos sobre as chamadas minorias” (MORAES, 1996, p. 200). Sendo assim, numa definição mais política, seria impossível falar de segmentos populares sem falar de prostitutas.

Esta nova conjuntura ganhou força e legitimidade juntos às prostitutas, acabando também interferindo diretamente em certos grupos sociais¹⁶, que logo se sensibilizaram e aderiram à causa. A aceitação por parte destes grupos acabou reunindo uma significativa base de apoio, possibilitando a criação de um programa sobre prostituição junto a uma ONG¹⁷, dando assim início a uma série de iniciativas destinadas às prostitutas em âmbito nacional. Era o início daquilo que viria se tornar a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP).

As primeiras narrativas do movimento como uma organização autônoma de prostitutas surgem a partir deste percurso. A ideia de organizar uma atividade que pudesse envolver prostitutas de várias regiões do País se concretiza em julho de 1987. A realização do I Encontro Nacional de Prostitutas reuniu, na cidade do Rio de Janeiro, prostitutas militantes de diversos estados da Nação, fazendo com que o Movimento

¹⁶ Cf. MORAES, op. cit., p. 201: Segundo a Autora o discurso propagado por Gabriela Leite acabou interferindo, mais diretamente, em grupos de intelectuais, setores da classe média, políticos e em organizações não-governamentais.

¹⁷ O Instituto de Estudos da Religião (ISER) foi a Instituição que abrigou um espaço para que a prostitutas criassem um programa de estudos sobre a prostituição.

Figura 10 – 1º Encontro Nacional de Prostitutas.



Foto: Viviane Rocha / AJB – 1987. Extraída do Livro “Mulheres da Vila” (MORAES, 1996).

em si começasse a aderir consistência. Contando com a participação de dezenas de representantes de diversas cidades do Brasil, pautadas em torno do levantamento de temas comuns que lhes diziam respeito – como, por exemplo, denúncias de violência policial contra as prostitutas nas principais capitais do país (SKAUKASKAS, 2014, p. 72) –, o evento, promovido pelo programa “Prostituição e Direitos Civis” do Instituto de Estudos da Religião (ISER)¹⁸ e organizado por Gabriela Leite e Lourdes Barreto, foi um marco embrionário para o surgimento da RBP, garantindo assim uma nova expressão pública a estes sujeitos ao inseri-los no debate, fazendo, portanto, fortalecer a consciência política entre as mulheres (HELENE, 2015, p. 74; MORAES, 1996, p. 201-208; SENRA, 2013, p. 156; SIMÕES, 2010a; SKAUKASKAS, 2014, p. 74-75).

De acordo com Moraes (1996, p. 201-202):

Os contatos com as participantes foram feitos através de prostitutas que se apresentavam como importantes elementos de ligação nas suas localidades - destacavam-se algumas lideranças que começavam a se formar em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belém e em Santos. Muitas destas mulheres tinham passagem por outras organizações populares que geralmente eram vinculadas à Igreja Católica, principalmente através da Pastoral da Mulher Marginalizada. A caracterização mais comum entre estas mulheres traduzia o fluxo dos acontecimentos já narrados anteriormente, ou seja, expressavam um certo descontentamento quanto à maneira de como eram inseridas nos contextos dos agentes externos que atuavam com elas. Tendo passado por

¹⁸ Como já mencionado anteriormente, o programa “Prostituição e Direitos Civis” funcionava no ISER e era coordenado por Gabriela Leite.

processos de formação política e de “conscientização” das questões estruturais, elas percebiam que ocorria um certo isolamento e ocultamento da questão da prostituição. Esta rede de percepção já estava inserida na trajetória desencadeada por Gabriela e tinha como espaço para discussões e debates os encontros promovidos por estas mesmas organizações chamadas de base e ligadas à Igreja Católica. Mesmo assim, elas sentiam cada vez mais a necessidade de uma discussão e intervenção acerca dos problemas vividos cotidianamente na prostituição. Notavam que era preciso começar a constituir uma identificação mais coletiva do seu segmento que, como já haviam percebido, tende a causar polêmicas (Moraes, 1996, p. 201-202).

Simões (2011 apud SKAUKASKAS, 2014, p. 75) afirma que duas razões foram fatores determinantes que, ao final, motivaram a realização do primeiro encontro: a violência policial e a coação diante das transformações urbanas. Apresentando-se de forma muita intensa e polêmica, o debate sobre as violações de direitos humanos, realizadas sempre através da violência policial, e os conflitos e tensões produzidos pela condição do papel de prostituta perante a sociedade foram colocados em evidência pelas participantes.

Contudo, apesar da existência de uma enorme lista de assuntos a serem debatidos neste primeiro encontro, o eixo temático inicialmente defendido e proposto estava relacionado ao surgimento de iniciativas comuns em vários pontos do país, com o intuito de facilitar a articulação de uma rede de contatos e intercâmbios entre as prostitutas e visando, acima de tudo, o desencadeamento de ações conjuntas em reivindicação aos direitos sociais (MORAES, 1996, p. 204). Portanto, como principal pauta do evento, foi definida a criação de associações que representassem efetivamente as prostitutas e a definição de estratégias de maior eficiência para se combater urgentemente a violência policial (SKAUKASKAS, 2014, p. 75).

Sendo assim, assumindo os compromissos da criação de associações estaduais e regionais de classe e na definição de políticas de atuação, é dado início ao que pode ser considerado as primeiras reivindicações públicas feitas pelo recém-criado movimento associativo de prostitutas no Brasil. A RBP¹⁹, constituída após o I

¹⁹ Cf. SIMÕES, Soraya Silveira. Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. **R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 24-46, jan.-jun. 2010a. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/artigo_soraya_rau.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015. De acordo com a Autora, atualmente, aproximadamente 35 associações de prostitutas, atuantes em todo o território nacional, compõem a Rede. “Com a formação das associações de prostitutas, as agressões físicas e outras humilhações, atos que marcam o processo incriminatório

Encontro, acabou tornando-se o principal interlocutor na promoção e articulação política das associações, lutando pela redução do estigma e descriminalização da atividade, ao buscar implementar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

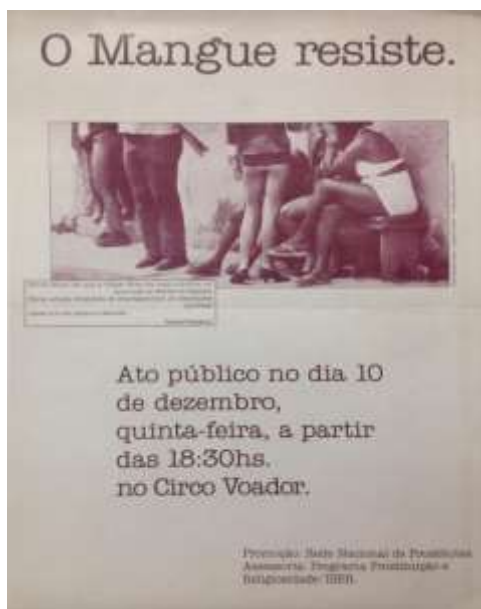
Com a criação da Rede, o debate, antes voltado principalmente para temas relacionados à violência policial, ganhava uma nova perspectiva, ao efetivar a condução do reconhecimento da atividade como uma ocupação legal como um dos seus principais objetivos de luta. A articulação – do movimento em rede – caracteriza-se como a principal ferramenta em prol do acesso à cidadania.

Dando continuidade às discussões, empreendendo ações “em resposta as ameaças de destituição de direitos, principalmente aqueles relacionados ao local de trabalho” (SIMÕES, 2010b, p. 59), dispostos a pleitear o direito à existência e permanência local, baseada em uma forte “influência comunitária”²⁰ é criada, no mesmo ano, a primeira associação de prostitutas do Brasil. Fundada por prostitutas da Vila Mimosa, tradicional zona de prostituição da cidade do Rio de Janeiro, liderada e representada pelo ativismo de Gabriela Leite – figura ímpar na condução da luta pelos direitos da categoria –, a Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro surgiu em torno deste contexto, marcado pelo empenho de preservação do espaço e pela garantia de direitos. Tornando-se principal elo de comunicação entre o movimento e outras representações sociais, sua atuação ganhou força e notoriedade num processo de conscientização social como o visto ao realizar, em dezembro de 1987, um ato público em repúdio à violência, a especulação imobiliária e a discriminação social sofridas por aquela comunidade.

do sujeito, passaram a ser identificados como problemas não mais individuais, mas coletivos e principalmente concernentes aos direitos civis. As Associações passam a ajudar no processo de organização da atividade”.

²⁰ Cf. LEITE, 1992 e 2007; LEITE & LENZ, 2013; LENZ, 2014; MORAES, 1996, p. 266; SIMÕES, 2010a; SIMÕES, 2010b apud HELENE, Diana. “**PRETA, POBRE E PUTA**”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Figura 11 – Cartaz do Evento: “O Manguê Resiste”.



Fonte: APERJ.

“O Manguê Resiste”²¹, foi um evento em resposta ao processo de “grilagem urbana” e gentrificação, tornando públicas as ameaças sofridas por esta classe social, no qual contou com a presença e o apoio de várias figuras públicas. A busca pelo direito ao uso real do solo e a criação de associações de classe, tornaram-se fatores essenciais para a legitimação e reivindicação de seus direitos.

A sucessão destes eventos, marcados pela emergência de novas

lideranças políticas no interior do movimento, após a realização do I Encontro Nacional, ocasionando na fundação da RBP e, como consequência, o estabelecimento das primeiras associações da categoria²², fizeram fortalecer ainda mais o movimento, passando-o assim a ajudar no processo de organização da atividade. Simões (2010a) afirma que “com a formação das associações de prostitutas, as agressões físicas e outras humilhações, atos que marcam o processo incriminatório do sujeito”, ganharam uma nova interpretação, ao passarem a ser identificados como problemas não mais individuais, mas sim como coletivos e, principalmente, “concernentes aos direitos civis”. A partir disso, outros encontros

²¹ “O MANGUE RESISTE” foi um ato público de repúdio “contra a violência, a especulação imobiliária e a discriminação social”, “lutando pela preservação do seu espaço e pela garantia dos seus direitos”. Cf. MORAES, op. cit.; Cf. SIMÕES, op. cit., p. 58: “As ameaças de desapropriação, numa espécie de “grilagem urbana” ainda eram evidentes, por parte dos prepostos do Pastor Nilson Fanini, dono da extinta TV Rio, vizinha à Vila e também pelo decreto do Prefeito Saturnino Braga, que baixou decreto declarando a região como área de utilidade pública, para fins de desapropriação”. [...] “Estes eventos fizeram fortalecer ainda mais o movimento, levando a formação da Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro”.

²² Como já descrito no presente trabalho, a Associação de Prostitutas da Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, foi a pioneira no processo de consolidação deste ator social. Cf. LENZ, 2011 apud SKAUKASKAS, op. cit., p. 75: “O mesmo esforço foi seguido em outras partes do Brasil, em 1990, quando foi criada a Associação de Prostitutas do Ceará, a “Associação Gaúcha de Prostitutas” – que em 1991 passaria a ser Núcleo de Estudos da Prostituição (Olivar, 2010) – e outras duas organizações em Belém e em Aracaju (Lenz, 2011)”. Cf. HELENE, op. cit.: Também destaca a formação da Associação Mulheres Guerreiras na cidade de Campinas-SP.

similares são realizados, em várias capitais do País, fortalecendo ainda mais o debate em relação à atividade, ganhando assim uma maior visibilidade pública.

Em 1988, no I Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas, realizado em Recife, foi lançada a edição piloto do primeiro veículo de comunicação destinado exclusivamente à categoria, o Jornal Beijo da Rua. Tornando-se porta-voz do movimento, o tabloide, abordava desde denúncias à perseguição policial, até assuntos relacionados ao direito, cidadania e saúde pública²³.

Figura 12 – Capa da edição piloto do Beijo da Rua.



Fonte: APERJ.

O movimento passa a discutir pautas importantes para a categoria, como a retirada do Capítulo V do Código Penal. No I Encontro das Prostitutas Gaúchas, realizado em Porto Alegre, em 1989, foram relatados os problemas de humilhação institucionalizada – como, por exemplo, previa-se na época que prostitutas presas ilegalmente nas ruas da cidade assinassem na delegacia um “termo de vadiagem”.

Em busca de uma maior autonomia e independência, o “Programa Prostituição e Direitos Civis” se desvincula do ISER, transformando-se em uma organização não governamental. Criada em 1992, a ONG Davida: Prostituição, Saúde e Direitos Civis,

²³ Cf. TAMBÉM na Internet: Lançado em 1988 no Recife, jornal alcança o mundo durante encontro de prostitutas na Bahia. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, dez. 2004. Capa, p. 12.

passa a difundir os ideais da Rede, por meio do jornal *Beijo da Rua*, e a assessorar a fundação de novas associações em todo o Brasil. Posteriormente, a criação de sua boutique, a Daspu, faz com que a ONG alcance fama e projeções internacionais. Merecendo destaque, a sua atuação bem-sucedida no processo de integração do movimento de prostitutas no País se articulava a partir da condução de sua fundadora, membro mais importante na história da organização – Gabriela Leite. Sob seu papel natural de influência e liderança, as ações realizadas pela Davida muitas vezes se confundiam com as da RBP.

Voltando ao I Encontro Nacional, com a criação da RBP e já sob sua tutela foram realizados, posteriormente, nos anos de 1989, 1994 e 2008, mais três eventos, agora com a nova denominação de “Encontro Nacional da Rede Brasileira de Prostitutas”. Segundo Skaukaskas (2014, p. 78) o III Encontro Nacional, em 1994, marcaria uma nova condução do movimento social ao apresentar as primeiras reivindicações por direitos trabalhistas²⁴, que mais tarde se sustentariam de maneira mais consolidada a partir da campanha promovida pelo Programa Nacional de DST/AIDS, em 2002²⁵. Por fim, como resultado do IV Encontro, ocorrido em 2008, foi produzida a Carta de Princípios da RBP²⁶, importante instrumento legitimador da luta pelo reconhecimento pleno de seus direitos à cidadania e redução do estigma social.

De fato, a Carta de Princípios da Rede inseriu um novo paradigma em relação ao tratamento da atividade, ao assumir um posicionamento institucionalizado voltado à normatização das relações socioeconômicas no mercado sexual. Desta forma, com o intuito de organizar o universo que concerne este ofício, o coletivo vem ganhando força e representatividade. A Carta pode ser considerada uma resposta pública do movimento de prostitutas, representando oficialmente a voz das trabalhadoras

²⁴ Cf. SEXO Legal: Trabalhadoras façam campanha para tirar do crime a primeira profissão do mundo. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mai.-jun. 1996. Capa, p. 12.; Cf. PROSTITUTAS abrem Encontro Nacional. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mai. 1994. Capa, p. 12. O debate propriamente dito não se tratava sobre a regulamentação, mas sim sobre a descriminalização e retirada dos artigos sobre lenocínio do Código Penal. O III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1994, inaugurou a 3ª fase da luta do movimento social, ao entrar em debate a legalização profissional da atividade em face ao Código Penal. Este assunto se tornou a pauta-central dos trabalhos da organização ao longo dos anos 1990.

²⁵ Cf. SKAUKASKAS, op. cit., pp. 76-77.

²⁶ Cf. “**ANEXO F** – Carta de Princípios da RBP”.

sexuais, ao reivindicar a (re)afirmação de um grupo historicamente estigmatizado, na luta pelo pleno direito à cidade, por igualdade, justiça social e garantia dos direitos civis.

4.5 Parcerias Governamentais

A aproximação do Movimento Social com o Estado – este que, por vezes, repudiava a atividade ou assumia uma política de tolerância²⁷, agora passa a ter um papel crucial na legitimação deste processo – configurou-se como um fator primordial para o fortalecimento da identidade coletiva da categoria, consolidando um novo capital social e político. De acordo com Simões (2010b, p.15) as antigas relações se refinam em projetos e parcerias com órgãos do governo para alcançar uma nova dimensão que o exercício da cidadania vem prescrevendo quase como um ideal nirvânico, “alcançar a autoestima”²⁸.

Com o advento da epidemia da AIDS, a categoria passou a articular junto ao Ministério da Saúde (MS) projetos e políticas públicas de prevenção. Skaukaskas (2014, p. 75-76) afirma que:

As organizações civis de luta contra a AIDS e o nascente Programa Nacional de AIDS do governo federal tiveram um papel determinante de incentivo à formação associativa das prostitutas em todo o país por meio, especialmente, das coordenações estaduais e municipais de DST/AIDS (SIMÕES, 2011 apud SKAUKASKAS, 2014, p. 75-76).

Paradoxalmente, prostitutas auxiliaram o fortalecimento do movimento ao assumir a condição de “desacreditáveis” (GOFFMAN, 1960). Neste sentido, as trabalhadoras sexuais, com o intuito de se obter “ganhos secundários” – ou seja,

²⁷ Cf. SKAUKASKAS, op. cit., pp. 77-78: “O antropólogo José Miguel Nieto Olivar (2010), afirma que a política brasileira sobre a prostituição, em seus diversos setores, é a da tolerância. De acordo com a leitura desse autor, se, por um lado, a regulamentação sanitária/moral como lei oficial não é mais aceitável e tolerável, ao menos pelas prostitutas, agora politicamente organizadas, por outro lado, a regulamentação laboral é barrada e bloqueada pelos agentes do Estado. A diferença de fato estaria com a entrada das prostitutas nas discussões políticas contemporâneas, o que quebraria o “monopólio” da discussão entre correntes alinhadas com práticas regulamentaristas ou ideias abolicionistas e geraria ainda, seguindo o pensamento de Olivar (2010:270), uma tolerância “sociologicamente compreensiva ‘dessas mulheres’” pelos mais diversos setores sociais e políticos. O que não exclui definitivamente as tensões em torno do tema da prostituição, principalmente entre feministas”.

²⁸ Cf. SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010b. 178 p. v. 1. p. 15.

prognosticando benefícios políticos e sociais em um contexto eminentemente desfavorável – se aproveitam estrategicamente de seus atributos, da sua “identidade social” e de sua “predisposição à vitimização” – esta resultante da sua exposição enquanto pessoa estigmatizada (GOFFMAN, 1960, p. 5; p. 11-12). Skaukaskas (2014, p. 76) baseando-se em Lenz (2011) descreve o desencadeamento deste processo:

Para Lenz (2011), uma importante contribuição para a organização da categoria foi o desenvolvimento do conceito de “vulnerabilidade” entre os especialistas e políticos da área de enfrentamento da AIDS – o estigma do “grupo de risco” daria espaço ao “sujeito de direitos” (LENZ, 2011 apud SKAUKASKAS, 2014, p. 76).

Devido ao seu pioneirismo na elaboração de um trabalho concreto de prevenção à doença²⁹, a RBP passou a liderar a agenda política de prevenção à AIDS junto à categoria no País. O Ministério da Saúde e a Comissão Nacional de AIDS apontam que um dos fatores responsáveis pelo reconhecimento do Programa Nacional de AIDS brasileiro como um dos mais bem estruturados e eficazes do mundo é justamente a participação de profissionais do sexo no trabalho de prevenção à DSTs/AIDS.

Os auxílios financeiros e institucionais ligados às parcerias governamentais voltadas, principalmente, à saúde pública, marcaram um diligente percurso de negociação e emancipação política, fundamental para a ascensão da identidade de categoria profissional. É importante destacar a notável vanguarda no processo da participação social no que se refere à elaboração e implementação de campanhas nacionais de saúde direcionadas a este público, ao lançar agendas voltadas, sobretudo, para a valorização da autoestima destes indivíduos³⁰.

Partindo dessa interlocução, o movimento foi aos poucos incorporando outras questões que tangiam o universo da prostituição, tais quais, direitos humanos,

²⁹ Cf. SKAUKASKAS, op. cit., p. 76: “O primeiro foi o projeto “Previna”, de 1989; depois teve o “Esquina na Noite”, de 2002; e o “Sem vergonha”, de 2006 (SKAUKASKAS, 2007)”.

³⁰ Cf. SKAUKASKAS, op. cit., pp. 76-77: Lenz (2011 apud SKAUKASKAS, 2014) enfatiza que, entre “idas e vindas das representações e resistências” entre setores da Saúde e prostitutas, foi possível o lançamento da campanha nacional: “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, executada pelo Programa Nacional de DST/AIDS, em 2002, em parceria com a RBP. Simões (2011:473 apud SKAUKASKAS 2014) afirmar “pela primeira vez na história das políticas públicas a identidade profissional da prostituta, sendo a partir daquele momento alçada à ‘braço direito’ do trabalho preventivo proposto pelo Ministério da Saúde”.

regulamentação profissional e redução do estigma³¹. Isto contribuiu ainda para o processo de definição da categoria como uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho.

4.6 Reconhecimento Ocupacional

Como já visto ao longo deste Capítulo, a formação de uma identidade política passa por diversas etapas até a sua consolidação. Nos últimos tempos, o Movimento de Prostitutas vem ganhando força e representatividade, através de sua atuação política, reivindicando o reconhecimento pleno de seu direito à cidadania.

Vindo ao encontro deste processo de luta e articulação, o auxílio institucional e financeiro para campanhas de fortalecimento da identidade coletiva, como já mencionados anteriormente, foram cruciais para a definição da categoria enquanto ocupação. Fruto desta trajetória de consolidação social, no ano de 2002, a atividade passa a ser parte integrante entre uma das mais de 600 ocupações previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As alterações promovidas pela CBO foram um avanço importante no sentido da legitimação da categoria de profissionais do sexo perante o Estado Brasileiro.

³¹ Cf. SKAUKASKAS, op. cit., loc. cit.: A Autora afirma que “nesse ponto, Lenz (2011) confirma que, embora o estopim da mobilização pública das prostitutas tenha sido a violência policial, foi a legitimação social conseguida através do enfrentamento da AIDS que impulsionou o grupo a trabalhar a constituição identitária da prostituta como profissional, promovendo o desenvolvimento da organização associativa das prostitutas, isto é, “deslocou do campo do discurso sanitário e moral para o espaço da cidadania e dos direitos humanos” (Lenz, 2011: 78).” Na sequência a autora reforça que “a entidade estatal “Saúde-AIDS” contribuiu para dar visibilidade e situar a prostituta como “sujeito de direitos” (Skackauskas, 2012), mas, por outro lado, “reforça o estigma e causa a dependência financeira em muitas organizações” (Lenz, 2011: 117)”.

Figura 13 – Classificação Brasileira de Ocupações.

2511	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOCIOLÓGICA	Família
2513	PROFISSIONAIS EM PESQUISA E ANÁLISE GEOGRÁFICA	Família
7630	PROFISSIONAIS POLIVALENTES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS	Família
3771-40	Profissional de atletismo	Ocupação
3771-15	<i>Profissional de golfe</i>	Sinônimo
2525-50	Profissional de relações com investidores	Ocupação
2525-50	<i>Profissional de relações com o mercado</i>	Sinônimo
1423-25	<i>Profissional de relações públicas</i>	Sinônimo
2525-50	<i>Profissional de ri (relações com investidores)</i>	Sinônimo
3425-05	<i>Profissional de tráfego aéreo</i>	Sinônimo
5198-05	Profissional do sexo	Ocupação
3171-20	<i>Programador de aplicativos educacionais e de entretenimento</i>	Sinônimo
3171-20	<i>Programador de cd-rom</i>	Sinônimo
3171-10	<i>Programador de computador</i>	Sinônimo
3911-25	<i>Programador de controle de produção</i>	Sinônimo
7631-20	<i>Programador de encaixe (cad)</i>	Sinônimo
7661-45	<i>Programador de fotocomposição</i>	Sinônimo
3171-05	Programador de internet	Ocupação
3171-15	Programador de máquinas - ferramenta com comando numérico	Ocupação
3171-20	Programador de multimídia	Ocupação

Fonte: CBO2002 – Classificação Brasileira de Ocupações.

Tabela 1 – Classificação Brasileira de Ocupações: CÓDIGO 5198-05.

CBO 2002 – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES		
CÓDIGO	TÍTULOS	TIPO
5198-05	Profissional do sexo	Ocupação
5198-05	Garota de programa	Sinônimo
5198-05	Garoto de programa	Sinônimo
5198-05	Meretriz	Sinônimo
5198-05	Messalina	Sinônimo
5198-05	Michê	Sinônimo
5198-05	Mulher	Sinônimo
5198-05	Prostituta	Sinônimo
5198-05	Trabalhador do sexo	Sinônimo

Fonte: CBO2002 – Classificação Brasileira de Ocupações.

O processo de reconhecimento ocupacional, negociado entre representantes do movimento social e do MTE, resultou na definição de atividades e competências pessoais, que não envolvem somente relações comerciais em torno de sexo, aliás, esta foi uma das últimas formas de atividade destacada. A Prostituição agrega outras atividades, como a de companhia, confidência, entre outros serviços diversos.

Tabela 2 – CBO: Profissionais do Sexo.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO		
5198 :: Profissionais do sexo		
Títulos		
	5198-05 – Profissional do sexo Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo.	
Descrição Sumária		
	Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão.	
Condições gerais de exercício		
	Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte.	
Formação e experiência		
	Para o exercício profissional requer-se que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental.	
Ordem	GAC	Atividades
A	BUSCAR PROGRAMA	Agendar o programa Produzir-se visualmente Esperar possíveis clientes Seduzir o cliente Abordar o cliente
B	MINIMIZAR AS VULNERABILIDADES	Negociar com o cliente o uso do preservativo Usar preservativos Utilizar gel lubrificante à base de água Participar de oficinas de sexo seguro Identificar doenças sexualmente transmissíveis (DST) Fazer acompanhamento da saúde integral Denunciar violência física Denunciar discriminação Combater estigma Administrar orçamento pessoal
C	ATENDER CLIENTES	Preparar o kit de trabalho (preservativo, acessórios, maquilagem) Especificar tempo de trabalho

		Negociar serviços Negociar preço Realizar fantasias sexuais Manter relações sexuais Fazer streap-tease Relaxar o cliente Acolher o cliente Dialogar com o cliente
D	ACOMPANHAR CLIENTES	Acompanhar cliente em viagens Acompanhar cliente em passeios Jantar com o cliente Pernoitar com o cliente Acompanhar o cliente em festas
E	PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA	Promover valorização profissional da categoria Participar de cursos de auto-organização Participar de movimentos organizados Combater a exploração sexual de crianças e adolescentes Distribuir preservativos Multiplicador informação Participar de ações educativas no campo da sexualidade

Competências Pessoais

1	Demonstrar capacidade de persuasão
2	Demonstrar capacidade de comunicação
3	Demonstrar capacidade de realizar fantasias sexuais
4	Demonstrar paciência
5	Planejar o futuro
6	Demonstrar solidariedade aos colegas de profissão
7	Demonstrar capacidade de ouvir
8	Demonstrar capacidade lúdica
9	Demonstrar sensualidade
10	Reconhecer o potencial do cliente
11	Cuidar da higiene pessoal
12	Manter sigilo profissional

Recursos de Trabalho

Guarda-roupa de trabalho
Preservativo
Cartões de visita
Documentos de identificação
Gel à base de água

Papel higiênico
Lenços umedecidos
Acessórios
Maquiagem
Álcool
Celular
Agenda

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (<http://www.mtecbo.gov.br>), compilado em 14/05/2016.

Vale destacar, que o próprio Ministério do Trabalho institui que:

A CBO tem o reconhecimento no sentido classificatório da existência de determinada ocupação e não da sua regulamentação. A regulamentação da profissão diferentemente da CBO, é realizada por Lei cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores e submetida à sanção do Presidente da República. A CBO não tem poder de Regular Profissões.

[...]

Os trabalhadores sentem-se amparados e valorizados ao terem acesso a um documento, elaborado pelo governo, que identifica e reconhece seu ofício. As inclusões das ocupações na CBO têm gerado, tanto para categorias profissionais quanto para os trabalhadores, uma maior visibilidade, um sentimento de valorização e de inclusão social (BRASIL, 2002).

A regulamentação da atividade é, atualmente, a principal pauta de luta da RBP. Contudo, é um debate marcado por diversas controvérsias, envolvendo opiniões favoráveis, neutras e contrárias dos mais variados atores que compõem esta causa – dificilmente chegando a um consenso geral. Independentemente da posição social ou ideológica, muitas vezes, as discussões são regidas por questões éticas, morais, políticas ou até religiosas.

Contudo, Mesmo com a tendência pronunciada de profissionalização do métier, nem sempre é capaz de se mudar o status do indivíduo estigmatizado, havendo diversas controvérsias acerca do tema. Entretanto, à medida que se ganham novos espaços nas “arenas públicas” (CEFAI, 2011), torna-se possível a formação de uma nova consciência no processo de regulamentação de tal atividade.

4.7 A regulamentação como debate político

As ações desse sujeito político – o movimento brasileiro de prostitutas – e a participação crítica em debates nacionais e internacionais foram essenciais para a reivindicação de direitos em prol de sua (re)afirmação social, por garantias trabalhistas

e ao acesso à cidade. Trechos do jornal *Beijo da Rua* – datados no ano de 2002 – relatam o processo de formação desta identidade política no cenário nacional³²:

As associações cresciam e os encontros estaduais e nacionais se tornavam cada vez mais freqüentes. Ceará, em setembro. Sergipe e Pernambuco, em outubro. Minas Gerais e Paraíba, no mês de novembro. Rio e Bahia, em dezembro. É isso mesmo. Profissionais do sexo dos quatro cantos do país já se reuniram ou estão promovendo encontros até dezembro para tratar de temas de interesse da categoria (LENZ, 2002).

Com o advento do reconhecimento ocupacional via CBO, o então Deputado Federal Fernando Gabeira (PT-RJ), apresentou um Projeto de Lei (PL), de sua autoria³³, para a legalização da prostituição – propondo a descriminalização de seu entorno. O jornal *Beijo da Rua* documentou o acontecimento³⁴:

O político convidou 50 ativistas e representantes da categoria para um jantar, regado a vinho e cerveja, a fim de explicar a proposta e pedir sugestões. Pelo projeto, o pagamento pelos serviços de natureza sexual passa a ser obrigatório por lei e manter casa de prostituição deixa de ser crime. O favorecimento ao comércio sexual também sai do Código Penal, assim como o tráfico de mulheres, já que o artigo só se preocupa com quem exerce a profissão do prazer (NOBRE, 2002).

Figura 14 – PL de legalização do métier.



Fonte: Marcos Silva, *Beijo da Rua*, ago.-set. 2002.

³² Cf. LENZ, Flavio. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, out. 2002. p. 7.

³³ Cf. BRASIL. PL n. 98, de 19 de fev. de 2003. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.** Fernando Gabeira - PT/RJ. Brasília, p. 1-3, fev. 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=755243E6F400121BFE444BC60F06D9D7.proposicoesWebExterno2?codteor=114091&filename=Tramitacao-PL+98/2003>.

Acesso em: 06 maio 2017.

³⁴ Cf. NOBRE, Carlos. Gabeira apresenta projeto de lei a profissionais do sexo. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, ago.-set. 2002. p. 6. Na apresentação da proposta foi levantada a questão de acesso à previdência social e o acesso a serviços de assistência social.

Há de destacar que a discussão sobre a legalização e profissionalização da atividade não era um assunto recente, pois já vinha sendo debatido desde o I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987.

Entretanto, o episódio é marcado pela inédita participação das próprias prostitutas na elaboração do PL. A legalização e/ou a regulamentação da prostituição já vinha sendo objeto de apreciação legislativa em outras ocasiões, contudo, até aquele momento, trabalhadoras sexuais não possuíam espaço para o debate e nem, sequer, eram previamente consultadas.

Inspirado na legislação alemã que entrou em vigor em janeiro daquele mesmo ano³⁵, o PL pretendia retirar do código penal o campo relacionado à prostituição, tirando da obscuridade donos de casas e gerentes³⁶, possibilitando a criação de contratos de trabalho entre prostitutas e donos de casa³⁷:

O projeto é uma adaptação da nova lei alemã, em vigor desde 1º de janeiro. “Assim que o texto ficar pronto vou sair pelo Brasil debatendo com as principais interessadas: as prostitutas”, garantiu Gabeira ao Beijo da rua. As discussões com as mulheres servirão para o deputado federal escrever a versão final do texto, que será então apresentado ao Congresso Nacional. Gabeira afirma que a proposta está sendo bem recebida por empresários paulistas do setor. “O patrão deixa de ser criminoso desde que cumpra as novas regras”, adianta. Como na legislação alemã, as profissionais do sexo poderão ter contrato de trabalho assinado ou atuar como autônomas. [...]

Os primeiros meses da experiência alemã também poderão ser avaliados e ajudar no texto final do projeto brasileiro. Mas são mesmo as “principais interessadas”, como promete Gabeira, que devem propor a versão final do projeto. O Beijo vai conferir o cumprimento da promessa (LENZ, 2002).

A CBO e o PL do ex-Deputado Fernando Gabeira abriram um novo precedente acerca do debate e discussão sobre a regulamentação da prostituição, algo, até

³⁵ Ano de 2002.

³⁶ Uma observação: Colocar os donos de casa no contexto abre outra discussão: Será que estes gostariam de sair do seu anonimato? Ou melhor, estariam dispostos a acatarem as ordens de uma lei, ou pagarem impostos? Numa lógica de mercado, capitalista, comercial, isto seria relevante? A qual ponto seriam benéficas ou prejudiciais para estes? A condição de criminoso não seria mais vantajosa para estes? Estas são algumas questões a serem refletidas e respondidas.

³⁷ Cf. LENZ, Flavio. Contrato de Trabalho. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, abr. 2002. No Ponto, p. 15.

aquele momento, nunca antes visto na sociedade brasileira. O assunto virou pauta das mais variadas esferas da sociedade civil³⁸.

Fazendo uma ressalva, tal PL, baseado na legislação e no modelo alemão e holandês, buscava somente a descriminalização de todos os meios da atividade e não a sua regulamentação profissional. Todavia, o fato pode ser considerado uma importante ponte de acesso à democracia e cidadania deste grupo marginalizado, abrindo espaço de participação e acesso a serviços públicos essenciais. Por fim, mesmo que tenha sido arquivado após sua análise, o PL possui sua importância histórica ao propor a redefinição da prostituição enquanto trabalho, abrindo assim espaço para uma posterior regulamentação.

Os acontecimentos relativos ao movimento de prostitutas são de suma importância para o acesso à cidadania deste ator sociopolítico, tornando-se cruciais para a formação de parcerias com órgãos governamentais, universidades e entidades não governamentais, que trouxeram, em parte, algumas conquistas inicialmente almejadas pela categoria.

A conquista do reconhecimento ocupacional da prostituição junto a CBO abriu espaço para que o movimento reivindicasse demandas maiores e plurais, como a regulamentação profissional junto ao Congresso Nacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que o movimento, em seu percurso de luta e conquistas, vem barganhando novos espaços e direito de voz, legitimando publicamente seu discurso, no sentido contrário, vem sendo crescente a desaprovação moral em relação à atividade, principalmente, por parte de setores mais conservadores da sociedade – sobretudo, aqueles constituídos por denominações religiosas e por apoiadores de correntes feministas abolicionistas.

Este contexto, marcado pelo intenso e acirrado debate acerca regulamentação da prática e pela formação de frentes antagônicas que buscam anular os

³⁸ Cf. LENZ, Flavio. OAB discute prostituição. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, jun.-jul. 2004. No Ponto, p. 7.: O PL foi discutido, inclusive, junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Cf. LENZ, Flavio. Legislação na Europa e projeto no Brasil. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mar. 2005. p. 16.

empreendimentos de forças em prol da atividade – buscando, por vezes, criminalizar todas as perspectivas que envolvem este métier –, serão mais bem elucidados a partir do próximo capítulo.

5 O MOVIMENTO BRASILEIRO DE PROSTITUTAS E O ESTADO

A relação entre a prostituição e a esfera pública não é recente. Relatos da participação de prostitutas na política e na vida pública, como apresentado anteriormente, compõem as muitas narrativas históricas acerca dos poderes instituídos.

Este panorama que constitui um percurso marcado por avanços e retrocessos no que tange, sobretudo, no Brasil, a sequência de reconhecimento e (re)afirmação social, lança luz sobre um novo olhar em relação ao processo de formulação, implementação e consolidação de uma agenda política direcionada ao ofício. Neste sentido, a atuação pública do movimento associativo e a sua relação com as mais variadas esferas do governo, desde a sua origem, vem sendo marcada por lutas e conquistas.

Como mérito, o reconhecimento ocupacional da atividade¹ gerou um novo precedente no diálogo entre trabalhadoras sexuais e o poder público, resultando num debate com enfoque em garantias e direitos trabalhistas e sociais. Com isso, surge a possibilidade, ainda que litigiosa, de regulamentação da “profissão mais antiga do mundo”.

Todavia, o atual cenário político brasileiro, marcado por uma mudança forçada de governo, vem propiciando o surgimento de discursos fundados sob ataques e ameaças de criminalização do próprio movimento social, suplantando a cartilha que a pouco vinha sendo seguida.

Pretende-se, a partir desta reflexão, apresentar os principais desdobramentos do debate público em torno deste assunto, evidenciado por um antagonismo de forças que acabam convergindo em disputas ideológicas, fundamentadas, sobretudo, sob preceitos morais.

¹ Para os que não sabem, a prostituição é reconhecida como ocupação desde 2002 através da sua inclusão na CBO MTE. Isto pode ser visto no item “4.6 Reconhecimento Ocupacional” do presente trabalho. Contudo, o pleno reconhecimento profissional, como a regulamentação e o direito à contrapartidas sociais para os profissionais desta atividade, necessita de medida legislativa.

5.1 Cenário Sócio-Político

Atualmente uma onda ultraconservadora vem assolando a acirrada disputa pelo ajustamento de políticas públicas no Brasil. A atual conjuntura política e social do País trouxe consigo a criminalização do discurso acerca da atividade, em particular aquele que defendia a descriminalização das relações de trabalho na prostituição, havendo assim um empreendimento para a ruptura de um modelo até então debatido pelo Movimento Brasileiro de Prostitutas, parlamentares, Anistia Internacional e outras ONGs nacionais e estrangeiras, que tentam promover o reconhecimento da prostituição como trabalho. O ressurgimento de uma série de demandas baseadas em valores e princípios, sobretudo, morais-religiosos, vão de encontro com os ideais defendidos por estes atores, dificultando a legitimação da luta pela formulação e implementação de leis e políticas públicas capazes de beneficiar as suas mais variadas agendas.

5.1.1 Poder Executivo

A longa parceria do Movimento de Prostitutas com o Executivo Federal, em especial com o Ministério da Saúde², irrefutavelmente, foi a precursora na criação de um novo paradigma em relação ao tratamento dado à atividade, tendo um papel primordial na constituição e legitimação da identidade profissional da categoria, ao buscar a redução do estigma associado às DSTs/AIDS e ao tentar resgatar a autoestima e a cidadania das profissionais do sexo. Tendo assim uma relevância histórica, como visto no capítulo anterior, esta esfera foi uma das principais responsáveis por promover grandes avanços sociais, no qual culminaram no processo de reconhecimento ocupacional da atividade via CBO.

Entretanto, nos últimos tempos, a grande atuação de outrora e, sua significativa participação no encadeamento de melhorias e conquistas sociais vêm sendo obscurecidas pela ascensão de forças contrárias aos trabalhos que, até então, vinham

² Como já foi descrito no Capítulo anterior, o MS, através da promoção de políticas de enfrentamento à DSTs/AIDS, foi um dos principais responsáveis por fomentar uma nova maneira de se ver a atividade, ao buscar elevar a autoestima das trabalhadoras sexuais, através de práticas que fortalecessem o papel destes indivíduos perante a sociedade, ao tentar realizar uma política de inclusão social via valorização da identidade individual e coletiva, com o intuito de reduzir a discriminação e o estigma sofrido por esta categoria.

sendo desenvolvidos. Os impulsos moralistas emanados pelo Congresso Nacional, em particular aqueles demandados por bancadas religiosas, atualmente, vêm exercendo uma forte pressão e influência sobre as ações adotadas e planejadas pelo Poder Executivo.

Principal autoridade neste processo decisório, o Poder Legislativo, utilizando-se de suas artimanhas, busca barrar o curso de iniciativas legislativas e políticas públicas que envolvam questões morais polêmicas, criando assim um novo contexto de dependência e submissão.

Um exemplo da ascensão desta nova ordem política pôde ser visível no episódio da Campanha intitulada “Eu sou feliz sendo prostituta” de 2013, promovida pelo Ministério da Saúde para o programa de enfrentamento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis – em celebração ao Dia Internacional das Prostitutas³.

Recebido de forma negativa por uma parcela do poder legislativo, sobretudo, por parte da chamada “bancada evangélica”, o MS foi advertido a dar explicações sobre a iniciativa. Sob pesadas críticas, o Poder Executivo foi acusado de fazer apologia à prostituição, como pôde ser evidenciado pela imprensa em 4 de junho de 2013⁴, ao noticiar o fato, divulgando declarações de alguns parlamentares contrários à ação publicitária:

O assunto entrou em debate com uma manifestação do deputado João Campos (PSDB-GO). “Esse governo tem uma capacidade de buscar uns temas que me assusta. Eu sou feliz sendo prostituta, diz campanha do Ministério da Saúde do governo Dilma Rousseff. Não tem outra política pública decente para fazer?”, questionou Campos. “Já vejo os títulos das próximas campanhas. Sou adúltero, sou feliz. Sou incestuoso, siga-me. Sou pedófilo, sou feliz, sou realizado”. [...] “Estamos combatendo a prostituição infantil e vem uma campanha incentivando. Você está combatendo, tirando das ruas, aí vem a campanha dizendo que é feliz, ninguém é feliz”, disse a

³ Cf. SERRANO, Pedro Estevam. Prostituição e direito à saúde: Alexandre Padilha errou. Realizar campanhas de saúde pública é seu dever e não mera opção. **CartaCapital**, São Paulo, 05 jun. 2013. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/prostituicao-e-direito-a-saude-737.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

⁴ Cf. FALCÃO, Márcio. Evangélicos pedem explicações sobre campanha para prostitutas. **Folha de São Paulo**, Brasília, 04 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://folha.com/no1289631>>. Acesso em: 15 out. 2016.; Cf. AGÊNCIA ESTADO. IG. Evangélicos criticam campanha 'Eu sou feliz sendo prostituta'. **Último Segundo**, [S.l.], 04 jun. 2013. Brasil. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/evangelicos-criticam-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

deputada Liliam Sá (PSD-RJ). “A mulher não nasceu para ser prostituta, nasceu para ser mãe de família”, afirmou Costa Ferreira (PSC-MA). Houve ataques ao governo e a parlamentares que defendem a legalização da profissão de prostituta. “Infelizmente a prática da prostituição não é crime. Agora, quando se trata de Estado brasileiro patrocinando é crime, é apologia à prostituição, é um crime praticado pelo Estado, pelo governo”, disse Marcos Rogério (PDT-RO). “Tudo tem a ver com o mercado da prostituição, essa indústria que está de olho na Copa e Olimpíada”, afirmou Pastor Eurico (PSB-PE) (AGÊNCIA ESTADO, 2013).

Ao final, cedendo aos reclamos do Congresso, a peça publicitária foi censurada, sendo, portanto, retirada de circulação, culminando ainda na exoneração do diretor responsável pela mesma⁵. Aparentemente, este desfecho se deu a partir de pressões exercidas pela Comissão de Direitos Humanos, na época presidida pelo Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

Figura 15 – Cartazes da campanha do Ministério da Saúde.



Fonte: Ministério da Saúde.

Este evento se caracterizou como um desastroso retrocesso acerca do fomento e implementação de políticas públicas de saúde voltadas a populações consideradas “vulneráveis”, como é o caso das trabalhadoras sexuais. A nova postura do Ministério da Saúde, dando as costas ao Movimento, marca a desconstrução de uma tendência que vinha sendo articulada há mais de duas décadas, que foi de suma importância para a consolidação do Movimento Brasileiro de Prostitutas. Por fim, este “mal-estar”

⁵ Cf. DIRETOR responsável por campanha 'Sou feliz sendo prostituta' é demitido: Segundo ministério, Dirceu Greco veiculou campanha sem aprovação. Campanha para acabar com associação da prostituição ao HIV foi retirada. **G1**, Brasília, 05 jun. 2013. Ciência e Saúde. Disponível em: <<http://glo.bo/13EZAiK>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

generalizado acabou ocasionando no rompimento entre o governo e as profissionais do sexo.

Sendo cada vez mais dominantes, as pressões e ações exercidas por parlamentares pertencentes a estes grupos religiosos⁶, embora não majoritária, vem se fortalecendo, possuindo, portanto, um grande poder de influência na Câmara em relação às Comissões Temáticas onde tramitam projetos que tratam de questões centrais voltadas aos seus interesses – estes sempre incumbidos em defender os valores e os princípios de uma certa “moral cristã”. A relação entre Estado e religião, quando esta passa a assumir um papel importante sobre a sociedade, ao interferir no processo democrático, tendo em vista a laicidade prevista na Constituição Federal (CRFB/1988), assim como o assunto que vem sendo exposto neste trabalho, torna-se uma questão de difícil entendimento. A “colonização mental”, imposta pela introdução da moralidade cristã, “afeta o processo de disputa, reestruturando a cultura e as organizações nativas” (NADER, 1994). Portanto, é imprescindível destacar o preocupante quadro político brasileiro, que vem sendo arquitetado através do obscurantismo dos direitos e garantias fundamentais. Ao buscar suplantar a Constituição em prol do uso da Bíblia, o fundamentalismo religioso vem conquistando um perigoso espaço dentro do parlamentarismo brasileiro.

5.1.2 Poder Legislativo

Nesse contexto, as “cruzadas morais”⁷ como, por exemplo, a tutela dos direitos fundamentais das prostitutas, dificilmente são apreciadas no plenário do legislativo (Congresso Nacional). Prova disso, é que desde 1946, foram criados 107 Projetos de Lei (PL), envolvendo o tema prostituição, no qual desses, 68 se encontram arquivados e 34 em tramitação, sendo somente 5 convertidos em norma jurídica⁸.

⁶ Cf. SENRA, op. cit., pp. 64-65: O crescimento desta bancada vem sendo ininterrupto desde a década de 1980. De acordo com as últimas legislaturas o crescimento vem sendo constante. Atualmente é a terceira maior bancada do Congresso Nacional, estando somente atrás das bancadas do PT e PMDB, respectivamente.

⁷ Cf. BECKER, Howard S. Empreendedores Morais. In: **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963]. p. 153-168; pp. 153-160.

Tabela 3 – Câmara dos Deputados: Projetos de Lei relativos à prostituição.

CÂMARA DOS DEPUTADOS			
Projetos de Lei relativos à prostituição			
Assunto	Status	PL nº	
Exploração sexual de crianças e adolescentes	Tramitando	5219/2016, 3868/2015, 2141/2015, 1123/2015, 8037/2014, 8036/2014, 5658/2009, 4018/2004, 6824/2002	
	Convertidos	7220/2014, 4402/2008, 4125/2004, 590/1999	
	Arquivados	3915/2012, 5821/2009, 5629/2009, 5556/2009, 5121/2009, 4850/2009, 1809/2007, 1803/2007, 925/2007, 6239/2005, 5771/2005, 5425/2005, 5026/2005, 4942/2005, 4611/2004, 4568/2004, 1818/2003, 1309/2003, 138/2003, 6599/2002, 5165/2001, 1080/1999, 789/1999, 436/1999, 134/1999, 101/1999, 96/1999, 2372/1996, 1954/1996, 1807/1996, 1674/1996, 1314/1995, 1195/1995, 4761/1994, 3777/1993, 1506/1989	
Regulamentação da prostituição	Tramitando	4211/2012	
	Convertidos	-	
	Arquivados	4244/2004, 98/2003, 3436/1997, 1312/1975	
Restrição à publicidade da prostituição	Tramitando	6449/2016, 5862/2016, 968/2015, 7326/2014, 6774/2013, 2689/2011, 3993/2004, 3408/2004, 2976/2004, 5348/2001, 3872/2000, 3605/2000, 3357/2000, 3330/2000	
	Convertidos	-	
	Arquivados	4797/2005, 2965/2004, 3303/2000, 2937/2000, 1983/1999, 1453/1991	
	Tramitando	6127/2016 ⁹ , 7001/2013, 5742/2013, 377/2011 ¹⁰	

⁹ BRASIL. PL n. 6127, de 13 de set. de 2016. Altera Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal. **Tipifica como crime a contratação de pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo.** Flávio - PSB/SP. Brasília, p. 1-6, set. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2111562>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

¹⁰ BRASIL. PL n. 377, de 10 de fev. de 2011. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. **Tipifica o crime de contratação de serviço sexual, inclui na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração.** João Campos - PSDB/GO. Brasília, p. 1-12, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2111562>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

Criminalização de condutas ligadas à prostituição	Convertidos	-
	Arquivados	8203/2014, 2169/2003, 2098/2003, 114/2003, 4429/1994
Tráfico de pessoas para exploração sexual	Tramitando	7978/2017, 2252/2015, 2689/2003
	Convertidos	-
	Arquivados	6580/2009, 1962/2003
Exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas para exploração sexual	Tramitando	4469/2012, 1308/2003
	Convertidos	4850/2005
	Arquivados	2375/2003, 1000/2003, 6934/2002, 6270/2002, 3917/2000, 2338/2000, 438/1999, 2876/1997, 2773/1997, 796/1995
Demais assuntos	Tramitando	6811/2017, 4561/2016
	Convertidos	-
	Arquivados	4892/2005, 1552/1999, 3166/1992

Fonte: Câmara dos Deputados (<http://www.camara.gov.br>). Consulta realizada em 30/05/2017.

Sobre os 5 PLs que foram convertidos em normas jurídicas, nenhum deles se correlacionavam especificamente ao tema “regulamentação profissional”, como pode ser visto em seus preâmbulos: **1) PL 7220/2014:** Transformado na Lei Ordinária 12978/2014 – “Classifica como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável”; **2) PL 4402/2008:** Transformado na Lei Ordinária 13440/2017 – “Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente”; **3) PL 4850/2005:** Transformado na Lei Ordinária 12015/2009 – “Tipifica os crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual, crimes contra o desenvolvimento sexual de vulnerável, lenocínio, e do tráfico de pessoa para o fim de exploração sexual”; **4) PL 4125/2004:** Transformado na Lei Ordinária 11577/2007 – “Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias”; **5) PL 590/1999:** Transformado na Lei Ordinária 9975/2000 – “Tipifica a conduta de manter casa de exploração sexual infanto-juvenil”.

Ao analisar estes PLs, prova-se que a atividade legislativa na Câmara, relativa à matéria, concentra-se estritamente vinculada à esfera penal. De fato, a prostituição é um tema bastante delicado ao ser debatido na Plenária do Poder Legislativo. Sendo um porta-voz às demandas impetradas pela sociedade brasileira, o Congresso Nacional, ao tratar temas moralmente polêmicos, mantém um posicionamento

conservador, por vezes, arcaico e retrógrado. Neste contexto, alguns parlamentares, em resposta ao seu eleitorado, mantém um posicionamento letárgico e indiferente, afastando-se das discussões desta categoria.

Isso pôde ser visto, na prática, numa visita institucional à Câmara dos Deputados, realizada no início de novembro de 2016. Nesta circunstância, foi possível observar a atmosfera na qual o legislativo brasileiro se encontra inserido. Em conversa com alguns parlamentares foi observada, de forma quase unânime, a opinião geral que ronda as comissões e corredores do Parlamento Brasileiro.

Os deputados ao serem eleitos, via sufrágio universal, de imediato, já preparam seus trabalhos e projetos frente ao próximo processo eleitoral, visando assim à manutenção de seu eleitorado, buscando ainda agregar uma nova “carteira” de eleitores, numa relação de prestígio, poder, moral e reputação. Portanto, em nome da valorização de uma imagem pública, não seria conveniente associá-la a assuntos controversos, como é o caso da prostituição. Senra (2013, p. 84-85) apresenta um comportamento semelhante ao se referir à atuação de advogados e seus escritórios de advocacia perante o poder judiciário:

No meio desse caos, as questões humanitárias que logram ser apreciadas pelo Plenário da Corte costumam ser aquelas conduzidas por **grandes escritórios** e/ou **advogados de renome**, atuando *pro bono* e muitas vezes em conjunto, como *amici curiae*, patrocinando associações representativas de minorias e de defesa dos direitos humanos. Como se sabe no mundo jurídico, esses escritórios e advogados desenvolvem uma advocacia proativa, forte, focada nos resultados, e têm *know-how* e estrutura para atuar em Brasília. Esses atores, contudo, pouco provavelmente desejariam ter sua imagem associada à defesa da prostituição. Não é difícil conceber o porquê. A imagem faz parte do capital de legitimidade que se agrega à sua atuação de um modo objetivo, aumentando a credibilidade e beneficiando a atuação em causas futuras. Por exemplo, quando um advogado ou um escritório defendem questões como a constitucionalidade do sistema de cotas raciais, agregam à sua imagem o conceito de defensores da igualdade racial, da justiça social, de uma “boa causa”. Ao revés, se algum escritório ou advogado defender um tabu ligado à **luxúria** e à **depravação moral** — percepção predominante que a sociedade tem acerca da prostituição —, dificilmente não arranharia sua imagem, por maior justiça, humanidade e mérito que existam na defesa dessa parcela da sociedade brasileira que parece simplesmente não existir (SENRA, 2013, p. 84-85).

Fazendo uma reflexão análoga a este caso, podemos concluir que: Afinal, numa sociedade conservadora e paternalista, fundamentada em princípios morais-religiosos que buscam impor a figura da “família” como uma entidade inabalável — como é o caso da nossa atual conjuntura sociopolítica —, tendo em vista que a

prostituição é tratada como uma atividade moralmente reprovável — sendo considerada por muitos até como um desvio, um distúrbio social —, quem defenderia ou aderiria a esta causa? Então, trata-se de uma questão que vai muito além dos jardins do Congresso Nacional, compondo, portanto, algo intrínseco de um movimento em escala global. O parlamento brasileiro se resumiria somente a uma ponta de toda esta problemática, sendo um reflexo da sociedade brasileira ao ser constituído por representantes democraticamente eleitos pelo povo.

No atual e delicado cenário político brasileiro, atravessado por muitas tensões e rupturas, observa-se a intensificação de discursos criminalizantes, enviesados por uma lógica estigmática no que tange o universo da prostituição, sustentados por diferentes frentes da sociedade civil e do poder público. Esta conjuntura acompanha, atualmente, a configuração de um quadro de conflitos demarcados pelo surgimento de movimentos de correntes “abolicionistas” que buscam impor sua agenda de vitimização, adotando em seu discurso, inclusive, o chamado “Modelo Nórdico”¹¹ de criminalização do cliente da prostituta.

5.1.2.1 Neoabolicionismo Brasileiro

Recentemente, esta nova onda, pautada pelos já conhecidos valores e princípios morais-religiosos, vem ganhando força no Congresso Nacional. Neste contexto, a prostituição, ao ser considerada uma prática “abominável”, ganha uma especial atenção por parte de algumas frentes parlamentares contrárias à sua realização. Os Projetos de Lei apresentados pelos Deputados Federais João Campos (PRB-GO, anteriormente PSDB-GO) e Flavinho (PSB-SP) sugerem, em seu conteúdo, uma nova estratégia de combate à prostituição, ao propor alterações no Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 — O Código Penal. Embasados num modelo de corrente neoabolicionista, defendem a criminalização da demanda, ou seja, pretendem atacar à atividade atribuindo a “responsabilidade de culpa” aos clientes destes serviços.

¹¹ Cf. Capítulo 1, subitem “1.7.2.4 Neoabolicionismo – Um novo modelo de abolicionismo”.

O **PL 377/2011**, apresentado pelo Deputado Federal e presidente da Bancada Evangélica na Câmara, João Campos¹² (PRB-GO), propõe criminalizar a atividade a partir de uma ótica baseada no modelo implementado na Suécia, tipificando o crime de contratação de serviços sexuais, ao recomendar a inclusão do **Art 231-A** junto ao Código Penal, como pode ser visto em seu conteúdo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 231-A: “Contratação de serviço sexual”

“Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:”

“Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.”

“Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2011).

Ao criminalizar a conduta daqueles que pagam ou oferecem pagamento pela prestação de serviços sexuais, ou seja, daqueles que contratam pessoas mediante remuneração para a prática da prostituição, o presente Parlamentar busca repreender a atividade, tratando-a como um problema social a ser erradicado. Assim, pretende-se reduzir a imagem da “prostituta” a uma condição de vítima, ao invés de tentar empoderá-la.

Atualmente, pronta para ser introduzida como pauta junto a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, a respectiva proposição vem sendo alvo de críticas. Apontada como um retrocesso à Constituição

¹² A título de curiosidade, o nobre Deputado Federal João Campos, além de presidir atualmente a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, ele também foi autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) Nº 234/2011, popularmente conhecido como “cura gay”. Cf. PRAZERES, Leandro. Deputado que apresentou projeto da “cura gay” presidirá Frente Evangélica. **UOL Notícias**, Brasília, 24 fev. 2015. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/02/24/deputado-que-apresentou-projeto-da-cura-gay-presidira-frente-evangelica.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2017. Cf. DINIZ, Fernando. Deputado da “cura gay” volta a liderar bancada evangélica: Parlamentares querem aprovar projeto contrário ao aborto e liberar entidades religiosas para questionar leis no STF. **Terra - Notícias**, Brasília, 24 fev. 2015. Política. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/deputado-da-cura-gay-volta-a-liderar-bancada-evangelica,221305228bdbb410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Federal, alguns especialistas afirmam que no Brasil, em vista da prostituição não ser considerada crime, este PL tende a ser ilegítimo¹³.

O PL **6.127/2016** de autoria do Deputado Federal Flavinho (PSB-SP), assim como o Projeto apresentado pelo parlamentar João Campos, desdobra-se a partir desta lógica. Indicando também alterações no Código Penal, com a inclusão do **Art. 230-A**, seu projeto se assemelha em diversos aspectos com a proposição anteriormente apresentada:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei inclui o artigo 230-A no Código Penal Brasileiro, a fim de penalizar o cliente que contratar, por qualquer meio, pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo ou afins.

“Art. 230-A Acordar ou contratar pessoa, por qualquer meio, mediante pagamento ou promessa de recompensa, com intuito de obter conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso.

Pena - detenção, de 6 (meses) a 1 (ano) ano, e multa

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2016).

O Parlamentar fundamenta a criação desse PL a partir da convicção de que esta prática traria inúmeros malefícios no que diz respeito à garantia da dignidade da pessoa humana. Portanto, para o autor a prostituição, definitivamente, não deveria ser tratada como profissão, tendo em vista que os profissionais do sexo estariam neste negócio contra sua própria vontade. Em resposta a este quadro, a punição aos clientes da atividade seria a alternativa mais apropriada, pois desestimularia o exercício deste ofício, sem punir diretamente os trabalhadores sexuais, que estariam nesta condição devido não terem encontrado outros caminhos.

Por conseguinte, para o Deputado, a redução da prostituição, através deste meio, abriria espaço para que fossem criadas políticas voltadas à proteção e ao auxílio daqueles que quisessem abandonar esta ocupação e mudar de vida. Apesar de

¹³ Cf. NETO, Walacy. Deputado João Campos quer tornar crime a prostituição: Caso seja aprovada, a contratação e oferta de serviços sexuais poderá resultar em pena de um até seis anos de prisão. **Jornal Opção**, Goiânia, 12 set. 2013. Constituição. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/deputado-joao-campos-quer-tornar-crime-a-prostituicao>>. Acesso em: 13 ago. 2016. Cf. ARTICULISTA da Folha ironiza proposta de João Campos para criminalizar a prostituição. **Goiás 24 horas**, Goiânia, 05 set. 2013. Nacional, Opinião. Disponível em: <http://goias24horas.com.br/18110-articulista-da-folha-ironiza-proposta-de-joao-campos-para-criminalizar-a-prostituicao>. Acesso em: 13 ago. 2016. Cf. CALLIGARIS, Contardo. O prazer (ainda) é um escândalo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 2013. Colunistas. Disponível em: <<http://folha.com/no1336787>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

paradoxal, a proposta — ao defender a criação de políticas públicas que, de alguma maneira, pudessem ajudar as prostitutas, na busca por dignidade, requalificação profissional, etc. — entra em sinergia com as ideias defendidas entre os grupos que são a favor da regulamentação e/ou descriminalização da prostituição.

O projeto, como o próprio autor justifica, pretende despertar o debate mais amplo do tema em relação à proposta de reforma do Código Penal, afirmando que a regulamentação profissional do *métier* não seria a solução mais adequada a este problema. Ao contrário, foi defendida a necessidade de políticas públicas que desincentivassem a sua realização. Atualmente, o PL 6.127/2016 encontra-se apensado ao PL 377/2011.

É importante salientar que o discurso acerca da criminalização da prostituição, no Brasil, não se trata de um fenômeno recente, como podemos destacar o Projeto de Lei Nº 2.169/2003, de autoria do ex-Deputado Federal Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP), que atualmente se encontra arquivado. É ressaltado que seu texto foi à base para a criação do PL 377/2011, ao utilizar-se do mesmo conteúdo, justificativa e proposta supracitada. O próprio Deputado João Campos, autor do PL 377/2011, se baseou nesta referência teórica para justificar a criação da sua proposta: “Tal matéria foi apresentada pelo ínclito Deputado Federal Elimar Máximo Damasceno tendo sido arquivada ao final da legislatura passada” (BRASIL, 2011).

Contudo, a atual mudança na conjuntura política e social brasileira, na última década, abriu espaço para que estas demandas ganhassem força e fossem legitimadas. Um ponto de destaque é que estes projetos que pretender criminalizar a prática surgem num mesmo tempo em que vem sendo discutido, no Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 236/2012¹⁴ de Reforma do Código Penal Brasileiro.

¹⁴ Cf. BRASIL. PLS n. 236, de 09 de jul. de 2012. Reforma do Código Penal Brasileiro. **Novo Código Penal**. Senador José Sarney. Brasília, p. 1-198, jul. 2012. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>>. Acesso em: 18 maio 2017. Uma observação sobre o PLS é que se for aprovada a reforma do Código Penal que tramita atualmente no Senado, entre uma das mudanças propostas está a possibilidade de encaixar a prostituição em mais um vazio legal. Se aprovado como está agora, o novo Código não regulamentaria a profissão, mas

Apesar do caráter de cunho religioso, por vezes, puritano ou, até mesmo, messiânico¹⁵, de tais parlamentares, suas atuais proposições não possuem adesão majoritária. O debate acerca da criminalização da demanda da prostituição junto à Câmara é marcado por grandes contradições. Tendo em vista a participação dos próprios parlamentares como clientes assíduos do mercado da sexual¹⁶, a providência mais sensata a ser tomada seria a abstenção. Ao final, estes projetos seguem caminhos semelhantes àqueles que normalmente defendem a regulamentação da atividade — o seu “engavetamento”¹⁷.

Tabela 4 – PLs que buscam a criminalização da prostituição.

PLs QUE BUSCAM CRIMINALIZAR A PROSTITUIÇÃO		
PL Nº 6.127/2016	PL Nº 377/2011	PL Nº 2.169/2003
<ul style="list-style-type: none"> • Alteração no Código Penal: Inclusão do artigo 230-A; • Penalizar o cliente que contratar, por qualquer meio, pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo ou afins: Pena - detenção, de 6 (meses) a 1 (ano) ano, e multa; • Redução da demanda por serviços sexuais; • Não punir diretamente aqueles que estão nesta vida por não ter encontrado outra saída; 	<ul style="list-style-type: none"> • Acrescenta artigo ao Código Penal: Acréscimo do artigo 231-A; • Criminalizar a conduta daquele que paga ou oferece pagamento pela prestação de serviços sexuais, ou seja, daquele que contrata pessoas mediante remuneração para prática da prostituição: Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses; • Mesma pena para quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o 	<ul style="list-style-type: none"> • PL com conteúdo semelhante ao PL Nº 377/2011; • Atualmente arquivado.

descriminalizaria o rufianismo e as casas de prostituição. Cf. “**ANEXO D – NOVO CÓDIGO PENAL: Título VI, Capítulo V**”.

¹⁵ Ao propor uma espécie de “salvação” às prostitutas.

¹⁶ Diversos parlamentares são clientes desse mercado paralelo. Casos de escândalos envolvendo deputados e senadores com prostitutas não são novidades, sendo algumas vezes divulgados pela imprensa: Cf. UM MERGULHO NA PROSTITUIÇÃO DE LUXO DO CONGRESSO: Reportagem da revista meiaum e do Brasília 247 revela os meandros do comércio sexual no coração do poder. **Brasil 247**, Brasília, 04 ago. 2011. Poder. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/10594/Um-mergulho-na-prostitui%C3%A7%C3%A3o-de-luxo-do-Congresso.htm>>. Acesso em: 14 maio 2017. Cf. CARONE, Carlos. Prostituição explícita nas dependências do Congresso Nacional: Garota de programa cobra até R\$ 1 mil para atender clientes na Câmara dos Deputados. Ela foi fotografada na porta de entrada que dá acesso às comissões e dentro do banheiro masculino. Polícia legislativa deve apurar o caso. **Metrópoles**, Brasília, 30 mar. 2016. Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.metropoles.com/distrito-federal/prostituicao-explicita-nas-dependencias-do-congresso-nacional>>. Acesso em: 14 maio 2017.

¹⁷ Por se tratar de um tema controverso, medidas contra ou a favor da prostituição tendem a serem arquivadas junto ao poder legislativo.

<ul style="list-style-type: none"> • Criação de “rotas de saída” para aqueles que desejem deixar a atividade; • Regulamentação profissional não é a solução; • Criação de políticas públicas que desestimulem a prática; • Apensado ao PL Nº 377/2011. 	<p>serviço está sujeito a remuneração;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo Sueco de combate à prostituição; • O exercício da atividade como forma de subsistência é um encargo gerado pelas circunstâncias sociais; • Prostituição: Problema social a ser erradicado; • Despreocupação com as consequências de se assumir publicamente o fato de ter sido prostituta, ao deixar a atividade. 	
---	--	--

Fonte: Câmara dos Deputados (<http://www.camara.gov.br>).

Salienta-se também que uma possível criminalização no desempenho da atividade poderia configurar-se em uma matéria inconstitucional. As liberdades individuais e o direito à livre iniciativa são alguns dos fundamentos do Estado Democrático de Direito previstos na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988). Com base nisso, o ato de se prostituir ou demandar serviços sexuais seria, portanto, salvo algumas exceções, uma decisão individual, livre e autônoma da pessoa que assim deseje. Ao impor uma legislação que tenha por objetivo a penalização dos atores envolvidos na atividade, o Estado poderia estar violando princípios constitucionais fundamentais como, por exemplo, os que regem os princípios gerais da atividade econômica:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

A questão em relação à “Dignidade da Pessoa Humana” vem sendo usada como contra-argumento por estas frentes que buscam impor sua agenda antiprostituição. Entretanto, este conceito é caracterizado pela ambiguidade de interpretações. Uma sugestão a este imbróglio seria à consulta a grupos à quais seriam destinados estes projetos – as profissionais do sexo. Por certo, sob uma ótica

liberal, o Estado não poderia e nem deveria interferir no exercício da prática, ao tentar criminalizá-la¹⁸.

5.1.2.2 Ameaças à CBO

Dando continuidade à escalada neoabolicionista, o Deputado Federal Flavinho (PSB-SP), também em resposta ao processo de regulamentação profissional da prostituição, protocolou junto ao Ministério do Trabalho, em 12 de julho de 2016, a Indicação INC 2.371/2016¹⁹ sugerindo e requerendo a retirada dos itens 5198 e 5198-5, referentes à descrição da ocupação “Profissional do Sexo” e todas as suas referências/sinônimos em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO²⁰.

Em sessão plenária do dia 17 de agosto de 2016, o nobre Deputado veio à tribuna para esclarecer o que o motivou a impetrar o requerimento junto ao Ministério do Trabalho²¹.

Na sua concepção, a descrição da prática junto à CBO, além de atribuí-la o caráter de legalidade, seria um afrontamento aos bons costumes, ao acabar por incentivá-la ainda mais, expondo as mulheres em uma situação de vulnerabilidade total. Segundo o próprio, ao ser uma atividade socialmente reprovável, sob nenhuma hipótese esta poderia ser incentivada.

¹⁸ A tutela do Estado sobre condutas intimamente pessoais é assunto complexo que pode apresentar vários desdobramentos, por exemplo, baseando-se nas liberdades individuais. Ele não pode intervir em algumas decisões das pessoas. Um exemplo é a própria prostituição, pois mesmo a considerando prejudicial, por alguns, esta conduta, a princípio prejudicaria somente aquele que se predispôs a se prostituir. Salvo algumas exceções, o Estado pode intervir.

¹⁹ Cf. BRASIL. INC n. 2371, de 12 de jul. de 2016. REQUERIMENTO. **Sugere e requer retirada da descrição da ocupação de profissional do sexo em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**: Flavinho - PSB/SP. Brasília, p. 1-11, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2091348>>. Acesso em: 14 maio 2017.

²⁰ Cf. PARLAMENTAR defende mudança na classificação de profissões: Flavinho (PSB-SP) apresentou proposta para que o Ministério do Trabalho retire a ocupação “profissionais do sexo” da lista. **TV CÂMARA**, Brasília, 22 ago. 2016. PALAVRA ABERTA. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/515050-PARLAMENTAR-DEFENDE-MUDANCA-NA-CLASSIFICACAO-DE-PROFISSOES.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

²¹ Cf. DEP.FLAVINHO (PSB-SP) requer a retirada de verbete da CBO sobre classificação de prostituição: YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u06q4avr1vk&list=WL&index=11>>. Acesso em: 30 out. 2016.

Ao associá-la aos submundos das indústrias do tráfico de armas, das drogas e da exploração sexual, declarou que o incentivo da mesma faria com que indústria da exploração sexual crescesse e proliferasse, tocando assim diretamente no Art. 1º da Constituição, ao tratar da dignidade da pessoa humana. Sob a bandeira em defesa deste princípio, o Parlamentar justificou que o verbete seria um desacato direto, onde devido não haver previsão legal e – ou pior – ao ser uma prática reprovável, esta não poderia ser incluída na Classificação das Profissões regulares do Ministério do Trabalho. Numa questão jurídica, a manutenção deste verbete entraria diretamente em colisão com o Código Penal, abrindo precedentes para a realização de crimes, no que se referem os Art. 227 até o Art. 231.

Apesar do mesmo considerar que a discussão envolva paixão e ideologia, por fim, afirma que seu posicionamento estaria fundamentalmente ligado à dignidade humana e aos aspectos técnicos relacionados ao Código Penal Brasileiro.

É importante destacar que, de fato, as pressões políticas exercidas por parlamentares, sobretudo, por aqueles ligados a algumas denominações religiosas, não são recentes. A ameaça e a intenção de retirada deste verbete junto à CBO já foi noticiada, há mais de uma década, numa reportagem do Jornal Beijo da Rua²²:

Pastor-deputado faz campanha contra prostitutas: Evangélicos querem tirar profissionais do sexo da lista de ocupações brasileiras.

Quatro anos depois de o governo federal reconhecer que a prostituição é uma das 600 ocupações profissionais do Brasil, um pastor-deputado do Distrito Federal iniciou uma campanha contra a mais antiga das profissões. Pastor da Assembleia de Deus e deputado distrital pelo PDT, Peniel Pacheco protocolou em maio, no Ministério do Trabalho, uma moção de repúdio contra a inclusão da categoria “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que relaciona outras 599 ocupações, incluindo as de “sacerdote” e “deputado”.

[...]

A mesma reportagem reproduz declarações no mínimo preconceituosas do pastor: “O conteúdo (da CBO sobre profissionais do sexo) é uma verdadeira cartilha que incentiva a prática da prostituição. Deve ser revisado e alterado por pedagogos, profissionais de saúde, assistentes sociais, sociólogos e representantes da sociedade organizada”.

Para a coordenadora da Rede Brasileira de Prostitutas, Gabriela Leite, “o pastor falta com o respeito justamente à sociedade civil organizada, que pela

²² Cf. LENZ, Flavio. Pastor-deputado faz campanha contra prostitutas: Evangélicos querem tirar profissionais do sexo da lista de ocupações brasileiras. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2006. Disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=681&num=1>. Acesso em: 13 ago. 2016.

primeira vez, em 2002, foi chamada pelo Ministério do Trabalho para descrever cada ocupação no lugar de supostos especialistas”. E continua: “No caso dos profissionais do sexo, convocaram quem deviam convocar, a categoria organizada representada pela Rede. No caso dos sacerdotes, foi a mesma coisa: estão os pastores, padres, budistas e pais-de-santo. Deveriam ser antropólogos?”

[...]

O deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio, rejeita o suposto incentivo à prostituição enxergado pelo colega distrital. “Ninguém se torna prostituta lendo o site do Ministério do Trabalho. Como não se torna homossexual por causa de uma lei que permita a união civil de pessoas do mesmo sexo”. Gabeira é autor de projeto de lei que permite a formalização de relações de trabalho na prostituição e exige o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados (LENZ, 2006).

Neste sentido, não é nenhuma novidade que o Deputado Flavinho tenha impetrado um pedido de retirada deste verbete. Além de autor do Projeto de Lei Nº 6.127/2016, ele é relator da comissão que analisa o PL 867/2015 – “Escola Sem Partido”²³ –, no qual o seu correligionário, Deputado João Campos, também é titular. Missionário eclesiástico junto à comunidade “Canção Nova”, atualmente faz parte da bancada evangélica da Câmara²⁴. Ao impor o seu posicionamento, o nobre Deputado, talvez por interesses obtusos ou por mera falta de conhecimento do contexto histórico no qual se concretizou o reconhecimento de tal verbete, desconsidera um longo e

²³ Cf. FERNANDES, Marcella. Relator de Escola Sem Partido é missionário da Igreja Católica. **HuffPost Brasil**, [S.l.], 19 out. 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/10/19/relator-escola-sem-partido_n_12565988.html>. Acesso em: 14 maio 2017.

²⁴ Independente da denominação religiosa, além dos que se dizem “neopentecostais”, deputados católicos também estão inclusos nesta denominação chamada de “Bancada Evangélica”. Cf. SENRA, op. cit., p. 64: O Autor afirma: “Trata-se da institucionalização da chamada bancada evangélica — bloco parlamentar temático composto, atualmente, por setenta e nove parlamentares, com crescimento quase ininterrupto desde os anos 1980, que nas eleições de 2010 apresentou incremento de 50% e cuja tendência é a de crescer ainda mais nas próximas eleições. Mesclando razões religiosas e laicas (estas interpretadas, é claro, a partir de uma mundivisão religiosa...), esse bloco assumiu uma defesa intransigente do caráter divino da família (composta por pai, mãe e filhos), pautada pelo combate, às raias de uma cruzada religiosa, da homossexualidade e da transexualidade, pela luta contra o aborto e contra a prostituição e pela defesa genérica dos “valores morais presentes na Bíblia” (sejam lá quais forem) — além, é claro, de causas corporativas ligadas às igrejas (... e aos pastores). Enfim, trata-se de uma bancada conservadora, investida na missão sagrada de defender valores da moral cristã”; Cf. ÉBOLI, Evandro. Bancadas católica e evangélica pregam a mesma cartilha no Congresso. **O Globo**, Brasília, 01 out. 2011. Política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bancadas-catolica-evangelica-pregam-mesma-cartilha-no-congresso-2744906>>. Acesso em: 15 maio 2017. “Diferenças à parte, os parlamentares de bancadas religiosas — católica e evangélica — atuam em comunhão no Congresso e monitoram a tramitação de 368 projetos na Câmara e no Senado. Em defesa de suas bandeiras, esses deputados e senadores interferem no andamento de propostas como união civil entre homossexuais, criminalização da homofobia, contra os abortos legais e o chamado “divórcio instantâneo” (projeto que permite que esse processo se dê via internet), entre dezenas de outros”.

diligente processo político de (re)afirmação e consolidação social, marcado pela própria participação do movimento articulado de prostitutas.

Em resposta a este ato, a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) emitiram, durante o I Encontro Nacional de Prostituição, Direitos e Cidadania, realizado de 24 a 27 de novembro de 2016 em Florianópolis – SC, uma nota de repúdio ao Projeto de Lei Nº 2.371/2016 e contra a retirada da categoria profissionais do sexo da CBO²⁵.

A ação manifestou um total descontentamento em relação ao desconhecimento do Deputado acerca do debate do movimento brasileiro de prostitutas sobre o reconhecimento da prostituição como ocupação profissional e sua longa trajetória de luta. O posicionamento contrário às recomendações de organizações internacionais e o velho discurso de associação da prostituição à “exploração sexual” e ao “tráfico de pessoas”, também foram alvos de críticas, como pode ser evidenciado no seguinte trecho da carta:

CARTA ABERTA DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE PROSTITUTAS

[...]

No âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial da Saúde e a Anistia Internacional, junto aos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras sexuais organizados em todo o mundo, já há muito determinam a descriminalização total das relações de trabalho no universo da prostituição e o seu reconhecimento pleno como meio de garantir direitos e as condições necessárias para o exercício do trabalho sexual, nos seus mais variados contextos. E são os dados produzidos por essas organizações, entre outras, que apontam a diminuição da violência contra a mulher quando há o devido apoio dos estados nacionais a essas reivindicações das trabalhadoras e trabalhadores sexuais.

Prostituição, como um trabalho, não pode, portanto, continuar a ser confundida com “exploração sexual de crianças e adolescentes” e tampouco com “tráfico de pessoas”.

Inúmeras associações profissionais no Brasil, inclusive, já se manifestaram junto ao governo brasileiro em favor desse esclarecimento e em defesa, por conseguinte, da preservação dos direitos de trabalhadores sexuais, ressaltando que sobre essas matérias há, inclusive, legislação específica.

A redução do estigma de uma ocupação “mal vista” se faz, assim, pelo reconhecimento das reivindicações da categoria e pelas garantias legais decorrentes desse pleno reconhecimento, com vistas à redução da vulnerabilidade dessas populações à violência, ao feminicídio e de outros crimes de discriminação racistas, sexistas, transfóbicos, machistas e misóginos (REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS - RBP, 2016).

²⁵ Cf. REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS – RBP. Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais – CUTS. **Carta Aberta do Movimento Brasileiro de Prostitutas**. Florianópolis – SC: 2016. 2 p.

De fato, ao utilizar do estigma que é atribuído à ocupação como argumento para o seu não-reconhecimento laboral, o Parlamentar acaba por ameaçar os direitos à cidadania já adquiridos pelo movimento de prostitutas.

5.1.3 Processos e retrocessos

Na Câmara dos Deputados, a composição da legislatura mais conservadora dos últimos tempos, como já evidenciado, vem apresentando, como resultados, grandes retrocessos sociais, no tocante acerca de ações liberalizantes. Com base nessa nova configuração, o debate sobre a prostituição entra em linha de colisão com os interesses de grupos reacionários a causa.

Nestas circunstâncias, vem sendo observada uma desqualificação da capacidade de agência das mulheres que exercem a prostituição, ao não ser reconhecido o protagonismo destas na luta pela regulamentação da profissão. Este cenário ainda é sucedido pela difamação dos poucos parlamentares – e de seus partidos – que contribuíram para levar a luta da Rede Brasileira de Prostitutas ao Congresso Nacional.

Resultado deste processo, o reconhecimento da prostituição como uma ocupação – iniciado em 2002 com o registro da prostituição na CBO – resume-se, atualmente, em políticas paliativas para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de combate ao tráfico de pessoas. Todas as demais dimensões do reconhecimento da categoria, fruto de um longo e diligente processo político, se encontram, de fato, completamente obscurecidas.

Ressalta-se que, independentemente destas adversidades, o MBP mantém-se ativo, resistindo bravamente à luta política, reivindicando sua causa e construindo novas parcerias, sobretudo, junto à sociedade civil. Todavia, como objeto de estudo, não podemos e nem devemos desprezar a atual conjuntura sociopolítica brasileira. Inerente à existência da sociedade, o antagonismo é um importante elemento de integração social responsável por produzir ou modificar grupos de interesse, uniões e organizações (SIMMEL, 1983, p. 122). Portanto, embora seja um quadro conflituoso, de modo geral, é inegável que este confronto político, configura-se num importante

desafio a ser pensado, principalmente, por aqueles que lutam pela emancipação política, justiça, reconhecimento, descriminalização e participação social.

5.1.4 Poder Judiciário

O debate acerca das mais variadas perspectivas de prostituição junto ao Poder Judiciário, como visto anteriormente, é marcado por diversas controvérsias. Não sendo diferente, o mérito jurídico sobre o assunto se encontra estritamente alinhado ao Código Penal, preocupando-se, portanto, somente à abordagem de seus aspectos criminais.

É mister salientar que na verdade, apesar da existência de algumas frentes parlamentares que buscam criminalizar o exercício da prática²⁶ – ao buscar a inclusão desta matéria ao referido Código –, atualmente, não existe nenhum dispositivo legal determinando que a realização da atividade seja algo impróprio, ilícito ou ilegal. Ao analisar o Capítulo V do Código Penal, conclui-se que somente o favorecimento e a exploração da atividade constituem-se, de fato, como crimes.

Para o bem ou para o mal, esta condição de insegurança jurídica põe em xeque a atuação do Poder Judiciário ao dedicar-se ao objeto em estudo. Um ponto importante a destacar é que, diferentemente do sistema adotado em países anglo-saxônicos²⁷ – este baseado nos princípios da Jurisprudência (Common Law) –, o direito brasileiro está alinhado à doutrina de tradição romano-germânica – sistema jurídico baseado na Lei (Civil Law).

A partir desta perspectiva, a inexistência de uma legislação, costume²⁸ ou doutrina²⁹ que aborde o assunto – o exercício da prostituição – traz consigo a falta de um ordenamento jurídico relativo à matéria, fazendo com que tribunais superiores como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ),

²⁶ Isto vale, sem distinção, tanto para a oferta quanto para a demanda; Cf. subitem anterior “4.1.2.1 Neoabolicionismo Brasileiro”.

²⁷ Como é o caso dos países: Reino Unido e EUA, por exemplo.

²⁸ No campo do direito, o costume se baseia na aplicabilidade da lei. Na inexistência da lei, logo podemos considerar que em relação ao tratamento do objeto não existe um costume.

²⁹ A mesma abordagem pode ser destinada a questão da criação de uma doutrina. As doutrinas se baseiam no estudo da lei e a sua efetiva aplicabilidade. No campo da prostituição, as doutrinas estão basicamente associadas ao estudo do código penal, código civil e da CLT.

apesar de apresentarem um posicionamento humanista – baseado em preceitos constitucionais sobre a dignidade da pessoa humana –, adotem, principalmente, medidas baseadas sob o julgamento de juízos morais. Portanto, vindo, normalmente, acompanhadas por certo moralismo social, as ações emanadas por estas instâncias negam qualquer direito às prostitutas, por entender que a prostituição se trataria de uma prática imoral e socialmente reprovável.

Voltando à ótica da esfera penal, ao considerar a postura de tribunais de primeira instância sobre as instâncias superiores, revela-se uma postura, de certa forma, contraditória. Mantendo-se uma jurisprudência cada vez mais remissiva em relação à atividade, nota-se, de fato, que práticas previstas como crime, de acordo com o Código Penal, vem sendo relativamente toleradas³⁰. A verdade é que devido à falta de uma lei específica – principalmente uma que regule as relações e trocas econômicas-sexuais –, as intenções dos membros do poder judiciário não são claras.

De fato, este hiato jurídico, torna propensa a associação da prática de se prostituir aos crimes de facilitação e de exploração sexual, apesar de serem assuntos com tratamentos distintos. Espera-se, que com a eventual aprovação da reforma do Código Penal – que atualmente se encontra em tramitação no Senado Federal –, uma nova mentalidade do Judiciário acerca do tratamento do assunto. Entretanto, é necessário avaliar que alterações normativas não ocorrem da noite para o dia. Em geral, a institucionalização de novos costumes demanda certo período temporal.

5.1.4.1 Legal ou ilegal?

O debate acerca do exercício da prostituição e sua previsão legal, como já evidenciado anteriormente, vem sendo conduzido, na maioria das vezes, para a uma equívoca associação desta prática à condutas criminalizadas pelo Código Penal. A verdade é que o exercício da atividade, no Brasil, nunca foi considerado crime. Atualmente, não é diferente.

A grande questão é que, ao se basear na doutrina romano-germânica, no positivismo jurídico, o direito brasileiro se encontra estritamente vinculado à

³⁰ Conforme pode ser observado no Capítulo 3 do presente trabalho.

interpretação e aplicabilidade da lei. Com base nisso, podemos fazer uma breve análise acima do objeto em estudo: A carência de uma lei que a regule, e/ou até que proíba o seu exercício, faz com que a mesma não se torne uma conduta ilegal. Logo, pode-se concluir que na ausência de uma ordem normativa que lhe atribua à ilicitude, o ato então passa ser caracterizado como legal³¹. Este argumento é reforçado com base no Art. 5º, inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...]
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; (BRASIL, 1988).

Outro ponto que merece destaque, no campo jurídico, se refere à existência de uma distinção entre os conceitos de legal e de legalizado. No direito brasileiro, nem tudo que é legal pode ser considerado como legalizado. A prostituição é um exemplo claro desta condição dentre vários casos³².

A legalização se baseia na premissa de lei, ou seja, pressupõe a legitimação de um ato legal, condicionado à criação de normas jurídicas para o seu tratamento. Portanto, a legalização seria a ação de reconhecimento de certa conduta. Nesta lógica, logo se conclui que, como pré-requisito, para a consolidação da legalização, a matéria deve ser legal. Por fim, a legalização seria um meio-termo entre o legal e o processo de regulamentação.

Com isso é possível identificar em qual perspectiva a prostituição está inserida. Uma atividade legal, por não existir nenhum regulamento que a proíba; ao mesmo tempo legalizada e não legalizada³³, devido o Estado e a Sociedade não a “reconhecer” e/ou não buscar o seu (re)conhecimento, por estar intrinsecamente

³¹ Temos como base a permissão. Tudo que a lei não proíbe é permitido, logo na inexistência da lei, tudo é permitido. O Legal se baseia na ideia do permitido. O permitido engloba tudo aquilo que não é proibido.

³² O setor informal de modo em geral.

³³ Legalizada ou não legalizada? É uma questão para refletir. A prostituição vive este dilema, principalmente ligado à associação do legal com o moral.

associada a questões morais, mas, por fim, reconhecendo-a via CBO, e por último; não é regulamentada, devido à falta de “legalização”.

5.2 Regulamentação Profissional: Reflexões de um diligente processo

Marcando a 3ª fase do Movimento Brasileiro de Prostitutas³⁴, o debate sobre a regulamentação profissional da prostituição, no Brasil, não é um assunto recente. Seu entendimento surge, mais precisamente, com o advento do III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, realizado em maio de 1994 na cidade do Rio de Janeiro. Neste evento, trabalhadoras sexuais levantaram a bandeira da legalização de sua profissão, com a eliminação de todos os artigos do Código Penal³⁵ sobre a prostituição e a posterior regulamentação de sua atividade.

Neste período já se notava uma progressiva, porém ainda tímida, discussão acerca do objeto. Destaca-se que a abordagem em relação à regulamentação profissional ainda não era uma pauta principal, entretanto, esta se origina a partir da luta pela legalização da atividade.

É importante destacar que o debate em relação à matéria, propriamente dita, ganha notoriedade e espaço central na agenda política da RBP a partir dos Anos 2000. Uma das principais conquistas do Movimento – apesar dos recentes retrocessos –, o advento de inclusão, em 2002, da prostituição – quando exercida por maiores de 18 anos – como uma das 600 ocupações brasileiras foi o marco precursor na consolidação do processo de luta política e civil, inaugurando assim um novo precedente acerca do debate regulamentarista.

Acredita-se também que com a ascensão, no mesmo ano, de um Presidente da República vindo das camadas mais populares da sociedade, sobretudo, oriundo

³⁴ Anteriormente, como pode ser visto, apesar de ativistas já debaterem a tempos, a temática estava voltada à esfera penal. As três fases do Movimento podem ser subentendidas a partir do tema central de debate de cada encontro: 1º Encontro Nacional – 1987: Debate sobre a violência policial sofrida pelas mulheres; 2º Encontro Nacional – 1989: Debate sobre saúde pública, em relação a políticas de prevenção e enfrentamento à DSTs/AIDS; 3º Encontro Nacional – 1994: Debate sobre legalização, retirada dos artigos sobre lenocínio no Código Penal.

³⁵ O debate sobre a legalização profissional surge a partir da discussão sobre a retirada de artigos sobre lenocínio no Código Penal.

da classe operária, trouxe consigo uma expressiva mudança no discurso em relação à atividade, abrindo um maior espaço para o diálogo entre as representações sociais e o poder público. Este acontecimento também foi de suma importância para a consolidação de uma agenda política na qual fossem incluídas as reivindicações do movimento de prostituta.

A partir deste entendimento, este assunto tornou-se a principal pauta na agenda de grupos que veem na regulamentação profissional da atividade a melhor saída em meio a um conflito ideológico de oposição e resistência à prática. As parcerias, sobretudo, junto a frentes parlamentares simpatizantes à causa, foram fundamentais para a criação de Projetos de Lei alinhados a este objetivo.

Isso pode ser visto junto à atuação na Câmara dos Deputados. Desde 1972, até o presente momento, 5 Projetos de Lei propondo medidas sobre o controle, a legalização e a regulamentação laboral da prostituição foram imputados. Englobando as mais variadas perspectivas desde saúde pública, trabalhista, penal e, até, previdenciária, entre outras, dentre todos PL, atualmente, 4 se encontram permanentemente arquivados e 1 em tramitação junto à CCJC.

O **PL 1.312/1975**, de autoria do ex-Deputado Federal Roberto de Carvalho (MDB/SP), foi o primeiro Projeto de Lei proposto junto à Câmara dos Deputados no qual tratava do assunto. Em seu preâmbulo se pretendia estabelecer medidas dispondo sobre o confinamento da prostituição, controle sanitário, assistência previdenciária e reeducação das prostitutas, entre outras providências.

Em seu projeto, o deputado tinha proposto que as trabalhadoras sexuais poderiam, de forma facultativa, se filiar ao serviço de previdência social. Também seria instituído o Serviço de Reeducação das Prostitutas, este que estaria subordinado ao Ministério da Previdência Social, tendo como destinação a promoção da política nacional de controle da prostituição e reeducação das prostitutas, através de programas de readaptação, integração na comunidade e promoção social.

Supondo a impossibilidade de a prostituição ser erradicada do contexto social, seria imposto o controle sobre a atividade, através do confinamento, exclusivamente, do comércio sexual, ou seja, o exercício do comércio sexual seria realizado em locais

previamente delimitados pelas autoridades. Como ponto negativo, através do confinamento, tinha-se a convicção de que muitos problemas sociais – como a exploração do lenocínio, a disseminação de doenças venéreas e os abusos policiais – seriam evitados e efetivamente eliminados.

Como ponto positivo, acreditava-se que com o confinamento, as trabalhadoras sexuais poderiam ser donas de seu próprio negócio, evitando a exploração do lenocínio. Entretanto, com o estabelecimento do regulamento a atividade ficaria restrita a certas áreas da cidade.

Como pode ser visto, este PL é marcado pelo conservadorismo, ao tentar mascarar a realidade aos olhos da sociedade. Com argumentos rasos acreditava-se que o tal confinamento poderia evitar ou até eliminar casos de exploração. Ao contrário, esta situação poderia acentuar ainda mais os casos. Com base na criação de regulamentos em relação à restrição de áreas, podemos concluir que isto geraria uma maior segregação socioespacial. A verdade é que o confinamento poderia ser benéfico para aqueles que não gostariam de expor sua imagem, entretanto, seria prejudicial para indivíduos mais vulneráveis que sofrem constantemente exploração no comércio sexual.

O **PL 3.436/1997** do ex-Deputado Wigberto Tartuce (PP/DF) foi o segundo Projeto de Lei na história do Congresso Nacional a tratar do objeto. Dispondo sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor, a proposição destinava-se à criação de normas básicas para o exercício da atividade, buscando assim a sua tipificação.

Como pontos importantes, destacava-se a previsão da inscrição dos trabalhadores sexuais como segurados da Previdência Social, sob a qualidade de autônomos. Entretanto, se faria obrigatório o cadastramento e a realização mensal de exames para a prevenção e o acompanhamento de doenças sexualmente transmissíveis. A grande questão é que a partir deste ponto, se acentuaria o controle e o estigma entre os indivíduos que exercem a atividade – pois seria criado um prontuário acerca dos exames –, remontando assim às políticas higienistas do início do Século XX.

O autor da proposta argumenta que o projeto tinha a intenção de dar dignidade aos trabalhadores sexuais, ao tentar reconhecer a cidadania dos profissionais do sexo frente à própria sociedade. Com isso se buscaria a concessão ao acesso à Previdência Social, à Saúde e à Segurança, mantendo-se o cuidado com as restrições penais aos exploradores da atividade.

Como já evidenciado no capítulo anterior, o **PL 98/2003** do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira (PT/RJ) foi o primeiro projeto em que houve a participação inédita e efetiva do MBP, nas mesas de debate e na consulta pública à formulação do processo legislativo. Seu preâmbulo, basicamente, dispõe sobre a supressão dos Artigos 228 (tipos de favorecimento da prostituição), 229 (casa de prostituição) e 231 (tráfico de mulheres) do Código Penal e acerca da exigibilidade de pagamento por serviços de natureza sexual.

O Deputado, ao escrever o projeto, relatou a inconformidade com a inaceitável hipocrisia com que se considera a questão, afirmando que a mesma sociedade que a condena, reprime com violência e a estigmatiza é a mesma que a mantém. Este PL foi inspirado na abordagem alemã sobre o assunto, onde com a aprovação da *Prostitutionsgesetz* (ProstG) no final do ano de 2001, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2002, tornou-se exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. O modelo adotado na Alemanha suprimiu no Código Penal o crime de favorecimento da prostituição e também promoveu mudanças junto ao Código Civil.

Uma das últimas proposições sobre o tema, o **PL 4.244/2004**, do ex-Deputado Federal Eduardo Valverde (PT/RO), buscou instituir a profissão de trabalhadores sexuais através de uma nova ótica, ao tentar tipificar as relações econômico-sexuais. Este projeto foi concebido sob várias críticas, dentre elas: No Art. 2º o PL especificou como “trabalhadores da sexualidade” uma gama de ocupações – como dançarinas e dançarinos, garçonetes e garçom, massagistas, gerentes de casa, entre outros. A grande questão é que devido ao estigma que o ofício carrega, trabalhadores de outras ocupações – até aquelas correlatas ou assessórias à atividade – não desejam que seus trabalhos estejam associados ao universo da prostituição.

Outro ponto de destaque é que para o exercício da profissão os “trabalhadores da sexualidade” seriam obrigados a possuir um registro profissional expedido pela

Delegacia Regional do Trabalho, sendo renovado anualmente. Isto reforçaria mais o estigma e não teria aprovação satisfatória por parte das outras ocupações que seriam rotuladas como trabalhadores sexuais.

O Autor afirmou que a partir da regulamentação da atividade seria possível estabelecer garantias e direitos aos trabalhadores, incluindo os direitos previdenciários, além do acesso gratuito à programas e ações de saúde pública preventiva de combate à DSTs. Por fim, acreditava-se que a adoção destas medidas seria capaz de controlar o setor, da mesma forma que poderia conter casos de abuso.

5.2.1 PL Gabriela Leite

Atualmente, a proposta de regulamentação profissional, no âmbito legislativo, é defendida no **PL 4.211/2012** do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ)³⁶, sendo entendido como o princípio a ser seguido na busca por legitimidade, cidadania e justiça. Este PL pode ser considerado o mais coerente ao tratar do assunto entre as proposições já submetidas, englobando desde aspectos trabalhistas, sociais, penais, até previdenciários. Sendo um desdobramento dos PLs 98/2003 e 4.244/2004 dos ex-Deputados Fernando Gabeira e Eduardo Valverde, respectivamente, o Projeto dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas (ProstG) e com as reivindicações dos movimentos sociais que lutam pelos direitos dos profissionais do sexo.

Dispondo sobre a regulamentação da atividade dos profissionais do sexo, o PL tem por objetivo a redução dos riscos danosos de tal atividade. Além de tipificar a

³⁶ Cf. BRASIL. PL n. 4211, de 12 de jul. de 2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. **Lei Gabriela Leite**. Jean Wyllys - PSOL/RJ. Brasília, p. 1-21, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>>. Acesso em: 27 nov. 2016. “Por fim, a lei aqui proposta se intitula “Gabriela Leite” em homenagem a profissional do sexo de mesmo nome, que é militante de Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos dos profissionais do sexo, desde o final dos anos 70. Gabriela Leite iniciou sua militância em 1979, quando se indignou com atitudes autoritárias, arbitrarias e violentas por parte do Estado que, através da Polícia de São Paulo, promovia perseguições a travestis e prostitutas. Gabriela Leite participou na criação de vínculo solidário entre os profissionais do sexo, na mobilização política dos mesmos e fundou a ONG “Davida”, que tem como missão o fomento de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania das prostitutas; mobilização e a organização da categoria; e a promoção dos seus direitos. A “Davida” criou, por exemplo, a grife DASPU, um projeto autossustentável gerido por prostitutas e que tem por objetivo driblar a dificuldade de financiamento para iniciativas de trabalho alternativo por parte das profissionais do sexo”.

prática, diferente dos demais projetos até então propostos, conceituou a exploração sexual³⁷, vedando a mesma.

Foi proposta a normatização do modelo de prestação de serviços, onde a trabalhadora sexual poderia trabalhar autonomamente ou coletivamente em cooperativa, permitindo, ainda, a legalização de casas de prostituição, salvo qualquer tipo de exploração sexual dentro destas.

Ao contrário do PL 98/2003 que tinha por finalidade a supressão dos Artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, tal Projeto contempla modificações no texto do Capítulo V no que se refere o “Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual”, da “Casa de exploração sexual” e o “Rufianismo”, na tentativa de uma dissociação entre a prostituição e a exploração sexual. Neste contexto a proposta surge visando justamente à distinção entre o lícito e ilícito, garantido a retirada dos profissionais do sexo do submundo, da mesma forma que se busca combater o crime de exploração sexual, principalmente, contra crianças e adolescentes.

A Proposição também inclui em seu conteúdo disposições acerca do direito à aposentadoria dentro de um regime previdenciário especial – trabalhadores sexuais teriam acesso à previdência após 25 anos de serviços prestados, conforme os termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991³⁸.

O autor do Projeto defende a tese de que a marginalização das pessoas que lidam com o comércio do sexo acaba as levando à exploração sexual³⁹. Caminhando no sentido da efetivação da dignidade humana, na tentativa de acabar com a hipocrisia que priva os direitos mais elementares daqueles que exercem tal atividade, a regularização do trabalho sexual constituiria instrumento eficaz ao combate à

³⁷ BRASIL. PL n. 4211, de 12 de jul. de 2012, op. cit.: A exploração sexual se conceitua pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiros, quando não há pagamento do serviço sexual ou quando alguém é forçado a se prostituir mediante grave ameaça ou violência.

³⁸ Cf. BRASIL. LEI n. 8213, de 24 de jul. de 1991. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, p. 1-52, jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 26 maio 2017.

³⁹ BRASIL. PL n. 4211, de 12 de jul. de 2012, op. cit.: Ao criar o PL o autor também afirmar que sua intenção não é incentivar a prática. Ao contrário, busca-se reconhecer a sua existência frente à hipocrisia de uma sociedade que ao mesmo tempo em que a estigmatiza e marginaliza, recorre a ela.

exploração sexual, pois possibilitaria a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço. Com isso se permitiria, aos profissionais do sexo, o pleno acesso a serviços de saúde, ao direito do trabalho, à segurança pública.

Entretanto, atualmente, o Projeto se encontra parado na Câmara, aguardando a composição de uma comissão temporária para analisá-lo. Por se tratar de um tema polêmico, não existe um consenso entre defensores e opositores⁴⁰. No campo ideológico, o assunto é colocado em linha de confronto entre prostitutas e feministas radicais⁴¹. Somado a isto, o projeto enfrenta, na atual conjuntura – marcada pela forte oposição do Congresso mais conservador da história do Brasil⁴² –, poucas chances de ser aprovado.

5.2.2 Uma profissão como outra qualquer?

Do ponto de vista laboral – isto é, considerando-a como uma atividade econômica – a prostituição é, sem dúvidas, uma profissão como outra qualquer. Partindo deste pressuposto, a proposta de regulamentação seria uma alternativa ideal para o exercício da atividade, tendo em vista que com o controle e a normatização da prática, desvios como a exploração sexual seriam, ao menos, contidos e penalizados, diferentemente da forma como acontece atualmente. Esta opinião era defendida por

⁴⁰ Cf. CAZARRÉ, Marieta. Projeto que regulamenta atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara. **Agência Brasil**, Brasília, 26 mar. 2016. Direitos Humanos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

⁴¹ Cf. MARTÍN, María. Regulamentação da prostituição confronta prostitutas e feministas radicais: Projeto de lei enfrenta o Congresso mais conservador da história do Brasil e a oposição de um grupo de mulheres à legalização das casas de prostituição. **El País**, Rio de Janeiro, 31 jul. 2016. Política. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469735633_689399.html>. Acesso em: 13 ago. 2016. Militantes feministas que reivindicam que o debate sobre a prostituição pertence a todas as mulheres iniciaram sua própria batalha contra o texto por considerá-lo a “legalização da cafetagem”. “A regulamentação legitima a mercantilização do corpo feminino. O projeto se atém a tirar da ilegalidade as casas de prostituição e os exploradores, e coloca o Brasil como polo de exploração sexual de mulheres. lamenta Maria Gabriela Saldanha, escritora, militante feminista e férrea detratora do projeto de lei”.

⁴² Cf. MAGALHÃES, João Carlos. Mais conservadora, Câmara deve barrar ações liberalizantes. **Folha de São Paulo**, Brasília, 08 out. 2014. Poder. Disponível em: <<http://folha.com/no1529052>>. Acesso em: 25 maio 2017; Cf. “ANEXO G – Infográfico: Atual Composição da Câmara dos Deputados”; Cf. MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **Agência Brasil**, Brasília, 09 out. 2014. Política. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 maio 2017.

Gabriela Leite, como pode ser vista numa entrevista dada ao jornal O Globo em 2004⁴³:

“Exploração sempre vai haver”

Regulamentar a prostituição e retirar do Código Penal os crimes relativos a ela. Este é o melhor caminho para evitar que as mulheres e crianças sejam exploradas pela indústria do sexo, na visão da presidente da Rede Nacional de Profissionais do Sexo, Gabriela Silva Leite, de 52 anos (AMORA, 2004).

Para a ativista, sempre haveria a exploração sobre o trabalho sexual, devido tratar-se de um fenômeno inerente ao modelo socioeconômico que vigora atualmente, baseando-se na teoria marxista da “mais-valia”. Logo, a exploração “é uma coisa do capitalismo” (LEITE, 2004). Na atividade, sempre esteve presente a figura do intermediário – o dono ou gerente de casa, o dono do hotel onde as garotas fazem os programas, os jornais onde as profissionais autônomas colocam seus anúncios, etc. Com a regulamentação a figura do intermediário, em alguns casos, passaria para a de patrão.

Ao ser incluído no código penal, na década de 1940, o artigo sobre lenocínio, tinha a intenção inicial de “proteger” as mulheres contra a exploração, entretanto, em vez de proteger, atualmente a legislação “desprotege” estas, ao colocá-las sob a ótica do crime. Isto se dá em vista que no atual cenário, marcado pela ilegalidade dos “exploradores”, qualquer relação entre estes e as trabalhadoras sexuais seriam ilegais, inclusive as de caráter trabalhista. Ou seja, devido esta ilegalidade, profissionais do sexo não teriam como recorrer em caso de abusos, sobretudo os de natureza econômica e trabalhista.

Pode até parecer paradoxal, mais a proposta de tratar a prática como profissão e as alterações ou a retirada dos artigos no que se referem à prostituição do Código Penal, na visão de pesquisadores e ativistas, seria a melhor alternativa para a legitimação dos profissionais do sexo, possibilitando ainda um maior controle sobre a atividade, podendo, inclusive, conter ou evitar crimes referentes à exploração sexual, sobretudo, sobre crianças e adolescentes.

⁴³ LEITE, Gabriela. “Exploração sempre vai haver”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2004. Copo a Corpo, p. 5. Entrevista concedida a Dimmi Amora.

Diferentes visões e divergências de opiniões entre as prostitutas não podem ser desprezadas. Para tanto, dois aspectos são essenciais para o seu entendimento: A diferença de níveis socioeconômicos entre as prostitutas e o estigma que cada uma carrega. Profissionais do sexo que atuam e vivem em elevados padrões sociais e econômicos não desejam ser reconhecidas como tal. Enquanto isso, profissionais sujeitas às piores condições de trabalho, saúde e segurança acreditam que uma eventual regulamentação seria importante para o reconhecimento de seus direitos. Ainda existe uma terceira parte que considera toda essa discussão irrelevante. A partir de uma análise baseada sobre a perspectiva da assunção de uma identidade, entende-se o motivo por qual trabalhadoras sexuais de “castas superiores” são veementes contrárias à luta do movimento social, não a reconhecendo. Para as profissionais que vivem uma realidade inversa, os maiores problemas estariam voltados à clandestinidade e a precarização do trabalho.

Várias evidências comprovam a existência de uma relação tendencialmente benéfica, ou até necessária, entre empresários e prostitutas para o desempenho da atividade – a respeito da possibilidade de obter condições ideais de higiene, segurança e conforto –, em relação à prostituição fechada⁴⁴, constituindo uma forma de trabalho mais adequada, ao negar a imagem popularizada de degradação e opressão. Este entendimento tem a chancela da Anistia Internacional (AI)⁴⁵, da Global Commission on HIV and the Law (GCHIV–UNDP)⁴⁶ e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no qual sua Recomendação nº 200⁴⁷ defende a descriminalização e o reconhecimento do trabalho sexual como ocupação, de modo a proteger trabalhadores e clientes.

De certa forma, o regulamentarismo é a corrente político-jurídica a ser seguida, tendo em vista que esta possui como principais fundamentos o respeito e a livre determinação pessoal. Uma eventual regulamentação da prostituição criaria normas e regras para a sua execução – afastando o estigma que a cerceia –, dispondo ainda do acesso pleno à cidadania – o direito a ter direitos e a democratização dos serviços

⁴⁴ Esta relação deve ser rigorosamente tutelada pelo Estado.

⁴⁵ Cf. “**APÊNDICE D** – ONDA GLOBAL: ORGANISMOS INTERNACIONAIS”.

⁴⁶ Cf. “**APÊNDICE D** – ONDA GLOBAL: ORGANISMOS INTERNACIONAIS”.

⁴⁷ Cf. “**APÊNDICE D** – ONDA GLOBAL: ORGANISMOS INTERNACIONAIS”.

de saúde, educação, previdência, etc. – ou, até mesmo, a redução de casos de abusos, violência e criminalidade. Em contrapartida, a regulamentação profissional dos serviços sexuais – numa perspectiva econômica – criaria uma nova fonte de arrecadação para o Estado, pois a atividade passaria a ser tributada.

Como suposição importante, entende-se que apesar de se enquadrar perfeitamente ao princípio constitucional presente no Artigo 170. – DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA –, a atividade, ao ser analisada sob uma perspectiva laboral, não existe nenhum preceito que possa a assegurar. O Art. 7º – dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais – assim como a própria Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não possuem nenhuma disposição no que se refere o exercício do trabalho sexual. De acordo com os artigos 2º e 3º da CLT, a relação de trabalho/emprego se constitui a partir dos seguintes pressupostos: trabalho prestado por pessoa física; pessoalidade; não-eventualidade; onerosidade e subordinação. Para que o contrato de trabalho produza efeitos jurídicos válidos é necessário que o mesmo cumpra os pré-requisitos do art. 104 do Código Civil: I) agente capaz; II) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III) forma prescrita ou não defesa em lei. Destaca-se que a atividade possui características únicas: Ela não admite a chamada subordinação – do empregado perante o empregador –, “além disso, não se pode admitir, pelos mesmos motivos, que um contrato de trabalho impeça que a prostituta abandone, a qualquer momento, a atividade, ou ainda, que a force cumprir aviso prévio” (SENRA, 2013, p. 174).

Já em relação ao regime previdenciário, a análise do mérito do desempenho da atividade é menos controversa do que aquela que é debatida no âmbito do contrato de trabalho. Isso ocorre porque, de acordo com a legislação previdenciária, por força da Lei nº 8.212/91, as prostitutas estão incluídas entre os filiados obrigatórios da Previdência Social, enquanto contribuintes individuais, assegurando, inclusive, até código próprio de contribuição⁴⁸.

⁴⁸ Cf. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil – RFB. **Códigos de Receita de Contribuição Previdenciária (GPS)**. Brasil: [s.n.], [2015]. 15 p. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/codigos-de->

Em vista desta situação, seria necessária a criação de um regime trabalhista especial para o seu exercício. Partindo destes pressupostos, entende-se que a descriminalização do seu entorno torna-se um elemento primordial para uma possível regulamentação do comércio sexual⁴⁹. A relação entre prostitutas e empresários é necessária, porém ela deve ser rigorosamente tutelada pelo Estado.

5.2.3 Políticas Públicas

A parceria de longa data entre a Rede Brasileira de Prostitutas com órgãos do poder Executivo Federal, em especial o Ministério da Saúde, como já mencionado neste trabalho, trouxeram benefícios em geral, através da implementação de uma eficiente política de prevenção e controle de DSTs/AIDS. Contudo, mais recentemente, na tentativa da redução do estigma concernente à atividade, as relações, antes amistosas, foram abaladas, ocorrendo um grande retrocesso desde então.

A atual conjuntura evidencia um grande desafio a ser superado: O déficit parcial – ou quase total – de políticas públicas destinadas exclusivamente para a categoria. As políticas ainda existentes são apenas medidas paliativas que atacam os efeitos colaterais do métier.

Paradoxalmente, como curiosidade, na contramão do que se pretende aqui explicitar, o Executivo Federal, através de parcerias com universidades federais e estaduais, o Ministério da Educação (MEC), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a ONU promovem a realização de um curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP–GeR), levantando questões sobre a prostituição, contudo, não se aprofundado no que se trata a elaboração de práticas específicas destinadas a este público-alvo.

Outro ponto a destacar é a ausência de políticas públicas para aqueles indivíduos que queiram abandonar a atividade, ou seja, a inexistência de rotas de

[receita/codigos-de-receita-de-contribuicao-previdenciaria](#)>. Acesso em: 27 maio 2017. O código para Contribuinte Individual é o 1007.

⁴⁹ A descriminalização do lenocínio seria um fator fundamental para a licitude do objeto, abrindo espaço para a regulamentação da atividade.

saída é um dos grandes empecilhos que fortalecem o estigma e a marginalidade. É essencial o desenvolvimento de políticas públicas que criem caminhos alternativos – isto é, a criação de opções e oportunidades de saída –, estimulando práticas de requalificação profissional, apoio social e psicológico, programas de inserção no mercado de trabalho, etc. Iniciativas neste sentido, caso fossem implementadas, seriam legítimas e bem-vindas, mas desde que não houvessem a sua imposição, respeitando assim os princípios da autonomia pessoal.

De extrema importância, as patologias associadas à prostituição – como o tráfico de pessoas, a exploração sexual, etc. – devem receber uma atenção especial, com a criação de políticas específicas, voltadas para estas questões.

As políticas públicas de saúde e controle social devem ser pensadas a partir da participação das próprias trabalhadoras do sexo. Para isso, é necessário que as mesmas devam se auto reconhecerem nesta condição, assumindo-se, fazendo com que suas reivindicações ganhem uma maior visibilidade. Ou seja, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas a esta categoria dependem da participação dos seus próprios interessados.

Políticas públicas são pensadas a luz do reconhecimento das populações às quais são destinadas. Neste processo de reconhecimento, os movimentos organizados têm um papel fundamental junto à sua formulação, fazendo-se, portanto, necessário se conhecer para fortalecer a identidade profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos grandes avanços e de uma maior representatividade política, a prostituição, como pôde ser vista, ainda é considerada uma prática fortemente estigmatizada, na qual a sociedade, de modo geral, tenta por diversas maneiras promover o seu não-reconhecimento. Neste sentido, a questão da opinião pública é um dos principais desafios do movimento social frente ao fortalecimento de sua identidade. Mudar a cultura sobre um determinado assunto não acontece da noite para o dia, sobretudo, quando os detentores dos meios de comunicação e disseminação da “verdade” não se encontram abertos para o diálogo.

A equívoca associação da atividade à esfera penal, mesmo esta não sendo uma prática criminalizada, fortalecer ainda mais este estigma, sendo, portanto, um dos fatores que a torna uma prática ainda mais vulnerável. Há de considerar que a interpretação ambígua da lei em relação ao exercício deste ofício vai muito além da questão brasileira. O debate assume conotação global ao ser associada ao tráfico internacional de pessoas.

A atuação do Estado Brasileiro nesta conjuntura abre espaço para vários questionamentos: A leniência, a irrelevância e a incapacidade do Estado em legislar sobre tal questão, sem sombra de dúvidas, são alguns dos principais obstáculos frente à formulação e implementação de políticas públicas. A insegurança jurídica a par do assunto torna-se um grande problema ao considerar à adoção de medidas destinadas à categoria. Este cenário faz com que o próprio Estado ou organizações representando o mesmo atuem, por vezes, de forma ilegítima, violando assim os direitos humanos mais elementares.

Enquanto não se chega a um consenso jurídico, trabalhadoras sexuais experimentam momentos de incerteza com relação às suas vidas e destinos, tornando-se assim as grandes prejudicadas desta história. A falta de legislação faz com que se abram espaços para os mais variados tipos de exploração.

O acompanhamento de casos de violação de direitos é fundamental para o fomento de amplas discussões acerca do pleno reconhecimento do trabalho sexual e

para a descriminalização das relações de trabalho neste meio, tal como foi proposto pela Anistia internacional, em 2015.

Sendo parte da intensa luta que o movimento organizado vem enfrentando ao longo de sua trajetória, o pioneirismo e a vanguarda do MBP neste contexto, em prol de direitos e cidadania e por uma voz ativa frente à sociedade, não podem ser desprezados. Sua amplitude é marcada pelas mais variadas facetas que um movimento social pode apresentar.

Neste processo, o passado e o presente se confundem. Com a emergência de novas lideranças, a histórica agenda de luta deve ser preservada. Como precursoras desta sequência construtiva por reconhecimento e (re)afirmação social, Gabriela Leite e Lourdes Barreto são presença simbólicas no percurso de consolidação da figura da prostituta enquanto sujeito político. O modelo de articulação em rede contribuiu para que importantes conquistas fossem alcançadas, auxiliando assim no fortalecimento da luta reivindicatória em prol de direitos sociais.

É inegável que as alterações promovidas pela CBO, em 2002, foram um marco divisor e difusor no sentido do reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, da categoria de profissionais do sexo. Entretanto, poucos avanços ocorreram em relação à políticas públicas que concernem à prostituição desde este fato.

Todavia, nos últimos anos, vem sendo aberto um novo espaço de diálogo. O debate acerca da regulamentação laboral vem sendo atualmente conduzido pela, até então, inédita articulação política de prostitutas frente ao processo decisório⁵⁰. O novo debate ideológico é marcado pela adoção de diretrizes voltadas à organização da atividade, bem como na criação de normas e regras que tenham por finalidade a profissionalização do *métier*.

⁵⁰ Regulamentarismo: Discursos “iguais”, ideias diferentes? Nos últimos anos, como evidenciado por Simões (2010) e Senra (2013), a proposta de regulamentação da prostituição voltou a ser debatida nas mais diversas arenas. Entretanto, a atual discussão ideológica acerca do assunto ganha uma conotação diferente daquela explicitada por Soares (1992), Leite (2005), Pereira (1966) e até por Lagenest (1960). Enquanto no passado o termo era utilizado para propor medidas de tolerância, por vezes, para impor controles policiais e médico-sanitaristas, na atualidade vem sendo utilizado como argumento no intuito de organizar a atividade frente a um regime trabalhista.

Com isso, busca-se fortalecer o processo de construção de sua própria identidade social, sendo, portanto, de suma importância para o pleno exercício da cidadania⁵¹ e dos direitos civis. Por conseguinte, a regulamentação da prostituição como profissão visa, dentre os principais resultados: Contribuir para um status positivo dessa ocupação, resgatando a autoestima e reduzindo as vulnerabilidades por parte de seus atores – além de afastar de vez o discurso vitimizador instituindo no espaço público –, numa sociedade onde o prestígio e o respeito de um ofício se confundem em valores e princípios. A articulação é o principal instrumento deste sujeito político na luta frente às intervenções do planejamento oficial, sendo também essencial para a promoção e preservação da história e da memória urbana enquanto movimento social.

Entretanto, é importante salientar que o empenho por reconhecimento social não se resume à busca pela regulamentação profissional. É um assunto muito mais complexo do que se pode imaginar, apresentando diversos desdobramentos. A luta por reconhecimento é a luta pelo direito a ter direitos. No sentido de fortalecer o Movimento, é essencial que as trabalhadoras sexuais reconheçam sua condição, enquanto sujeitos da própria história, para assim poderem continuar se organizando e legitimar a sua luta política e social. Com isso, se faz necessário autoempreender para poder crescer, se fortalecer, conquistar e manter os direitos já adquiridos.

Desfavorável, o atual cenário sociopolítico brasileiro é marcado por grandes incertezas. Evidencia-se o florescimento do conservadorismo, do radicalismo político-ideológico e religioso. Os tímidos progressos em relação a políticas públicas, a morosidade das instituições oficiais e a existência de uma legislação ineficiente e antiquada à atual realidade social, são alguns dos desafios que as prostitutas têm pela frente. O atual enfrentamento ao atendimento de certas demandas ameaça direitos já adquiridos, tornando algumas práticas completamente inseguras e marginais, relegando aos seus sujeitos uma cidadania de 2ª classe, a partir da privação dos direitos mais elementares. Estas condições intensificam ainda mais a luta do Movimento de Prostitutas em prol de respeito, direitos e cidadania. É um momento

⁵¹ A cidadania e o direito à cidade vão muito além do pleno acesso ao espaço urbano, incluindo também o acesso a bens e serviços públicos e a participação em processos decisórios.

para se pensar, rever conceitos, reavaliar conquistas e criar novas estratégias de batalha.

Em relação às proposições junto à Câmara, podemos logo concluir que os Projetos de Lei, tantos daqueles que defendem a regulamentação laboral quanto os defensores da ideia de criminalização da prostituição, apesar de perspectivas e ideologias antagônicas, incrivelmente, adotam em seus discursos “justificativas comuns”. Ou seja, buscam a mesma “finalidade”, entretanto, adotando meios diferentes para se obter tal êxito. Nos PLs que buscam a criminalização é levantada a bandeira missionária que pretende trazer a salvação frente a todas as mazelas inerentes à atividade. Já os PLs empenhados na regulamentação e descriminalização, geralmente se encontram fundamentados sobre a retórica da redução do estigma e do acesso pleno à cidadania. No intuito de realizar esta comparação, segue uma breve transcrição entre as justificativas do Projeto de Lei Nº 6.127/2016 de autoria do Deputado Federal Flavinho – este que defende a criminalização da demanda pelos serviços – e o PL Nº 4.211/2012 – PL Gabriela Leite – de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, respectivamente:

Com efeito, não pode o legislador admitir que tal condição é socialmente positiva, muito menos se abster, em nome da adequação social, de criar normas que efetivamente assegurem dignidade a essas pessoas (BRASIL, 2016).

O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento (BRASIL, 2012).

Para a gestão pública, é inexorável a relevância do surgimento destas novas demandas, como é o caso específico das profissionais do sexo. Entretanto, uma nova reflexão surge neste enredo: A criação de políticas específicas para este grupo. Como seria a atuação destes agentes de transformação social – gestores públicos – tendo como principal prerrogativa o estrito cumprimento da lei, em vista de uma atividade não regulamentada – como é o caso da prostituição? Como pode ser visto, é um contexto totalmente desafiador. Esta é uma das principais propostas a serem encaradas neste debate.

É necessário levar a cabo que, para a elaboração perfeita de uma política pública, se faz necessário recorrer a uma pesquisa de campo eficaz que traga elementos para a produção de informações precisas com o próprio público a qual esta política será destinada.

A conjugação do ensino às ações da pesquisa acabaram abrindo e ampliando espaços qualificados para o debate sobre o trabalho sexual, em consonância com a produção do próprio movimento⁵², buscando assim intensificar a reflexividade em seu entorno, seus contextos, seus lugares, suas razões e seus interlocutores. Com isso, preserva-se a história do Movimento e os percursos de reconhecimento da profissão, mas também acaba por trabalhar na produção e na reflexão de novos sentidos acerca da prostituição e seus desafios contemporâneos.

Por fim, a pesquisa, a investigação e o trabalho de campo são ferramentas fundamentais para a desmistificação de certos assuntos, sendo assim importantes mecanismos na quebra de paradigmas, estigmas e preconceitos. A partir destas premissas buscou-se “outra face da verdade”, ou seja, outras versões, outras narrativas sobre fatos que acabaram transformando sutilmente os próprios fatos, abrindo espaços para novos conhecimentos, numa sociedade onde o direito de ser ouvido não se encontra igualmente distribuído. Com isso, a neutralidade de um trabalho acadêmico torna-se um grande desafio, abrindo espaço para certos questionamentos: Num mundo real, pesquisas neutras, sem tomadas de partido, tecnicamente corretas e livres de valores, são possíveis? Talvez a resposta seja “não”. Tomadas de partido estão solidamente consolidadas na estrutura social. Portanto, inevitavelmente sempre haverá algum posicionamento. Aliás, o alinhamento de agendas, agências, agentes e a própria formulação e implementação de políticas públicas, em si, são tomadas de partido. Assim, baseando-se nos pensamentos de uma “teoria da ação coletiva” (BECKER, 1976), conclui-se o presente trabalho com a seguinte indagação: Afinal, “de que lado estamos”?

⁵² O Observatório da Prostituição foi um dos espaços produtores dessa interlocução, em diversas atividades públicas, como o Diálogos do OP (em 2014 e 2015) e o curso de extensão Uma Revolução Particular: o movimento brasileiro de prostitutas (em 2015), todos com a participação de prostitutas ativistas e outros atores do cenário desse movimento social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Leila. **Prostituição, a história recontada**: Transas sociais e institucionais em Belém. 2016. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BECKER, Howard S. De que Lado Estamos? In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1976]. p. 122-136.

_____. Empreendedores Morais. In: **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963]. p. 153-168.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, p. 249-280, Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Nov. 2015.

_____. O Mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XIX, n. 37, p. 79-105, jul./dez. 2011. Disponível em: http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/278/253?hc_location=ufi. Acesso em: 07 jun. 2017.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: **Questões de sociologia**. 1. ed. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 233-245.

CEFAI, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução a Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. In: MOTA, Fábio Reis et al. (Org.). **Arenas públicas**: Por uma etnografia da vida associativa. Niterói-Rio de Janeiro: EdUFF, 2011. p. 9-63. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Berocan_Mota_Introducao_Arenas_publicas_2011-libre.pdf. Acesso em: 19 out. 2015.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 135 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Brasil: Zahar Editores, 1980 [1963]. 158 p.

HEALY, Catherine. **Prostituição legalizada**: o exemplo da Nova Zelândia. 02/10/2013. Disponível em: <<http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2013/10/prostituicao-na-nz.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

HELENE, Diana. **“PRETA, POBRE E PUTA”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 334 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p.

LAGENEST, Barruel. **Lenocínio e Prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960. 198 p.

LEITE, Juçara Luzia. **República do Mangue**: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974). 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2005. 138 p. v. 1.

MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=aK0XO>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=lupanar>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996. 283 p.

MUNK, Verônica. Em breve uma Europa livre de prostituição? In: SIMÕES, S.S.; SILVA, H.R.S.; MORAES, A.F. (Org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: EdUFF, 2014. p. 57-71.

MURRAY, Laura. Victim management and the politics of protection: Between “fazer direito” and “direitinho”. **Revista Ártemis**, João Pessoa, Vol. XVIII, n. 1, pp. 28-41, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/22532/12496>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Violações Graves contra Prostitutas em Niterói Demandam Atenção e Ação Urgente. **Papos de Gabi**, Rio de Janeiro, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3214>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

NADER, Laura. 1994. Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 18-29, Out. 1994.

OZORIO DE MELO, João. **Nuanças da Lei**: Os paradoxos entre prostituição e pornografia nos EUA. 22/06/2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jun-22/prostituicao-crime-eua-operar-site-prostituicao-nao>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, OTÁVIO GUILHERME (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967, pp. 25-66.

PEREIRA, Armando. Prostituta não é caso de polícia. In: PEREIRA, Armando et al. **A Prostituição É Necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. cap. 3, p. 59-74.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. Apresentação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 31, p. 9-28, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991. 244 p.

SENRA, Márcio. **A prostituição no Brasil no século XXI**: razões para sua regulamentação. 2013. 407 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

SIMÕES, Soraya Silveira. Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. **RAU: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 24-46, jan.-jun. 2010a. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/artigo_soraya_rau.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. “**Trabalho sexual não é crime**”. INCT-InEAC, 2015. Disponível em: <<http://www.ineac.uff.br/?q=library/artigos/trabalho-sexual-n%C3%A3o-%C3%A9-crime-por-soraya-silveira-sim%C3%B5es>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010b. 178 p. v. 1.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos**: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada. 2014. 333 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas**: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992. 120 p.

REPORTAGENS

AGÊNCIA ESTADO. IG. Evangélicos criticam campanha 'Eu sou feliz sendo prostituta'. **Último Segundo**, [S.l.], 04 jun. 2013. Brasil. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/evangelicos-criticam-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ANISTIA Internacional apoia descriminalização da prostituição: ONG aprovou projeto que pede descriminalização do comércio sexual. Resolução ressaltou que condena prostituição infantil e tráfico de pessoas. **G1 com AFP**, 11 ago. 2015. Mundo. Disponível em: <<http://glo.bo/1J2kMGP>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ANISTIA Internacional decide defender descriminalização da prostituição: “Estamos focados em como manter os profissionais do sexo a salvo, empoderá-los a ter acesso a seus direitos, assegurar que tenham direito a cuidados médicos”, justificou a ONG. **Último Segundo com BBC Brasil**, 11 ago. 2015. MUNDO. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-08-11/anistia-internacional-decide-defender-descriminalizacao-da-prostituicao.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ANISTIA Internacional defende descriminalização da prostituição: ONG apoia “descriminalização total de todos os aspectos do trabalho sexual consensual”, o que inclui clientes, cafetões e operadores de bordéis. Decisão é duramente criticada por grupos de defesa dos direitos da mulher. **Deutsche Welle**, 12 ago. 2015. MUNDO. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/1GEjG>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARTICULISTA da Folha ironiza proposta de João Campos para criminalizar a prostituição. **Goiás 24 horas**, Goiânia, 05 set. 2013. Nacional, Opinião. Disponível

em: <<http://goias24horas.com.br/18110-articulista-da-folha-ironiza-proposta-de-joao-campos-para-criminalizar-a-prostituicao/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CALLIGARIS, Contardo. O prazer (ainda) é um escândalo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 set. 2013. Colunistas. Disponível em: <<http://folha.com/no1336787>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CARONE, Carlos. Prostituição explícita nas dependências do Congresso Nacional: Garota de programa cobra até R\$ 1 mil para atender clientes na Câmara dos Deputados. Ela foi fotografada na porta de entrada que dá acesso às comissões e dentro do banheiro masculino. Polícia legislativa deve apurar o caso. **Metrópoles**, Brasília, DF: 30 mar. 2016. Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.metropoles.com/distrito-federal/prostituicao-explicita-nas-dependencias-do-congresso-nacional>>. Acesso em: 14 maio 2017.

CAZARRÉ, Marieta. Projeto que regulamenta atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara. **Agência Brasil**, Brasília, DF: 26 mar. 2016. Direitos Humanos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

COELHO, Henrique. Polícia fecha bar e hotel na orla do Rio por exploração sexual de menores: Estabelecimentos na Zona Sul já foram citados em três inquéritos. Bar e hotel terão as atividades suspensas, diz decisão da 29ª Vara Criminal. **G1**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2014. RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://glo.bo/1iSk7v>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DEUTSCHE WELLE. Folha Online. Holanda legaliza bordéis e prostituição. **Folha de São Paulo**, 01 out. 2000. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u9418.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

DINIZ, Fernando. Deputado da “cura gay” volta a liderar bancada evangélica: Parlamentares querem aprovar projeto contrário ao aborto e liberar entidades religiosas para questionar leis no STF. **Terra - Notícias**, Brasília, DF: 24 fev. 2015. Política. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/deputado-da-cura-gay-volta-a-liderar-bancada-evangelica,221305228bdbb410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

DIRETOR responsável por campanha 'Sou feliz sendo prostituta' é demitido: Segundo ministério, Dirceu Greco veiculou campanha sem aprovação. Campanha para acabar com associação da prostituição ao HIV foi retirada. **G1**, Brasília, DF: 05

jun. 2013. Ciência e Saúde. Disponível em: <<http://glo.bo/13EZAiK>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

ÉBOLI, Evandro. Bancadas católica e evangélica pregam a mesma cartilha no Congresso. **O Globo**, Brasília, DF: 01 out. 2011. Política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bancadas-catolica-evangelica-pregam-mesma-cartilha-no-congresso-2744906>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FALCÃO, Márcio. Evangélicos pedem explicações sobre campanha para prostitutas. **Folha de São Paulo**, Brasília, DF: 04 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://folha.com/no1289631>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FERNANDES, Marcella. Relator de Escola Sem Partido é missionário da Igreja Católica. **HuffPost Brasil**, [S.I.], 19 out. 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/10/19/relator-escola-sem-partido_n_12565988.html>. Acesso em: 14 maio 2017.

FLAVINHO (PSB-SP). **Programa Palavra Aberta**, Brasília: TV Câmara, 22 ago. 2016. Programa de TV. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/515050-PARLAMENTAR-DEFENDE-MUDANCA-NA-CLASSIFICACAO-DE-PROFISSOES.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FON, Antonio Carlos. O Crime do Estudante: Revolta e protesto do povo da noite. **Jornal da República**, São Paulo, 22 set. 1979. São Paulo / Brasil, p. 10. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=410&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GONZÁLEZ, Jesús. Os países europeus terão que incluir a prostituição no cálculo do PIB: Uma normativa da UE exige que uma parte da economia ilegal seja contabilizada até 2016. **El País**, Madri, 08 jun. 2014. Economia. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/07/economia/1402168523_576633.html>. Acesso em: 22 mar. 2017.

LEITE, Gabriela. Aos pesquisadores. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, Dez. 2014. Colunas da Gabi, p. 28.

_____. “Exploração sempre vai haver”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2004. Copo a Corpo, p. 5. Entrevista concedida a Dimmi Amora.

LENZ, Flavio. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, out. 2002. p. 7.

_____. Contrato de Trabalho. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, abr. 2002. No Ponto, p. 15.

_____. Legislação na Europa e projeto no Brasil. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mar. 2005. p. 16.

_____. OAB discute prostituição. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, jun.-jul. 2004. No Ponto, p. 7.

_____. Pastor-deputado faz campanha contra prostitutas: Evangélicos querem tirar profissionais do sexo da lista de ocupações brasileiras. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2006. Plantão. Disponível em: <<http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=681&num=1>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

MAGALHÃES, João Carlos. Mais conservadora, Câmara deve barrar ações liberalizantes. **Folha de São Paulo**, Brasília, DF: 08 out. 2014. Poder. Disponível em: <<http://folha.com/no1529052>>. Acesso em: 25 maio 2017.

MARTÍN, María. Regulamentação da prostituição confronta prostitutas e feministas radicais: Projeto de lei enfrenta o Congresso mais conservador da história do Brasil e a oposição de um grupo de mulheres à legalização das casas de prostituição. **El País**, Rio de Janeiro, 31 jul. 2016. Política. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469735633_689399.html>. Acesso em: 13 ago. 2016.

MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **Agência Brasil**, Brasília, DF: 09 out. 2014. Política. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 maio 2017.

MAXX, Matias. Esta Prostituta Foi Roubada, Estuprada e Despejada por Policiais em Niterói: Conversamos com Isabela, a única das 400 trabalhadoras do Prédio da Caixa que peitou PMs, sequestradores, cafetões e políticos para continuar sustentando o filho com o próprio corpo. **Vice**, 19 ago. 2014. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MUNK, Verônica. Fortalecimento é o maior resultado: Trabalhadoras sexuais debatem restrições à profissão e reafirmam “vontade de atuar”. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, abr./mai. 2006. Movimento Organizado, p. 5.

MURRAY, Laura. A Niterói que Queremos. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, Dez. 2014. p. 23-25.

NETO, Walacy. Deputado João Campos quer tornar crime a prostituição: Caso seja aprovada, a contratação e oferta de serviços sexuais poderá resultar em pena de um até seis anos de prisão. **Jornal Opção**, Goiânia, 12 set. 2013. Constituição. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/deputado-joao-campos-quer-tornar-crime-a-prostituicao>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

NOBRE, Carlos. Gabeira apresenta projeto de lei a profissionais do sexo. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, ago.-set. 2002. p. 6.

O GLOBO, 1987. 21/7, s./p.

POMBO, Cristiano Cipriano. Carrasco da Seringa leva prostitutas a parar a noite de São Paulo. **Notícias Populares / Banco de Dados Folha**, São Paulo, 13 jan. 2016. SAIU NO NP. Disponível em: <<http://folha.com/no1728282>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PÔSTERES tentam profissionalizar imagem de prostitutas na Irlanda. **BBC Brasil**, 09 set. 2011. Notícias. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110908_irlanda_prostitutas_campa_mv.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2017.

PRAZERES, Leandro. Deputado que apresentou projeto da “cura gay” presidirá Frente Evangélica. **UOL Notícias**, Brasília, DF: 24 fev. 2015. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/02/24/deputado-que-apresentou-projeto-da-cura-gay-presidira-frente-evangelica.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PROSTITUTAS abrem Encontro Nacional. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mai. 1994. Capa, p. 12.

PROSTITUTAS na China deixam de usar preservativos para evitar detenções. **Yahoo Notícias com Agência EFE**, Pequim, 26 jul. 2016. Mundo. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/santiago-decreta-estado-pr%C3%A9-emerg%C3%Aancia-ambiental-16-vez-235959817.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

SAHUQUILLO, María. Modelo nórdico de combate à prostituição ganha força pelo mundo: Medida que castiga o cliente para lutar contra o proxenetismo foi adotada em 10 países. **O Globo**, Madri, 28 abr. 2016. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/modelo-nordico-de-combate-prostituicao-ganha-forca-pelo-mundo-19182794>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SÁNCHEZ, Felipe. Anistia Internacional diz que proibir a prostituição prejudica as mulheres: Organização documenta estupros, agressões e extorsão cometidos por clientes e policiais. **El País**, Madri, 28 maio 2016. Internacional. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/internacional/1464193965_020273.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SERRANO, Pedro Estevam. Prostituição e direito à saúde: Alexandre Padilha errou. Realizar campanhas de saúde pública é seu dever e não mera opção. **CartaCapital**, São Paulo, 05 jun. 2013. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/prostituicao-e-direito-a-saude-737.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

SEXO Legal: Trabalhadoras laçam campanha para tirar do crime a primeira profissão do mundo. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mai.-jun. 1996. Capa, p. 12.

SIMÕES, Soraya Silveira. “EU EU EU, EU SÓ DOU O QUE É MEU”: Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2014. Papos da Gabi. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3200>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____; LEITE, Gabriela Silva. Prostitutas do Rio recebem deputados e representantes de Saúde e Urbanismo para defender os interesses da categoria: Puta, prostituta, mulher da vida. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, nov.-dez. 2002. Encontro Político, p. 4.

_____. Trabalho sexual não é crime: Criminalização das relações de trabalho nesse universo laboral põe milhares de homens e mulheres à margem dos direitos garantidos a todo trabalhador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/trabalho-sexual-nao-crime-17099547>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

STRACK, Friederike. Nova lei confunde alemãs. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, abr. 2002, pp. 4-5.

TAMBÉM na Internet: Lançado em 1988 no Recife, jornal alcança o mundo durante encontro de prostitutas na Bahia. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, dez. 2004. Capa, p. 12.

UM MERGULHO NA PROSTITUIÇÃO DE LUXO DO CONGRESSO: Reportagem da revista meiaum e do Brasília 247 revela os meandros do comércio sexual no coração do poder. **Brasil 247**, Brasília, DF: 04 ago. 2011. Poder. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/10594/Um-mergulho-na-prostitui%C3%A7%C3%A3o-de-luxo-do-Congresso.htm>>. Acesso em: 14 maio 2017.

VIEIRA, Isabela. Polícia fecha bar e hotel em Copacabana por exploração sexual de menores. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2014/06/12/policia-fecha-bar-e-hotel-em-copacabana-por-exploracao-sexual-de-menores.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

REFERÊNCIA LEGISLATIVA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Promulgada em 05 de outubro de 1988**. Brasília: 1988. 129 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 maio 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Promulgada em 05 de outubro de 1988**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 448 p.

_____. Decreto Legislativo n. 10, de 13 de nov. de 1958. Aprova a Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro. **Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro**. SENADO FEDERAL. [S.l.], p. 1-5, nov. 1958. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-10-1958.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Decreto n. 5017, de 12 de mar. de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Em Especial Mulheres e Crianças**. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Brasília, DF: p. 1-7, mar. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 2848, de 07 de dez. de 1940. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, p. 1-72, dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. INC n. 2371, de 12 de jul. de 2016. REQUERIMENTO. **Sugere e requer retirada da descrição da ocupação de profissional do sexo em verbete da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**: Flavinho - PSB/SP. Brasília, DF: p. 1-11, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2091348>>. Acesso em: 14 maio 2017.

_____. Lei n. 10406, de 10 de jan. de 2002. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: p. 1-173, jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 27 maio 2017.

_____. Lei n. 8213, de 24 de jul. de 1991. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: p. 1-52, jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. PL n. 1312, de 18 de set. de 1975. Câmara dos Deputados. **Estabelece medidas dispondo sobre o confinamento da prostituição, controle sanitário, assistência previdenciária e reeducação das prostitutas, e dá outras providências**. ROBERTO CARVALHO - NI/NI. Brasília, DF: p. 1-37, set. 1975. Situação: Arquivada. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190473>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 2169, de 02 de out. de 2003. Acrescenta art. ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. **Tipifica o crime de contratação de serviço sexual, inclui na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração**. Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP. Brasília, DF: p. 1-4, out. 2003. Situação: Arquivada. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=38153>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 3436, de 24 de jul. de 1997. Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor. **Poder Conclusivo das Comissões - artigo 24, inciso II.** WIGBERTO TARTUCE - PSDB/DF. Brasília, DF: p. 1-25, jul. 1997. Situação: Arquivada. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=212708>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 377, de 10 de fev. de 2011. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. **Tipifica o crime de contratação de serviço sexual, inclui na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração.** João Campos - PSDB/GO. Brasília, DF: p. 1-12, fev. 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2111562>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 4125, de 14 de set. de 2004. Torna obrigatória a divulgação pelos estabelecimentos que especifica de material relativo à exploração sexual de crianças ou adolescentes. **NOVA EMENTA: Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, DF: p. 1-4, set. 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=264293>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. PL n. 4211, de 12 de jul. de 2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. **Lei Gabriela Leite.** Jean Wyllys - PSOL/RJ. Brasília, DF: p. 1-21, jul. 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 4244, de 07 de out. de 2004. Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências. **Considera trabalhador da sexualidade a prostituta, prostituto, dançarino, garçon, garçone, atriz, ator, acompanhante, massagista que trabalhem expondo o corpo, em caráter profissional, em locais ou condições de provocar apelo sexual e erótico, e o gerente de casa de prostituição.** Eduardo Valverde - PT/RO. Brasília, DF: p. 1-3, out. 2004. Situação: Arquivada. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266197>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 4850, de 03 de mar. de 2005. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, em especial do seu Título VI. **Tipifica os crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual, crimes contra o desenvolvimento sexual de vulnerável, lenocínio, e do tráfico de pessoa para o fim de exploração sexual; altera a Lei nº 8.072, de 1990.** Senado Federal - CPMI - Exploração Sexual. Brasília, DF: p. 1-15, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=277008>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. PL n. 590, de 08 de abr. de 1999. Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Tipifica a conduta de manter casa de exploração sexual infanto-juvenil.** Luiza Erundina de Sousa - PSB/SP. Brasília, DF: p. 216-216, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=38153>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. PL n. 6127, de 13 de set. de 2016. Altera Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal. **Tipifica como crime a contratação de pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo.** Flavinho - PSB/SP. Brasília, DF: p. 1-6, set. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2111562>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PL n. 7220, de 11 de mar. de 2014. Altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. **Transformado na Lei Ordinária 12978/2014.** Senado Federal - Alfredo Nascimento - PR/AM. Brasília, DF: p. 1-7, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=607589>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. PL n. 98, de 19 de fev. de 2003. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.** Fernando Gabeira - PT/RJ. Brasília, DF: p. 1-54, fev. 2003. Situação: Arquivada. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. PLS n. 236, de 09 de jul. de 2012. Reforma do Código Penal Brasileiro. **Novo Código Penal.** Senador José Sarney. Brasília, DF: p. 1-198, jul. 2012. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>>. Acesso em: 18 maio 2017.

DEUTSCHLAND. I S. n. 3983, de 20 de dez. de 2001. Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten. **Prostitutionsgesetz - ProstG**. Bundesministeriums der Justiz und für Verbraucherschutz. Deutschland, p. 1-1, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.gesetze-im-internet.de/prostg/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Resolução do Parlamento Europeu P7_TA(2014)0162 sobre a exploração sexual e a prostituição e o seu impacto na igualdade dos géneros (2013/2103(INI))**. Estrasburgo, 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P7-TA-2014-0162+0+DOC+PDF+V0//PT>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS

CARTA de Princípios da RBP: Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas. Disponível em: <<http://www.observatoriadaprostituicao.ifcs.ufrj.br/carta-de-principios-da-rbp/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

COMISSÃO Global sobre o HIV e o direito. **Riscos, Direitos e Saúde**. Nova Iorque: PNUD, 2012. p. 41-49. Disponível em: <<http://www.hivlawcommission.org/resources/report/FinalReport-Risks,Rights&Health-PT.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. 99., 2010, Genebra. **Recomendação sobre o HIV e a Aids e o mundo do trabalho...** Brasília: OIT, 2010. p. 01-39. v. 200. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/hiv_aids/pub/recomendacao_200_277.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

GAATW. Global Alliance Against Trafficking in Women. **Qual é o Preço de um Boato?**: Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas. Bangkok: [s.n.], 2011. 90 p. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/o_preco_de_um_boato.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

MEGAEVENTOS e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. junho de 2014. ed. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro., 2014. 89 p. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MEGAEVENTOS e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. novembro de 2015. ed. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro., 2015. 97 p. Disponível em: <http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil – RFB. **Códigos de Receita de Contribuição Previdenciária (GPS)**. Brasil: [s.n.], [2015]. 15 p. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/codigos-de-receita/codigos-de-receita-de-contribuicao-previdenciaria>>. Acesso em: 27 maio 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2010. 196 p. v. 3. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoess-2/classificacao-brasileira-de-ocupacoes/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

OBSERVATÓRIO DA PROSTITUIÇÃO. LeMetro/IFCS-UFRJ. **Relatório Copa do Mundo. Rio de Janeiro:** [s.n.], 2014. 43 p. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.files.wordpress.com/2014/09/observatc3b3rio-da-prostituic3a7c3a3o_relatic3b3rio-copa-do-mundo_03-set-2014.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

OS DIREITOS de trabalhadores e trabalhadoras sexuais são direitos humanos. Disponível em: <<https://anistia.org.br/os-direitos-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-sexuais-sao-direitos-humanos/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS - RBP. Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais - CUTS. **Carta Aberta do Movimento Brasileiro de Prostitutas**. Florianópolis - SC: 2016. 2 p.

WORLD Charter For Prostitutes' Rights: International Committee for Prostitutes' Rights (ICPR), Amsterdam 1985, Published in Pheterson, G (ed.), A Vindication of the Rights of Whores. Seattle: Seal Press, 1989. (p.40). Disponível em: <http://www.walnet.org/csis/groups/icpr_charter.html>. Acesso em: 31 maio 2017.

SITES

PORTAL da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

PROCON.ORG: The Leading Source for Pros & Cons of Controversial Issues.

Disponível em:

<<http://prostitution.procon.org/view.resource.php?resourceID=000772>>. Acesso em: 16 maio 2017.

THE U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR). Disponível em:

<<https://www.pepfar.gov/about/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

TURN Off The Blue Light: Sex Workers Need Human Rights, Not Legal Wrongs.

Disponível em: <<http://www.turnoffthebluelight.ie/about/poster-campaign/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MATERIAIS AUDIOVISUAIS

DEP.FLAVINHO (PSB-SP) requer a retirada de verbete da CBO sobre classificação de prostituição: YouTube. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=u06q4avr1vk&list=WL&index=11>>. Acesso em: 30 out. 2016.

ARQUIVOS PESQUISADOS

APERJ - Acervo da ONG Davida - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PAÍSES REGULAMENTARISTAS

Holanda: Tornou-se o primeiro país do mundo a anular a proibição imposta à prostituição – em 1º de outubro de 2000 –, ao legalizar, via decreto, bordéis e prostíbulos, regulamentando-os como atividade empresarial¹. A regularização foi condicionada ao pagamento de tributos e ao atendimento à normas de higiene e direitos trabalhistas. Em contrapartida, prostitutas teriam acesso facilitado ao sistema de saúde e reconhecimento profissional. Neste contexto, o governo buscou distinguir, de forma absoluta, casos de prostituição voluntária de involuntária, ao realizar algumas alterações na lei, no intuito de combater aspectos criminais da atividade, como os casos de exploração de menores, prostituição forçada e tráfico humano. Os negócios relacionados ao mercado do sexo são todos tutelados pelo Estado, este responsável pela emissão de licenças, devendo os proprietários dos respectivos negócios cumprirem todos os requisitos legais para operar. Um ponto curioso que merece destaque, acerca da atividade em terras holandesas, é evidenciado por Senra (2013, p. 183) ao afirmar que “a prostituição é de certa forma subsidiada pelo governo, já que ele financia o acesso de deficientes aos serviços sexuais, à proporção de uma vez por mês”.

Alemanha: A aprovação pelo Parlamento da Lei da Prostituição (“*Prostitutionsgesetz*”, ou “*ProstG*”) – em 20 de dezembro de 2001 entrando, posteriormente, em vigor em 1º de janeiro de 2002 –, foi acompanhada por consideráveis mudanças nas legislações civil e penal, consistindo num novo modelo de tratamento acerca da atividade, ao admitir uma relação de emprego sem a tipificação de juízos morais entre os envolvidos. As alterações realizadas no Código Civil fizeram com que a prostituição, até então não reconhecida como trabalho, passasse a ser considerada como tal, mas não como uma profissão. De características *sui generis*, diferente de qualquer outro regime empregatício, a

¹ Cf. DEUTSCHE WELLE. Folha Online. Holanda legaliza bordéis e prostituição. **Folha de São Paulo**, 01 out. 2000. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u9418.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

previsão legal de se firmar contratos de trabalho entre donos de bordel e prostitutas, até então inexistente, passou a ser uma das alternativas possíveis. Aliás, o novo ordenamento jurídico apresentou às trabalhadoras sexuais a possibilidade de se trabalhar como empregada ou como autônoma². De fato, a aplicação da *ProstG* trouxe consideráveis melhorias às condições de trabalho, com a eliminação quase total do trabalho sexual ilegal, além de criar condições e alternativas de trabalho para aquelas mulheres que desejem abandonar a atividade. Desta forma, ao adotar a diretrizes regularmentaristas, através de modificações no Código Penal, buscou-se implementar a descriminalização da prostituição e do lenocínio³. A adoção dessas medidas, no intuito de controlar e organizar a atividade, vieram acompanhadas por normas e regras no que se referem a restrições de zoneamento e a obrigatoriedade de registro dos bordéis. Com isso, a prática, assim como qualquer outro trabalho, passou a ser tributada. Em contrapartida, o Governo Alemão passou a oferecer aos profissionais do sexo garantias e direitos de acesso a pensões e a serviços públicos de saúde e de seguridade social⁴. A *ProstG*, ao tentar promover a redução do estigma, o aumento da segurança e a melhoria das condições de trabalho no universo da prostituição, sem dúvidas, foi um grande avanço em relação à produção e efetivação de políticas

² Cf. STRACK, Friederike. Nova lei confunde alemãs. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, abr. 2002, pp. 4-5: A autora afirma que “A partir deste ano (2002) existem então duas possibilidades: trabalhar como empregada ou como autônoma. O primeiro caso, que exige o contrato, tem a vantagem da seguridade social estadual (seguro-desemprego, férias remuneradas, licença maternidade, aposentadoria), cuja taxa é dividida entre patrão e empregado. As únicas exigências que o empresário pode fazer são as de determinar o horário e o local de trabalho. A relação de emprego é única, diferente de qualquer outra. [...] Por isso, nenhuma dona de casa gosta de fazer contratos, uma vez que será obrigada a pagar a metade do seguro social sem a possibilidade de dar ordens, a não ser a de horário e local de trabalho”.

³ Ibid, p. 5: “CÓDIGO CIVIL: 1. Prostituição não era reconhecida como trabalho. Desde 1º de janeiro é considerada trabalho, mas não profissão. 2. Prostituta não podia denunciar cliente que se recusasse a pagar o programa. Agora pode, embora todas cobrem antes. 3. Não havia contratos de trabalho entre donos de bordel e prostitutas. Hoje, esses contratos podem ser firmados. 4. A Previdência estadual não aceitava

a de contrato para pessoas que ganham salários diferentes. Não é possível pagar o mesmo salário para todas as mulheres de uma boate. CÓDIGO PENAL: 1. O artigo intitulado “Incentivo à prostituição” se chama agora “Exploração de prostitutas”. A mudança impede a punição de um dono de bordel que ofereça boas condições de trabalho, como limpeza e camisinhas. 2. O artigo sobre “Rufianismo” foi alterado para não haver contradição com o Código Civil, que admite agora a relação de emprego”.

⁴ Ibid, p. 5: “O terceiro artigo determina que a Previdência Social (estadual) aceite a inscrição de prostitutas empregadas. Antigamente a profissional do sexo não podia se filiar com essa denominação, porque não era reconhecida. Por causa disso, muitas mulheres afirmavam ser esteticistas ou donas de casa para receber atendimento de saúde. Mas, com isso, corriam o risco de ter obrigações sem direitos: por exemplo, pagar impostos sem a possibilidade de se beneficiar de seguro de saúde. A razão é que, na Alemanha, cobra-se imposto até sobre trabalho não reconhecido (como era o das profissionais do sexo), mas, neste caso, sem oferecer direito ao reembolso do seguro de saúde. Aqui, o autônomo paga 100% do plano a empresas privadas e o empregado divide a despesa com o patrão na Previdência estadual”.

públicas sobre grupos tidos como “marginalizados”, constituindo, portanto, um cenário de grandes possibilidades no que tangem o acesso à cidadania e justiça.

Nova Zelândia: Recebendo até elogios por parte do Secretariado da Comissão Global sobre HIV / AIDS da Organização das Nações Unidas (ONU), o modelo regulamentarista Neozelandês, aprovado através da Lei da Reforma da Prostituição de 2003 (“*Prostitution Reform Act 2003*”, ou “*PRA*”) despenalizou a prostituição, abrindo o caminho para que as profissionais do sexo operassem em público e em segurança. Fruto de um intenso debate e mobilização de trabalhadoras do sexo, organizações de mulheres e defensores da saúde pública, a PRA promoveu mudanças significativas nas leis relativas à prostituição, ao revogar leis que buscavam criminalizar a atividade e seus atores. Além deste objetivo, a nova lei buscou reduzir as vulnerabilidades em relação ao métier, ao proteger os direitos humanos daqueles que se prostituem e ao contribuir também com a política de combate à explorações e a proibição à prostituição de menores de 18 anos. A nova lei também abriu espaços para que o Coletivo de Prostitutas da Nova Zelândia, os operadores de bordéis e a Inspetoria de Trabalho colaborassem no desenvolvimento de padrões e diretrizes que recomendam maneiras seguras na prestação dos serviços sexuais, definindo assim a importância da promoção do bem-estar de quem está na atividade⁵. Neste contexto, a Comissão de Direitos Humanos criou um canal de comunicação onde os profissionais do sexo podem reportar queixas discriminatórias em relação ao trabalho, permitindo, em alguns casos, que prostitutas procurem ajuda na justiça, pois, caso fosse necessário, o Serviço de Mediação no Emprego poderia adjudicar disputas. Com a abolição dos controles profissionais, reduziram-se os estigmas que antes cercavam a profissão. O *trottoir*⁶, ou seja, a prostituição de rua é permitida, não

⁵ Cf. HEALY, Catherine. Prostituição legalizada: o exemplo da Nova Zelândia. 02/10/2013. Disponível em: <<http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2013/10/prostitucao-na-nz.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017. Outro ponto importante a destacar entre esta parceria entre profissionais do sexo, governo e operadores de bordéis é a transparência em relação à comunicação e conscientização para a iniciação no mercado do sexo, onde “atualmente, as pessoas que pretendem entrar para o mercado da prostituição dificilmente irão encontrar ofertas do tipo “ganhe muito dinheiro agora”, as quais, na verdade, tendem a ocultar os reais propósito das empresas de serviços sexuais. Hoje elas estão legalmente autorizadas a procurar informações práticas antes de tomar a decisão de se tornar uma/um profissional do sexo”.

⁶ Cf. MICHAELIS **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=aK0XO>>. Acesso em: 20 mai. 2017. trottoir [tro'twar]; sm 2 POR EXT: A prática da prostituição; EXPRESSÕES: Fazer trottoir: exercer prostituição pelas ruas, aliciando fregueses; ETIMOLOGIA: fr.

havendo regimes de licença e nem testes obrigatórios de doenças. Entretanto, foram criadas e aplicadas leis que regulam a localização das casas de prostituição, onde administradores de bordéis e outras pessoas envolvidas na atividade com fins lucrativos precisam possuir certificados emitidos pela Corte Distrital para poderem atuar. A nova legislação abriu muitas oportunidades, entre elas a prevenção e a eliminação de casos de exploração, sendo também uma significativa ferramenta no combate à corrupção policial e ao tráfico de pessoas.

Suíça: Assim como nos demais países que regulamentaram a atividade, a prostituição é tutelada pelo Estado. Os bordéis são legalizados e foram criados espaços públicos específicos para a atividade. Portanto, sua prática não é ilegal, com exceção à prostituição de rua que seja exercida fora dos limites espaciais impostos pelo Estado, sendo esta passível de sanções. A atividade em si é tributada. Em contrapartida, são oferecidas constantemente assistência médica ginecológica e psicológica.

Curiosidades: Outras curiosidades apontadas por Senra (2013, p. 183) se referem à Inglaterra – que apesar de considerar a atividade como legal, vem criminalizando um grande número de atividades correlacionadas – que oferece, assim como o governo holandês, através de sua assistência social, subsídios para viagens de deficientes à Amsterdã para a realização de programas com prostitutas locais⁷.

Conclusões: É importante notar que, apesar de suas diferenças culturais, históricas e locais, todos os países que legalizaram e regulamentaram a prostituição possuem algumas características em comum, ao levar em consideração o tratamento da prostituição antes da implementação de suas respectivas legislações⁸. Outra questão de grande relevância é o assunto que foi abordado neste tópico, onde é de

⁷ Cf. SENRA, op. cit., pp. 183-184.

⁸ Todos os países que foram objeto de estudo acerca da regulamentação e descriminalização da prostituição possuíam algumas características em comum. Apesar de algumas pressões de cunho moral, e até religiosas, foi evidenciado um longo histórico de tolerância em relação à prática. Em alguns casos esta atividade laboral já não era ilegal ou criminalizada. Outro ponto forte neste contexto foi a formação de corporações de classe que reivindicavam sua (re)afirmação, através da luta por direitos sociais e civis. Neste caso podemos destacar não somente o grupo formado por profissionais do sexo, mas também outras categorias ligadas diretamente à atividade, como donos de casas, proxenetas, entre outros atores.

suma importância diferenciar a legalização da regulamentação. A legalização se refere ao tratamento dos aspectos penais relativos à atividade, ao considerá-la legal ou ilegal. Já a regulamentação se baseia na criação de diretrizes e normas para o seu pleno exercício. Por último, é essencial destacar que para que ocorra a regulamentação, como pré-requisito, é necessário que seja realizada primeiramente uma legalização⁹.

Tabela 5 – Comparativo de Países – Modelos Regulamentaristas.

PAÍSES REGULAMENTARISTAS			
HOLANDA	ALEMANHA	NOVA ZELÂNDIA	SUIÇA
Distinção entre prostituição voluntária e involuntária (no intuito de reprimir casos de exploração);	Alterações no Código Civil e no Código Penal;	Despenalização da atividade;	Atividade tutelada pelo Estado;
Regulamentação da atividade empresarial do sexo;	Melhorias nas condições de trabalho;	Regulamentação para realização em espaço público;	Criação de espaços públicos específicos para a atividade;
Combater os aspectos criminais: Combater a prostituição forçada e a exploração de menores e estrangeiros sem permissão de residência;	Acabar com a ilegalidade;	Aumento da segurança;	Prostituição de rua é ilegal, com exceção as praticadas em locais determinados pelo Estado;
Acesso ao serviço de saúde;	Descriminalização da prostituição e do lenocínio;	Desenvolvimento de padrões de saúde e segurança no trabalho sexual;	Bordéis são legalizados;
Pagamento de impostos.	Normatização: Criação de regras para a atividade (restrição a zoneamentos para estes fins e registro obrigatório);	Criação de uma comissão (ouvidoria) para denúncias contra casos de violência e discriminação;	Assistência médico-psicológica constante;
	Acesso pleno a serviços públicos e seguridade social;	Apoio policial;	Pagamento de impostos.
	Pagamento de tributos;	Pagamento de impostos.	
	Redução de estigmas ao promover o reconhecimento da atividade;		
	Aumento da segurança e segurança jurídica nas relações de trabalho.		

Fonte: SENRA (2013, p.197 à 199). UNDP – SECRETARIAT, GLOBAL COMMISSION ON HIV AND THE LAW.

⁹ No 5º Capítulo do presente trabalho foi apresentada a questão brasileira acerca deste assunto.

APÊNDICE B – PAÍSES PROIBICIONISTAS

China: Com a ascensão do PCC ao poder em 1949, baseando-se em preceitos marxistas, buscou-se realizar uma série de reformas sociais no intuito de erradicar a prostituição. Contudo, as políticas de controle social implementadas, nas últimas décadas, não surtiram grandes efeitos. Ao se levar em consideração a participação de representantes do alto escalão do governo, somado a outros fatores, como a abertura comercial e a casos de corrupção política e policial, é possível entender o contexto no qual esta prática está inserida. A agenda proibicionista em relação à atividade, na China, está intrinsicamente ligada a valores morais e a princípios higienistas, ao caracterizarem as profissionais do sexo como categoria propensa às infecções por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). A prostituição e suas condutas periféricas, como a exploração econômica organizada, são ilegais, podendo serem caracterizadas como crime a perturbação da ordem pública, passíveis de duras condutas, longos períodos de detenção e, nos casos mais críticos, à pena de morte. Entretanto, recentemente, a atividade em si, em um contexto mais geral, não vem sendo criminalizada¹. Apesar de não ser socialmente aprovada, a prática vem sendo tolerada e ganhando uma crescente aceitação. Diferente de outros países que adotaram este modelo de tratamento político-jurídico, na China, a prostituição está submetida ao direito administrativo e não ao direito penal, como ocorre na maioria das nações. Destaca-se somente a existência de duas exceções: A prática com menores de 14 anos e a relação entre partes infectadas por doenças venéreas cientes desta condição, nestes casos o tratamento é direcionado para a esfera penal. Neste contexto, a prostituição pode ser caracterizada como uma contravenção administrativa, atentando aos princípios e costumes morais da sociedade. Na maioria das vezes, estes “desvios”² são corrigidos através de medidas que podem ser desde o pagamento de uma simples multa, trabalhos reeducativos e um pedido de desculpas formal ou até 15 dias de detenção. De fato, apesar da aplicação de duras sanções, as autoridades interferem raramente na atividade. Fatores econômicos, a leniência por

¹ Vários fatores vêm, atualmente, influenciando nesta mudança de conduta. Os fatores econômicos tornaram-se um dos principais, porém não é o único. A leniência de alguns atores políticos e a corrupção policial são outros aspectos determinantes no processo de operação deste sistema.

² Cf. BECKER, Howard S. Empreendedores Morais. In: **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963]. p. 153-168; pp. 167-168.: A partir de seu ponto de vista, o Autor explica como se dão estes “desvios”.

parte do Estado e a corrupção policial estão por trás do seu funcionamento. As exceções à regra estão às operações especiais – ocasionais – ou eventos de natureza delicada – violência, abuso de menores e outras mazelas erroneamente ligadas ao *métier*. Estas ambiguidades em relação ao tratamento legislativo cria uma situação de “mal-estar” social para aqueles que sobrevivem desta prática. O crescente aumento da atividade, o controle rígido do Estado sobre a aplicabilidade de lei por um lado e os desvios de conduta praticados por seus agentes pelo outro, geram uma condição de maior clandestinidade, trazendo consigo o aumento do estigma e, conseqüentemente, um estado de maior vulnerabilidade, tornando seus principais atores suscetíveis à violência cotidiana, infecções por DSTs/AIDS e à péssimas condições de trabalho³.

Estados Unidos da América (EUA): A cruzada moral contra a prostituição é caracterizada pela existência de uma tática de terror, marcada por uma forte campanha de erradicação total da atividade. Ao legitimar o combate ao tráfico internacional de pessoas e à exploração sexual, o discurso norte-americano em relação à prática ganhou uma roupagem humanista. Historicamente, o tratamento proibicionista da prostituição nos EUA tem origem ao final do Século XIX, com o surgimento do mito do “tráfico de escravas brancas”, este sendo bastante propagado pela mídia, gerando, como consequência, uma histeria coletiva⁴, transformando-se numa preocupação internacional⁵. O ambiente de efervescência progressista, marcado pela crescente onda do movimento feminista e por políticas higienista no período entre guerras, fortaleceu este mal-estar generalizado, culminando na adoção das primeiras legislações antitráfico, fazendo dos EUA um dos poucos países a adotar o proibicionismo, ao criminalizar a prostituição e as atividades envolvidas com esta⁶. Influenciados pela legislação federal, 49 dos 50 estados norte-americanos aprovaram

³ Na China, as prostitutas que exercem a atividade na rua são as mais vulneráveis, correndo maiores riscos de prisão. Neste caso, a repressão policial se baseia em estereótipos, onde o porte de preservativos por parte de uma mulher torna-se um fator determinante para caracterizá-la como prostituta, sendo passível de detenção e/ou multa. Cf. PROSTITUTAS na China deixam de usar preservativos para evitar detenções. **Yahoo Notícias com Agência EFE**, Pequim, 26 jul. 2016. Mundo. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/santiago-decreta-estado-pr%C3%A9-emerg%C3%Aancia-ambiental-16-vez-235959817.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

⁴ O posicionamento tomado pelo governo dos EUA, em relação ao tema segue os preceitos defendidos pela cartilha da Convenção de Nova York. Cf. BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO n. 10, de 13 de nov. de 1958, p. cit.

⁵ Cf. SENRA, op. cit., p. 192. O Autor explicar melhor o contexto histórico.

⁶ Há de destacar que historicamente o direito americano é baseado no direito comum, o seja, no *common law*, gerando uma certa ambiguidade para o tratamento do caso.

leis criminalizando a prática. A única exceção à regra é o Estado de Nevada, no qual autoriza, de forma regulamentada, o funcionamento de bordéis em seus municípios rurais. Esta forma de permissão tutelada pelo Estado está submetida a algumas regras, como a obrigatoriedade de licenças para operação, a rígida realização de exames médicos, a proibição da participação de menores de 18 anos no negócio, entre outras formas de controle. Inconformidades a estas condições estarão sujeitas a penas que vão desde a revogação de licenças, multas, até a prisão dos responsáveis. A contratação de serviços sexuais também é ilegal e, assim como a promoção da prática, é caracterizada como crime à ordem pública. A atual onda proibicionista é baseada na criação de um estereótipo vitimizante e estigmatizante, que ganha força ao receber o apoio de movimentos feministas abolicionistas, organizações religiosas e outros setores conservadores da sociedade que buscam disseminá-la. Com a adesão do poder público, este posicionamento ganhou um status de discurso oficial. A criação de estereótipos e a criminalização quase total da atividade, assim como no modelo chinês, faz com que as profissionais do sexo fiquem relegadas à marginalidade, tornando-as vulneráveis à violações de direitos, abusos policiais e outras mazelas que uma condição de ilegalidade pode apresentar. De fato, a postura e o posicionamento adotados, pelos EUA, potencialmente e efetivamente, podem atingir uma escala global, ao se levar em consideração a sua condição de superpotência. Portanto, por intermédio de sua política externa, busca-se influenciar política e financeiramente outros países a adotarem suas medidas⁷. É importante destacar que o proibicionismo não acaba com a prostituição. Como já foi mencionado e evidenciado anteriormente, novas formas de se organizar e operar a atividade são criadas, ao se aproveitar de algumas brechas existentes na legislação. Nos EUA, por exemplo, a prostituição é ainda bastante forte, sobretudo, no meio virtual, onde operar via websites ainda não é considerado ilegal, portanto, não se configurando como crime⁸.

⁷ Um exemplo destas medidas é evidenciado através das estratégias adotadas pelo Governo norte-americano ao seu plano de financiamento global para políticas de combate e prevenção à HIV/AIDS ("The U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief" – "PEPFAR"), que recebeu duras críticas de vários organismos internacionais. Cf. THE U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR). Disponível em: <<https://www.pepfar.gov/about/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

⁸ Cf. OZORIO DE MELO, João. **Nuanças da Lei**: Os paradoxos entre prostituição e pornografia nos EUA. 22/06/2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jun-22/prostituicao-crime-eua-operar-site-prostituicao-nao>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

APÊNDICE C – PAÍSES ABOLICIONISTAS

Irlanda: Ao tratar da atividade, mantém historicamente um posicionamento abolicionista. A primeira grande onda de organização e expansão da prostituição, com a criação de bordéis e distritos da luz vermelha, surgiu em meados do Século XIX, num ambiente marcado por miséria e pobreza.

A grande visibilidade social da atividade promovia um mal-estar generalizado, este pautado pelo temor do alastramento da imoralidade e de DSTs. Estas questões foram fatores determinantes para a adoção do posicionamento abolicionista, tendo as organizações católicas papel fundamental neste processo, ao impulsionar, no início do Século XX, reformas sociais que tinham como objetivo acabar com a prática nos bordéis. Porém, tais medidas não surtiram os efeitos desejados. Ao invés de extinguir definitivamente a atividade, tais medidas acabaram por deixá-la “sob condições muito mais precárias” (SENRA, 2013, p. 185). Após o caso, a prostituição passou a ser tolerada, deixando “momentaneamente de ser uma preocupação pública” (SENRA, 2013, p. 185).

Contudo, nas últimas décadas do Século XX foi evidenciado o ressurgimento da prostituição organizada e de bordéis, abrindo assim espaço para o debate público acerca desta questão, após relatados casos de violência a prostitutas. Estes últimos acontecimentos foram cruciais na definição do atual modelo de tratamento em relação ao negócio. A prostituição passa a ser tratada como uma questão de ordem pública. Atualmente, o exercício da atividade, em si, desde que seja praticado por maiores de 18 anos, não é considerado ilegal. Entretanto, a prostituição organizada, ou seja, toda a cadeia econômica gerada ao seu entorno, como o lenocínio e a manutenção de bordéis, englobando ainda o oferecimento de sexo em local público, é criminalizada, sendo passível de punição via legislação penal.

Algo tradicional na sociedade irlandesa, o discurso abolicionista é baseado, principalmente, em posições políticas que sofreram poucas alterações ao longo do tempo. Seu debate é centrado em argumentos morais e não em direitos, criando assim uma perspectiva estereotipada em relação à matéria. Portanto, busca-se a disseminação de uma representação negativa em relação ao negócio, associando-o a outras adversidades, como o abuso e a exploração sexual e ao tráfico de pessoas,

com o intuito de promover a vitimização, o isolamento e a exclusão de seus atores, ao tentar criar uma “opinião pública”¹.

Em reação a estas práticas, em 2011, um grupo de prostitutas irlandesas promoveu uma campanha com objetivo de combater os preconceitos sofridos por esta categoria. Intitulada de “*Turn Off the Blue Light (TOBL)*”, ela foi uma resposta a outra campanha chamada “*Turn Off the Red Light (TORL)*” que buscava criminalizar a atividade. A TOBL tinha como ideia apresentar, ao público em geral, uma visão mais realista e equilibrada da prostituição, sem buscar vitimizar e/ou romantizar a profissão².

Figura 16 – Campanha publicitária da associação irlandesa TOBL.



Fonte: The Turn Off the Blue Light.

Entretanto, de forma geral, o governo irlandês, com o aval de sua sociedade, busca abolir em definitivo a atividade, criminalizando toda a estrutura de apoio que está por trás desta, no intuito de desestimular a sua prática.

¹ Cf. BOURDIEU, op. cit., pp. 223-245.

² Cf. PÔSTERES tentam profissionalizar imagem de prostitutas na Irlanda. **BBC Brasil**, 09 set. 2011. Notícias. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110908_irlanda_prostitutas_campanha_mv.shtml. Acesso em: 22 mar. 2017. Cf. TURN Off The Blue Light: Sex Workers Need Human Rights, Not Legal Wrongs. Disponível em: <http://www.turnoffthebluelight.ie/about/poster-campaign/>. Acesso em: 22 mar. 2017.

APÊNDICE D – ONDA GLOBAL: ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O posicionamento dos organismos transnacionais em relação a esta matéria, apesar de existir um certo alinhamento ideológico entre partes, não pode ser considerado como um consenso, devido a existência de diversos fatores que acabam criando uma grande ambiguidade acerca da melhor forma na busca por resoluções e recomendações para um tema tão polêmico, quanto complexo. De fato, a abordagem da prostituição em relação aos organismos internacionais ganha particular atenção ao estar centralizada, principalmente, em dois aspectos distintos, ao associar a prostituição a questões morais e criminais ou ao vinculá-la à temas de saúde pública. Esta análise será melhor fundamentada a seguir, após ser evidenciado o posicionamento, as motivações e as principais consequências das medidas adotadas pelas principais organizações internacionais.

1) União Europeia (UE): A relação jurídico-política da União Europeia (UE) com a questão da prostituição e da igualdade de gêneros é marcada por grandes disparidades. Devido à existência de dois modelos competitivos em relação à abordagem do assunto, dificilmente chega-se a um consenso. Considerando uma tendência global para banalizar e outra que busca encará-la como uma atividade normal, reconhecendo-a como um trabalho, existe um grande paradoxo ao tratar da prostituição junto à UE. Enquanto Alemanha, Áustria, Dinamarca, Grécia, Países Baixos e vários Estados-Membros tratam o lenocínio como atividade legal, Reino Unido, França, Irlanda, Croácia e tantos outros países adotam um posicionamento contrário, onde buscam penalizar totalmente ou parcialmente pessoas que se prostituem e/ou algumas das suas atividades¹.

Esta questão, ao ser levada ao Parlamento Europeu, ganhou status de cruzada moral em prol dos bons costumes. Apesar de possuir objetivos semelhantes, a existência de dois grupos com posicionamentos totalmente distintos condiciona o surgimento de soluções antagônicas nos diferentes países que compõe o Bloco. A

¹ Por exemplo, a exploração comercial da atividade e a demanda por serviços sexuais.

regulamentação ou a abolição são os assuntos do momento ao buscar um caminho para este empasse.

O primeiro modelo considera que a prostituição é uma violação dos direitos das mulheres, sendo uma forma de escravidão sexual que favorece a perpetuação das desigualdades de gêneros. Ou seja, toda forma de prostituição é uma forma de violência contra a mulher. Apesar de ser defendido por uma minoria, atualmente vem ganhando força na esfera política. Sua abordagem legislativa é correspondente à abolicionista e/ou neoabolicionista. Portanto, defendem a criminalização das atividades relacionadas com a prostituição, incluindo por vezes a sua demanda, enquanto a prostituição, como atividade fim, não é tratada como ilegal. Acreditam que esta abordagem seria o caminho para uma sociedade mais justa no que tange as desigualdades de gênero. O desestímulo à prática partiria da criação de políticas de reinserção social daqueles que pretendem sair da atividade. Não se busca criminalizar as mulheres, pois se acredita que estas seriam vítimas do sistema social – a maioria oriunda de grupos vulneráveis. Sua grande crítica ao modelo de oposição se refere ao tratamento do modo e da forma de como se dá a legalização, uma vez que ao tornar a prostituição um trabalho legal e o lenocínio como atividades normais – legalizando-os, por consequência –, despenalizaria a indústria do sexo em geral, trazendo à tona a escravidão sexual e a desigualdade de gêneros para as mulheres, não constituindo assim numa solução para proteção das mulheres vulneráveis à violência e exploração, além de produzir antes um efeito contrário, expondo-as a um nível mais elevado de perigo e violência, promovendo, ao mesmo tempo, o crescimento dos mercados da prostituição e do crime organizado. Neste sentido a diminuição da procura por libertinagem deve fazer parte de uma estratégia integrada contra o tráfico de pessoas nos Estados-Membros, no qual esta seria alcançada por intermédio de uma legislação que colocaria a carga criminal sobre aqueles que procuram estes serviços. A política mais eficaz para o combate ao tráfico e para a promoção da igualdade de gêneros seria semelhante às aplicadas na Suécia, Islândia e Noruega² e que, atualmente, vem sendo analisada por vários países europeus.

² O chamado “modelo nórdico”. Consultar o subitem 3.2.3.1 “Neoabolicionismo – Um novo modelo de abolicionismo”.

Em contraposição, a segunda abordagem, defendida por aqueles que são favoráveis à regulamentação, afirma que a prostituição em si é uma importante promotora de igualdades de gêneros, sendo responsável pela efetivação do direito das mulheres, ao dar autonomia e controle sobre o que querem fazer com o seu próprio corpo. Defensores desta ideologia afirmam que a atividade seria só mais uma forma de trabalho, onde a melhor maneira de proteger as mulheres envolvidas com esta prática seria a promoção de suas condições de trabalho e a profissionalização da atividade como “serviços sexuais”. Correspondendo ao modelo regulador, a prostituição e suas atividades relacionadas seriam legais e reguladas e, as mulheres possuiriam maior autonomia ao decidir entre trabalhar sozinha ou contratar gestores³. Ou seja, acreditam que com essa política a mulher teria uma maior independência econômica e financeira, maior liberdade individual e melhores condições de ascensão social, buscando a igualdade de gênero e acabando com as desigualdades históricas. Um ponto importante que é defendido é a diferenciação entre a prostituição voluntária da prostituição forçada.

Portanto, enquanto alguns países regulamentaram a atividade, descriminalizando toda a cadeia econômica por trás desta, outros buscando o seu combate, criminalizaram todos os meios por qual esta está envolvida, desde os clientes até os proxenetas, donos de casa e outros atores. A UE, como bloco econômico, político e social, considerando a existência de ambos os modelos por parte de seus estados-membros, reitera a total soberania e competência que estes possuem para decidir a forma como pretendem abordar a questão da prostituição.

Entretanto, propondo uma resposta para este conflito social-ideológico, influenciado por pressões de grupos pró-(neo)abolicionismo, o Parlamento Europeu, em 26 de fevereiro de 2014, aprovou uma Resolução sobre a Exploração Sexual e a Prostituição e o seu Impacto na Igualdade dos Gêneros⁴.

³ Estes também conhecidos por proxenetas. Na Alemanha, com as mudanças legislativas promovidas pela *ProstG* foi possível a criação de duas opções de trabalho: O serviço autônomo ou a assinatura de contratos de trabalho com donos ou gerentes de casas. Cf. STRACK, op. cit.

⁴ Cf. UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Resolução do Parlamento Europeu P7_TA(2014)0162 sobre a exploração sexual e a prostituição e o seu impacto na igualdade dos géneros (2013/2103(INI))**. Estrasburgo, 26 fev. 2014. Disponível em:

Esta resolução, em seu conteúdo, considerou que a prostituição e a prostituição forçada – exploração sexual – são fenômenos que estão intrinsecamente associados às desigualdades que afetam diretamente a compreensão das questões de gênero na sociedade, sendo ao mesmo tempo causa e consequência, influenciando e contribuindo assim para o seu agravamento. Sendo, portanto, uma forma de violência contra mulheres, ao violar a dignidade humana e a igualdade de gêneros, a prostituição seria um importante elemento no crime organizado, associando-se, principalmente, ao tráfico de pessoas e a tantas outras atividades criminais.

Dentre outros motivos, destaca-se a coerção econômica, no qual o desespero financeiro seria também um determinante na inserção de mulheres nesta ocupação. Ainda neste contexto, foi considerado que a prostituição ao operar numa lógica mercantil, reduziria o ser humano a uma condição de mercadoria ou utensílio à disposição do cliente. Portanto, a prostituição seria uma forma de escravidão incompatível com a dignidade da pessoa humana e com os seus direitos fundamentais.

Neste contexto, para o Parlamento Europeu, considerar a prostituição como, sendo simplesmente, um trabalho não seria a decisão mais coerente, tendo em vista que este posicionamento ajudaria manter as mulheres na atividade. Por conseguinte, ao promovê-la como uma violação dos direitos humanos, acredita-se que ajudaria a manter as mulheres fora deste “submundo”.

Ao buscar adoção de premissas semelhantes à política que vigora na Noruega⁵, é referenciado o apoio à eficácia do modelo nórdico na redução da prostituição e do tráfico de mulheres, reforçando assim a importância da introdução de medidas semelhantes para o combate da prostituição em âmbito transfronteiriço, recomendando aos seus estados-membros a adesão de modelo similar ao tratar deste assunto.

<<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P7-TA-2014-0162+0+DOC+PDF+V0//PT>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

⁵ Na Noruega, o cidadão pode ser processado por adquirir serviços sexuais no exterior.

Entretanto, é importante destacar que o Relatório salientou que as pessoas que se prostituem não devem ser criminalizadas e nem penalizadas, recomendando que todos os estados-membros revoguem legislações repressivas contra as pessoas que se prostituem, apelando ainda para criação de programas e estratégias de ajuda aos profissionais do sexo no abandono da profissão, se assim o desejarem.

Por fim, a UE, em conjunto com seu Parlamento, considerando uma vez que a prostituição é ilegal na maioria dos estados-membros, recomenda que sejam adotadas medidas que busquem desencorajar a prática. O presente Relatório afirma não está contra as mulheres que se prostituem, mas sim contra a prostituição e em defesa das mulheres que se prostituem.

Após a publicação do Relatório em 2014, o Parlamento Europeu, atualmente, vem insistindo que seus estados-membros adotem medidas semelhantes. Recentemente, depois da França, Bélgica, Irlanda e Escócia, influenciadas por tais premissas, vêm debatendo projetos de lei baseados nestas recomendações.

Neste cenário, o Serviço Estatístico da Comissão Europeia (Eurostat) lançou uma instrução normativa exigindo que os países-membros começassem a incorporar a prostituição ao cálculo do Produto Interno Bruto (PIB)⁶. Apesar de alguns países como a Estônia, Áustria, Eslovênia, Finlândia, Suécia e Noruega já fazerem este tipo de cálculo, essa medida foi recebida por várias críticas negativas. Além de ser marcada por constantes fluxos migratórios, por ser considerada ilegal não existem dados confiáveis para medir estimativas reais em torno da atividade.

O discurso oficial do Bloco Europeu em relação à prostituição, como pode ser visto, é marcado em grande parte por uma conotação moralista e antimigratória, vinculando a prostituição ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao crime organizado. Esta agenda vem ganhando cada dia mais adeptos, no qual a classe política na maioria dos países integrantes acredita como um caminho a ser seguido.

⁶ Cf. GONZÁLEZ, Jesús. Os países europeus terão que incluir a prostituição no cálculo do PIB: Uma normativa da UE exige que uma parte da economia ilegal seja contabilizada até 2016. **El País**, Madri, 08 jun. 2014. Economia. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/07/economia/1402168523_576633.html>. Acesso em: 22 mar. 2017.

É importante evidenciar que os argumentos defendidos pelos Estados não são novos, porém estão mais veementes, após ganhar uma forte adesão por parte de grupos feministas e de políticos conservadores. A associação entre a prostituição e o tráfico de pessoas é antiga. Ela surge a partir das particularidades atribuídas à atividade, sobretudo, em solo europeu.

A discussão sobre migração também foi muito importante. Querendo ou não, nos países europeus, a maioria das trabalhadoras do sexo é migrante. Na Itália e na Áustria quase 80% são migrantes, na Holanda são 75%, na Alemanha, 60%. Há países aonde o processo migratório já vinha de muitos anos. Mas há outros, como Noruega e Portugal, em que o aumento foi muito rápido. E na Holanda, onde a prostituição é legalizada, nenhum estrangeiro consegue visto de trabalho para a prostituição. Consegue para todas as outras atividades, mas para a prostituição, não (MUNK, 2006).

A participação de indivíduos das mais variadas nacionalidades e o grande e constante fluxo migratório, como mencionado anteriormente, são as justificativas utilizadas por estes grupos que buscam impor sua agenda de combate à prática. Campanhas antiprostituição vêm defendendo a premissa de que todas prostitutas migrantes são traficadas e exercem essa atividade de forma forçada.

De forma paradoxal, os Estados vêm usurpando os ativistas que demandam mais respeito aos Direitos Humanos, ao utilizar-se da repressão sob a retórica em “defesa” desses direitos.

Em relação aos profissionais do sexo, surge um novo desafio de sobrevivência. As crescentes medidas repressivas pioram ainda mais as condições de trabalho. A Repressão contra a prostituição de rua, com o intuito de higienização urbana, e a criminalização dos clientes fazem aumentar a clandestinidade de quem oferta e de quem demanda por serviços sexuais, abrindo assim um maior espaço de dependência a terceiros, com a perda total ou parcial de direitos humanos básicos.

Nos países que ainda não adotaram um posicionamento concreto acerca do assunto, a situação é ainda mais delicada. A influência de outros países e as constantes pressões exercidas pelo Parlamento Europeu, somada a inexistência de uma legislação que abranja o assunto, cria uma grande insegurança jurídica, sendo esta bastante nociva para os profissionais do sexo, no qual a falta de regulamentação da atividade na maioria dos países da UE traz margem à vulnerabilidade em decisões aleatórias acerca dos direitos laborais, sociais e humanos trazendo,

consequentemente, a precarização das condições de vida e de trabalho (MUNK, 2012, p. 61).

2) Anistia Internacional (AI): Seguindo as premissas do Tráfico Internacional de Pessoas, entretanto, apresentando um posicionamento oposto àquele defendido pela União Europeia (UE), a Anistia Internacional (AI), importante movimento global de promoção e defesa dos direitos humanos, em meados de 2015, aprovou uma resolução que permitia a criação de um projeto de proteção dos profissionais do sexo, no qual incluía a defesa total da descriminalização da atividade⁷.

Para a Organização, a descriminalização de toda a indústria sexual seria a melhor maneira de proteger os profissionais, uma vez que a criminalização e a penalização destes podem resultar em um aumento de violações de direitos, tornando-os mais vulneráveis e reforçando a marginalização, o estigma e a discriminação. O empoderamento dos trabalhadores sexuais asseguraria o acesso pleno aos seus direitos.

Em texto divulgado pela entidade, seu secretário-geral Salil Shetty (2015) declarou que os “profissionais do sexo são um dos grupos mais marginalizados no mundo e são alvo de constante discriminação, violência e abuso na maioria das instâncias”.

Essas medidas em defesa da legalização geraram uma forte polêmica, sendo recebidas por muitas críticas por parte da mídia tradicional, repercutindo de forma negativa, ao serem publicadas manchetes cada vez mais sensacionalistas, condenando o posicionamento da Instituição ao defender a “prostituição como um direito humano” (SIMÕES, 2015)⁸.

⁷ Cf. OS DIREITOS de trabalhadores e trabalhadoras sexuais são direitos humanos. Disponível em: <<https://anistia.org.br/os-direitos-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-sexuais-sao-direitos-humanos/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁸ Após ser exibido o título de uma reportagem “Anistia Internacional diz que prostituição é um direito humano”, representantes da ONG afirmaram que esta interpretação estaria errada. Portanto o título mais adequado seria “Prostituição não é um direito humano, mas profissionais do sexo têm direitos humanos”. As técnicas midiáticas sensacionalistas buscam criar uma interpretação, um significado diferente para um determinado assunto. De acordo com seus interesses ou de classes dominantes, buscando legitimar e hegemonizar uma verdade alternativa dos fatos, sendo esta a dominante, ao se

Houve também uma grande comoção por parte das celebridades de Hollywood. A publicação de uma carta aberta assinada por diversos atores e outras organizações rechaçou o documento da Anistia, afirmando ainda que a imagem da ONG seria gravemente prejudicada se esta resolução fosse aprovada. Como argumento, afirmavam que a descriminalização despenalizaria outros atores da atividade sexual, como cafetões e donos de bordéis, transformando-os em homens de negócio que continuariam praticando exploração, agora, de forma legalizada. A organização Coalizão Contra o Tráfico de Mulheres (*Coalition Against Trafficking in Women – CATW*), que também assinou a carta de repúdio, mantém um posicionamento dúbio em relação à questão. Ao mesmo tempo em que é favorável a descriminalização dos trabalhadores do sexo, é contra tal medida por acreditar nos efeitos catastróficos que esta pode trazer ao agregar outros agentes ao contexto.

Tendo em vista o seu histórico como organização global de direitos humanos, no compromisso com a justiça, a igualdade e a liberdade, buscando a melhor maneira de impedir violações dos direitos humanos, o seu posicionamento em favor da atividade não seria incomum ao levar em consideração que ao redor do mundo os trabalhadores sexuais vivem constantemente expostos a abusos, sendo um dos grupos mais desfavorecidos e extremamente marginalizados, que frequentemente tem o seu acesso negado aos direitos humanos mais básicos.

buscar a formação de uma opinião pública. Cf. SIMÕES, Soraya Silveira. “**Trabalho sexual não é crime**”. INCT-InEAC, 2015. Disponível em: <<http://www.ineac.uff.br/?q=library/artigos/trabalho-sexual-n%C3%A3o-%C3%A9-crime-por-soraya-silveira-sim%C3%B5es>>. Acesso em: 02 jun. 2017; Cf. ANISTIA Internacional apoia descriminalização da prostituição: ONG aprovou projeto que pede descriminalização do comércio sexual. Resolução ressaltou que condena prostituição infantil e tráfico de pessoas. **G1 com AFP**, 11 ago. 2015. Mundo. Disponível em: <<http://glo.bo/1J2kMGP>>. Acesso em: 10 jan. 2017; Cf. SÁNCHEZ, Felipe. Anistia Internacional diz que proibir a prostituição prejudica as mulheres: Organização documenta estupros, agressões e extorsão cometidos por clientes e policiais. **El País**, Madri, 28 maio 2016. Internacional. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/internacional/1464193965_020273.html>. Acesso em: 10 jan. 2017; Cf. ANISTIA Internacional defende descriminalização da prostituição: ONG apoia “descriminalização total de todos os aspectos do trabalho sexual consensual”, o que inclui clientes, cafetões e operadores de bordéis. Decisão é duramente criticada por grupos de defesa dos direitos da mulher. **Deutsche Welle**, 12 ago. 2015. MUNDO. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/1GEjG>>. Acesso em: 10 jan. 2017; Cf. ANISTIA Internacional decide defender descriminalização da prostituição: “Estamos focados em como manter os profissionais do sexo a salvo, empoderá-los a ter acesso a seus direitos, assegurar que tenham direito a cuidados médicos”, justificou a ONG. **Último Segundo com BBC Brasil**, 11 ago. 2015. MUNDO. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-08-11/anistia-internacional-decide-defender-descriminalizacao-da-prostituicao.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Sendo um produto de estudos e consultas a grupos de profissionais do sexo, feministas, entidades que combatem o tráfico humano e a AIDS, entre outros, a resolução constatou a inexistência de evidências de que o tráfico de pessoas aumentaria no caso da descriminalização do mercado sexual.

É importante salientar que a Anistia Internacional não foi a primeira e nem a única a adotar tais medidas. Ela somente seguiu uma tendência global, adotada por outros grupos que atualmente vêm sendo partidários da despenalização do trabalho sexual⁹.

Defender a descriminalização total da atividade não quer dizer que sua política teria a intenção de proteger proxenetas. Ao contrário, a organização defende firmemente a penalização dos agentes responsáveis pela exploração e submissão de abusos, ressaltando também a condenação da prostituição infantil e do tráfico de pessoas. Contudo, ela aponta a existência de grandes dicotomias acerca das legislações penais, ao serem frequentemente utilizadas contra os próprios explorados, ao invés de seus exploradores.

Por fim, não se pode negar o viés econômico e social que tange a atividade, ao considerar, por vezes, a inexistência de outras formas de subsistência por parte de seus atores.

3) Organização Internacional do Trabalho (OIT): O tratamento em relação à prostituição dado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) ganha um aspecto diferente em relação ao tratamento dado pela UE e AI ao abordar questões de saúde pública, levando em consideração o fomento de políticas de combate e controle a DSTs e AIDS.

⁹ Este trabalho poderia apresentar os inúmeros casos, entretanto, este assunto foge do objetivo principal: A prostituição no Brasil e os percursos acerca do seu reconhecimento. Por curiosidade as outras organizações que mantêm posicionamentos partidários à descriminalização são: Organização Mundial da Saúde (OMS), ONU Mulheres, UNAIDS, a Comissão Global sobre HIV e Direito (GCHIV–UNDP), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW), a Rede Global de Projetos de Trabalho Sexual (NSWP), as Fundações para uma Sociedade Aberta e Anti-Slavery International.

A 99ª sessão da Conferência Geral da OIT, realizada em 2 de junho de 2010 na cidade de Genebra, resultou na publicação da Recomendação de Número 200, reafirmando suas preocupações com as questões relacionadas ao HIV e AIDS. Esta recomendação teve por objetivo somar esforços para alcançar a justiça social e combater a discriminação e o estigma ao HIV, com o intuito de reduzir a economia informal, promovendo o desenvolvimento sustentável e buscando uma melhor forma de enfrentamento da questão com relação ao mundo do trabalho.

O estudo considerou que a discriminação, o estigma¹⁰, a pobreza, os elevados níveis de desigualdade econômica e social, e a ausência de informação e esclarecimento, seriam fatores determinantes para a falta de acesso à prevenção, tratamento, atenção e apoio aos riscos desta enfermidade. Deste modo, grupos socialmente marginalizados, como é o caso dos trabalhadores sexuais, logo, estariam mais suscetíveis a esta condição, ao sofrerem uma maior exposição aos severos impactos da doença.

Neste contexto, as desigualdades de gênero, ao impor uma condição inferiorizada da mulher perante a sociedade, e a falta de legalização da atividade, também estariam estritamente associados a problemas de saúde pública, ao se levar em consideração o eminente risco de contaminação ao HIV/AIDS. O papel de empoderamento da mulher se torna fundamental no processo de formulação e participação em políticas de saúde, medindo ainda esforços para se alcançar a justiça social e combater o preconceito.

Justificando desta forma, a OIT recomendou que o trabalho sexual fosse reconhecido como uma ocupação, de modo que pudesse ser regulamentado de maneira a proteger os trabalhadores e seus clientes. A recomendação ainda incluiu,

¹⁰ Cf. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. 99., 2010, Genebra. **Recomendação sobre o HIV e a Aids e o mundo do trabalho...** Brasília: OIT, 2010. p. 01-39. v. 200. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/hiv_aids/pub/recomendacao_200_277.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017, p. 11: De acordo com a OIT: ““Estigma” quer dizer a marca social que, ligada a uma pessoa, causa normalmente marginalização ou significa obstáculo ao inteiro gozo da vida social pela pessoa infectada ou afetada pelo HIV”; “discriminação” exprime qualquer distinção, exclusão ou preferência que resulte em anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento em emprego ou ocupação, como referido na Convenção e na Recomendação sobre a Discriminação no Emprego e na Ocupação, 1958”.

em seu conteúdo, o acesso não discriminatório aos serviços de saúde e segurança ocupacional para profissionais do sexo, buscando o fortalecimento da prática do sexo seguro e protegido em seus locais de trabalho. Para a Organização, este seria o melhor meio para a redução de vulnerabilidades¹¹, buscando assim aumentar a autoestima e um maior conhecimento do assunto por parte de seus atores, tornando-os parceiros ativos na aplicabilidade da agenda de combate a AIDS, através de estratégias de combate, controle, prevenção e conscientização a este distúrbio.

A adoção de tal posicionamento, ao reconhecer a prostituição como uma atividade laboral, foi um importante passo na busca pela legitimação de seus atores sociais, transformando-os em facilitadores de políticas de saúde pública. Dessa forma, os trabalhadores do sexo poderiam criar e exercer tanto iniciativas individuais como ações coletivas em relação as suas condições econômicas e sociais.

4) Global Commission on HIV and the Law (GCHIV–UNDP): O relatório publicado em julho de 2012 pela Comissão Global sobre o HIV e o Direito¹² (*Global Commission on HIV and the Law – GCHIV–UNDP*) também se mostrou favorável à descriminalização da prostituição. No tópico em que trata a questão dos trabalhadores sexuais (Sex Workers) foi realizada uma análise à aplicabilidade das leis que buscam associar a prostituição a outros problemas sociais, tratando tudo como se fosse um só problema. A presente declaração apresentou o posicionamento da Organização em relação à matéria.

Fazendo duras críticas à “abordagem sueca” – visão defendida por muitos como a mais justa para os profissionais do sexo, pois os tornam vítimas perante a sociedade –, o documento afirmou que este modelo de tratamento vem resultando em graves consequências para os trabalhadores sexuais. Na sua aplicabilidade este sistema abre espaço para a ocorrência de abusos aos direitos humanos fundamentais,

¹¹ Ibid., p. 11: De acordo com a OIT: ““Vulnerabilidade” significa diferença de oportunidades, exclusão social, desemprego ou emprego precário, resultantes de fatores sociais, culturais, políticos ou econômicos que tornam a pessoa mais suscetível de ser infectada pelo HIV ou de desenvolver a Aids”.

¹² Cf. COMISSÃO Global sobre o HIV e o direito. **Riscos, Direitos e Saúde**. Nova Iorque: PNUD, 2012. p. 41-49. Disponível em: <<http://www.hivlawcommission.org/resources/report/FinalReport-Risks.Rights&Health-PT.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017, pp. 3-4: Como curiosidade, a presidência da Comissão estava a cargo do ex-Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

ao dar à polícia ampla liberdade de repressão e ao Estado o apoio legal para a realização de exames médicos compulsórios.

Acredita-se que o contexto de criminalização em conluio com o estigma social torna a vida dos trabalhadores sexuais mais instável, menos segura e mais arriscada a contaminações por HIV. Somada a isto, a falta de uma proteção legal contra a discriminação e aos abusos onde o trabalho sexual é criminalizado criam um eminente ambiente de perigo, fortalecendo uma realidade diária de ameaças e violência tanto por parte de clientes quanto da própria polícia.

O estudo afirmou que o estigma e a criminalização fazem com que os trabalhadores sexuais não tenham acesso a programas de prevenção e cuidados ao HIV. O trabalho na condição de informalidade ainda faz com que os trabalhadores do sexo tenham o acesso reduzido à educação, habitação, aumentando a sua dependência à terceiros, incluindo os proxenetas. Algumas leis não apenas criminalizam o trabalho sexual e as atividades relacionadas a ele, mas também negam aos profissionais do sexo os direitos mais elementares. A constante privação de direitos torna-os propícios a situações de exclusão social e pobreza arraigada. A condição de desvantagem na negociação ao acesso a bens e serviços seria um dos principais fatores que levam à exploração, abusos e a maior vulnerabilidade ao HIV.

Nesta conjuntura, marcada por condições de trabalho e vida desfavoráveis, propensas ao aumento da vulnerabilidade, a cartilha afirmou que os profissionais do sexo seriam grupos mais propensos a infecções por HIV em comparação a outras populações.

A organização considerou relevante a aplicação de sanções penais contra o tráfico de seres humanos e a exploração sexual comercial de menores, entretanto, aponta que as leis acerca do assunto deveriam distinguir, de forma clara, das atividades do trabalho sexual consensual entre adultos.

Baseando-se nas premissas defendidas, em 2010, pela OIT junto a sua recomendação de Número 200 – no qual recomendou o reconhecimento da prostituição como uma ocupação, de modo que pudesse ser regulamentada de maneira a proteger trabalhadores e clientes – e no bem-sucedido modelo de Lei de

Reforma da Prostituição aplicado na Nova Zelândia, no ano de 2003, o relatório defendeu que a descriminalização e a eliminação de provisões penais relacionadas ao trabalho sexual seriam o primeiro passo para melhores condições de trabalho e, por conseguinte, uma menor vulnerabilidade ao risco do HIV.

A organização também fez duras críticas ao modelo de controle e combate ao HIV promovido pelos EUA, através do Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para o Alívio da AIDS (*The President's Emergency Plan For AIDS Relief – PEPFAR*). Todas as organizações fora dos EUA que recebam o seu apoio político e financeiro estão estritamente submetidas às condições de uma agenda antiprostituição, devendo seguir a estratégia de seu patrocinador ao assinar a esta promessa:

O Governo dos EUA é contra a prostituição e atividades relacionadas, que são inerentemente lesivas e desumanizadoras, e contribuem para o fenômeno do tráfico de pessoas. Nenhum dos fundos disponíveis ao abrigo deste acordo pode ser usado para promover ou advogar a legalização ou prática de prostituição ou tráfico sexual¹³.

Esta condição coloca estas organizações num verdadeiro impasse. Caso neguem a assinatura do acordo, o financiamento para a realização de seus projetos é negado. Na situação inversa, a assinatura cria uma condição insustentável, impedindo-as de fomentar parcerias em prol da (re)afirmação social dos profissionais do sexo, impactando ainda nas decisões de se evitar o contágio e a disseminação do HIV.

Por fim, dentro deste contexto, para garantir uma resposta eficaz e sustentável em relação ao HIV/AIDS, em consonância com as obrigações dos Direitos Humanos, a GCHIV–UNDP divulgou algumas recomendações: 1) A reforma da abordagem do trabalho sexual, com a adoção de medidas legais que garantam condições de trabalho mais seguras, o acesso pleno a serviços de saúde e a despenalização do trabalho sexual consentido entre adultos; 2) A revogação de leis proibicionistas em relação ao comércio sexual consentido, com a implementação de medidas que impeçam o assédio policial e a violência contra os trabalhadores do sexo; 3) A proibição de teste

¹³ Cf. COMISSÃO Global sobre o HIV e o direito, op. cit., p. 44.

obrigatórios de HIV e DSTs, pois estes ajudam a aumentar o estigma; 4) O fortalecimento das leis contra o tráfico humano e sua aplicabilidade também nos casos de exploração sexual¹⁴; 5) A aplicação de leis contra todas as formas de abuso e exploração sexual de menores; 6) Propor medidas de revisão e reforma acerca do direito internacional no que se refere a tratamento da prostituição e do tráfico de pessoas; 7) Extinguir políticas vexatórias e punitivas. Criar serviços de apoio e proteção aos envolvidos no métier, com possibilidade de empoderamento comunitário e o desenvolvimento de organizações em prol de seus interesses.

¹⁴ Atentar-se que estas não devem ser usadas contra adultos envolvidos em trabalho sexual consensual.

ANEXOS

ANEXO A – Projetos de Lei voltados à criminalização da prostituição

PROJETO DE LEI Nº 2.169, DE 2003

(Do Sr. Elimar Máximo Damasceno)

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 231-A:

“Contratação de serviço sexual”

“Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:”

“Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.”

“Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 377, DE 2011

(Do Sr. João Campos)

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 231-A:

“Contratação de serviço sexual”

“Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:”

“Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.”

“Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 6.127, DE 2016

(Do Sr. Flavinho)

Altera Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei inclui o artigo 230-A no Código Penal Brasileiro, a fim de penalizar o cliente que contratar, por qualquer meio, pessoa a fim de comercializar o seu próprio corpo para prática de sexo ou afins.

“Art. 230-A. Acordar ou contratar pessoa, por qualquer meio, mediante pagamento ou promessa de recompensa, com intuito de obter conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso.

Pena - detenção, de 6 (meses) a 1 (ano) ano, e multa.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO B – Projetos de Lei voltados à regulamentação da prostituição

PROJETO DE LEI Nº 1.312, DE 1975

(Do Sr. Roberto de Carvalho)

Estabelece medidas dispondo sobre o confinamento da prostituição, controle sanitário, assistência previdenciária e reeducação das prostitutas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O confinamento da prostituição, assim como o controle sanitário, assistência previdenciária e reeducação das prostitutas obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º. Para os efeitos desta lei, considera-se prostituta toda mulher que se dedique habitualmente ao comércio sexual, mantendo relações sexuais com um número indeterminado de pessoas, mediante remuneração.

Art. 3º. A prostituição somente poderá ser exercida em zona urbana ou rural previamente delimitada pelas autoridades estaduais e municipais, que, para esse efeito, observarão critérios a serem estabelecidos em regulamento.

Art. 4º. Nas áreas de confinamento da prostituição, serão instalados postos médicos-sanitários pelos serviços sanitários e de saúde pública estaduais, destinados à profilaxia e terapêutica de moléstias infecto-contagiosas, principalmente as de natureza venérea.

Parágrafo único. Os postos médicos-sanitários de que trata este artigo atenderão, gratuitamente e sem discriminação, homens e mulheres, encaminhando os casos que requeiram hospitalização ou internação aos estabelecimentos especializados.

Art. 5º. Às prostitutas é facultada a filiação ao Instituto Nacional da Previdência Social.

Parágrafo único. O Ministério da Previdência e Assistência Social baixará instruções sobre o cadastramento das prostitutas, assim como sobre o *quantum* e a forma de recolhimento das contribuições devidas ao INPS.

Art. 6º. É instituído o Serviço de Reeducação das Prostitutas, subordinado ao Ministério da Previdência Social e com jurisdição em todo o território nacional.

§ 1º. O Serviço de Reeducação das Prostitutas destina-se a promover a política nacional de controle da prostituição e reeducação das prostitutas, através de programas de readaptação, integração na comunidade e promoção social das reeducadas.

§ 2º. A instalação do órgão de que trata este artigo subordina-se à consignação, no orçamento da União, das necessárias dotações, assim como à criação de cargos e funções, por iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Art. 7º. O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará esta lei, dispondo, inclusive, sobre sua forma de execução e fiel cumprimento.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI Nº 3.436, DE 1997

(Do Sr. Wigberto Tartuce)

Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É livre o exercício da prostituição, observados os preceitos desta Lei.

§ 1º. Considera-se profissional, para os fins desta Lei, aquele que, pessoalmente e mediante remuneração ou vantagem, utilizando-se do próprio corpo, exerce o comércio sexual.

§ 2º. É vedado o exercício profissional, de que trata o caput deste artigo, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 2º. Os profissionais referidos no artigo anterior podem inscrever-se como segurados da Previdência Social, na qualidade de autônomos.

Art. 3º. É obrigatório aos profissionais de que trata esta lei o cadastramento em unidades de saúde e o exame mensal para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Parágrafo único. Os exames referidos no caput deste artigo deverão ser devidamente anotados em cartão de saúde de acompanhamento de doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 4º. O livre exercício da prostituição não autoriza que a atividade seja incentivada ou explorada, mantidas as disposições do Capítulo V, do Título VI, da Parte Especial, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI Nº 98, DE 2003

(Do Sr. Fernando Gabeira)

Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual.

§ 1º. O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual será devido igualmente pelo tempo em que a pessoa permanecer disponível para tais serviços, quer tenha sido solicitada a prestá-los ou não.

§ 2º. O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual somente poderá ser exigido pela pessoa que os tiver prestado ou que tiver permanecido disponível para os prestar.

Art. 2º. Ficam revogados os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 4.244, DE 2004

(Do Sr. Eduardo Valverde)

Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Consideram-se trabalhadores da sexualidade toda pessoa adulta que com habitualidade e de forma livre, submete o próprio corpo para o sexo com terceiros, mediante remuneração previamente ajustada, podendo ou não laborar em favor de outrem.

Parágrafo Único: Para fins dessa lei, equiparam-se aos trabalhadores da sexualidade, aqueles que expõem o corpo, em caráter profissional, em locais ou em condições de provocar apelos eróticos, com objetivo de estimular a sexualidade de terceiros.

Art. 2º. São trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

- 1 – A prostituta e o prostituto;
- 2 – A dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, seminus ou em trajes sumários em boates, dancing's, cabarés, casas de “strip-tease” prostíbulos e outros estabelecimentos similares onde o apelo explícito à sexualidade é preponderante para chamamento de clientela;
- 3 – A garçonete e o garçom ou outro profissional que presta serviço, em boates, dancing's, cabarés, prostíbulos e outros estabelecimentos similares que tenham como atividade secundária ou predominante o apelo a sexualidade, como forma de atrair clientela;
- 4 – A atriz ou ator de filmes ou peças pornográficas exibidas em estabelecimentos específicos;
- 5 – A acompanhante ou acompanhante de serviços especiais de acompanhamento íntimo e pessoal de clientes;
- 6 – Massagistas de estabelecimentos que tenham como finalidade principal o erotismo e o sexo;
- 7 – Gerente de casa de prostituição.

Art. 3º. Os trabalhadores da sexualidade podem prestar serviço de forma subordinada em proveito de terceiros, mediante remuneração, devendo as condições de trabalho serem estabelecidas em contrato de trabalho.

Art. 4º. São direitos dos trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

- a – Poder expor o corpo, em local público aberto definido pela autoridade pública competente;
- b – Ter acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis;
- c – Ter acesso gratuito aos esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de evitar as doenças socialmente previsíveis;

Art. 5º. Para o exercício da profissão de trabalhador da sexualidade é obrigatório registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho.

§ 1º. O registro profissional deverá ser revalidado a cada 12 meses.

§ 2º. Os trabalhadores da sexualidade que trabalham por conta própria deverão apresentar a inscrição como segurado obrigatório junto ao INSS, no ato de requerimento do registro profissional.

§ 3º. Para a revalidação do registro profissional será obrigatório a apresentação da inscrição como segurado do INSS e do atestado de saúde sexual, emitido pela autoridade de saúde pública.

Art. 6º. É vedado o labor de trabalhadores da sexualidade em estabelecimentos que não tenham a autorização das autoridades públicas em matéria de vigilância sanitária e de segurança pública.

Art. 7º. Os trabalhadores da sexualidade poderão se organizar em cooperativas de trabalho ou em empresas, em nome coletivo, para explorar economicamente prostíbulos, casas de massagens, agências de acompanhantes e cabarés, como forma de melhor atender os objetivos econômicos e de segurança da profissão.

Art. 8º. O trabalho na prostituição é considerado, para fins previdenciário, trabalho sujeito às condições especiais.

PROJETO DE LEI Nº 4.211, DE 2012

(Do Sr. Jean Wyllys)

Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.

LEI GABRIELA LEITE

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º. É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º. A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º. É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

Art. 3º. A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

I - como trabalhador/a autônomo/a;

II - coletivamente em cooperativa.

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerça qualquer tipo de exploração sexual.

Art. 4º. O Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual.

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:”

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:”

“Rufianismo

Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.”

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual:”

Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO C – Título VI, Capítulo V do Código Penal**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**
Código Penal.**TÍTULO VI**
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL**CAPÍTULO V**
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE
PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**Mediação para servir a lascívia de outrem**

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005)

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º - Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Casa de prostituição

Art. 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Rufianismo

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º - Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima:

(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 231. (Revogado pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Art. 231-A. (Revogado pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Art. 232. (Revogado pela Lei nº 12.015, de 2009)

ANEXO D – NOVO CÓDIGO PENAL: Título VI, Capítulo V

Tabela 6 – Comparativo CP x PLS nº 236/2012.

Comparativo CP x PLS nº 236/2012	
Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40)	PLS nº 236/2012
<p>Mediação para servir a lascívia de outrem Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena — reclusão, de um a três anos. § 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: Pena — reclusão, de dois a cinco anos. § 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena — reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.</p>	<p>Excluído</p>
<p>Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena — reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. § 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena — reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. § 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena — reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.</p>	<p>Exploração sexual Art. 183. Obrigar alguém a exercer a prostituição ou impedir ou dificultar que a abandone. Pena — prisão, de cinco a nove anos. Parágrafo único. Se a vítima for criança ou adolescente, a pena é aumentada de um terço até a metade.</p> <p>Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual de vulnerável Art. 189. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 12 (doze) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para decidir: Pena — prisão, de quatro a dez anos. §1º Incorre nas mesmas penas: I - quem pratica ato sexual com alguém menor de 18 anos e maior de 12 anos, submetido, induzido, atraído ou exercente da prostituição; II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que ocorram as condutas referidas no <i>caput</i> deste artigo ou no inciso anterior. §2º Na hipótese do inciso II do §1º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.</p>
<p>Casa de prostituição Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena — reclusão, de dois a cinco anos, e multa.</p>	<p>Excluído</p>

<p>Rufianismo Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena — reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena — reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: Pena — reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.</p>	<p>Excluído</p>
<p>Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena — reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. § 2º A pena é aumentada da metade se: I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.</p>	<p>Tráfico de pessoas Art. 469. Promover a entrada ou saída de pessoa do território nacional, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso de quem não tenha condições de consentir por si mesmo, com a finalidade de submetê-la a qualquer forma de exploração sexual, ao exercício de trabalho forçado ou a qualquer trabalho em condições análogas às de escravo: Pena — prisão, de 4 a 10 anos. § 1º - Se o tráfico for interno ao país, promovendo-se ou facilitando o transporte da pessoa de um local para outro: Pena — prisão, de 3 a 8 anos. § 2º - Se a finalidade do tráfico internacional ou interno for promover a remoção de órgão, tecido ou partes do corpo da pessoa: Pena — prisão, de 6 a 12 anos. § 3º - Incide nas penas previstas no caput e parágrafos deste artigo quem agencia, alicia, recruta, transporta ou aloja pessoa para alguma das finalidades neles descritas ou financia a conduta de terceiros: § 4º - As penas de todas as figuras deste artigo serão aumentadas de um sexto até dois terços: I - Se o crime for praticado com prevalecimento de relações de autoridade, parentesco, domésticas, de coabitação ou hospitalidade; ou II - se a vítima for criança ou adolescente, pessoa com deficiência, idoso, enfermo ou gestante. § 5º - As penas deste artigo serão aplicadas sem prejuízo das sanções relativas às lesões corporais, sequestro, cárcere privado ou morte.</p>

<p>Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual</p> <p>Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:</p> <p>Pena — reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.</p> <p>§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.</p> <p>§ 2º A pena é aumentada da metade se:</p> <p>I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;</p> <p>II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;</p> <p>- se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.</p> <p>§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.</p>	
<p>Inexistente</p>	<p>Transgenerização forçada</p> <p>Art. 464. Realizar em alguém, contra a sua vontade, qualquer ato tendente a alterar a percepção social de seu gênero designado pelo nascimento, com o fim de submetê-lo, induzi-lo ou atraí-lo à prostituição ou qualquer forma de exploração sexual:</p> <p>Pena — prisão, de oito a quinze anos.</p> <p>§ 1º Na mesma incorre quem:</p> <p>I - agencia, facilita, hospeda, recruta ou coage a vítima;</p> <p>II - de qualquer modo intermedeia a prática da conduta descrita no <i>caput</i>;</p> <p>III - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, ou que as instiga, consente ou aquiesce.</p> <p>§ 2º A pena é aumentada de um terço a dois terços se o crime for praticado:</p> <p>I - contra menor de catorze anos ou qualquer pessoa que não tenha condições de opor resistência;</p> <p>II - por tutor, curador ou qualquer outra pessoa que tenha poder ou autoridade sobre a vítima; ou</p> <p>III - por servidor público ou outra pessoa no exercício de função pública.</p> <p>§ 3º As penas deste artigo são aplicadas sem prejuízo das penas relativas à exploração sexual e/ou violência.</p> <p>§ 4º Quem, ainda que não tenha o dever de evitar as condutas descritas no <i>caput</i> e no §1º deste artigo, não comunica à autoridade sua ocorrência:</p> <p>Pena - prisão, de dois a quatro anos.</p>

ANEXO E – Carta Mundial pelos Direitos das Prostitutas



World Charter For Prostitutes' Rights

International Committee for Prostitutes' Rights (ICPR), Amsterdam 1985, Published in Pheterson, G (ed.), A Vindication of the Rights of Whores. Seattle: Seal Press, 1989. (p.40)

Laws

- Decriminalize all aspects of adult prostitution resulting from individual decision.
- Decriminalize prostitution and regulate third parties according to standard business codes. It must be noted that existing standard business codes allow abuse of prostitutes. Therefore special clauses must be included to prevent the abuse and stigmatization of prostitutes (self-employed and others).
- Enforce criminal laws against fraud, coercion, violence, child sexual abuse, child labor, rape, racism everywhere and across national boundaries, whether or not in the context of prostitution.
- Eradicate laws that can be interpreted to deny freedom of association, or freedom to travel, to prostitutes within and between

Carta Mundial Pelos Direitos das Prostitutas

Comitê Internacional pelos Direitos das Prostitutas (CIDP), Amsterdam 1985, Publicado em Pheterson, G. (org.), A Defesa dos Direitos das Prostitutas. Seattle: Seal Press, 1989. (p. 40)

Leis

- Descriminalizar todos os aspectos da prostituição adulta resultantes de uma decisão individual.
- Descriminalizar a prostituição e regular a participação de terceiros de acordo com as normas comerciais comuns. Como as normas comerciais comuns existentes permitem o abuso de prostitutas, normas especiais deverão ser inseridas para evitar o abuso e a estigmatização das prostitutas (autônomas e outras).
- Aplicar as leis penais contra fraude, coação, violência, abuso sexual infantil, trabalho infantil, estupro e racismo mundialmente, quer ocorram ou não em contextos em que ocorra a prostituição.
- Erradicar leis que possam ser interpretadas para negar às prostitutas liberdade de viajar no país ou para o exterior. As

countries. Prostitutes have rights to a private life.

prostitutas têm direito à vida privada.

Human Rights

- Guarantee prostitutes all human rights and civil liberties, including the freedom of speech, travel, immigration, work, marriage, and motherhood and the right to unemployment insurance, health insurance and housing.
- Grant asylum to anyone denied human rights on the basis of a "crime of status," be it prostitution or homosexuality.

Direitos Humanos

- Garantir às prostitutas todos os direitos humanos e liberdades civis, incluindo a liberdade de expressão, locomoção, imigração, trabalho, casamento e maternidade, e o direito ao seguro-desemprego, seguro de saúde e habitação.
- Conceder asilo a qualquer um privado de direitos humanos em função de um "crime de status", seja a prostituição ou a homossexualidade.

Working Conditions

- There should be no law which implies systematic zoning of prostitution. Prostitutes should have the freedom to choose their place of work and residence. It is essential that prostitutes can provide their services under the conditions that are absolutely determined by themselves and no one else.
- There should be a committee to insure the protection of the rights of the prostitutes and to whom prostitutes can address their complaints. This committee must be comprised of prostitutes and other professionals like lawyers and supporters.
- There should be no law discriminating against prostitutes associating and working collectively in order to acquire a high degree of personal security.

Condições de Trabalho

- Não deve haver nenhuma lei que implique o zoneamento sistemático da prostituição. As prostitutas devem ter a liberdade de escolher o seu local de trabalho e residência. É essencial que as prostitutas possam prestar os seus serviços nas condições absolutamente determinadas por elas mesmas, e mais ninguém.
- Deve haver uma comissão para assegurar a proteção dos direitos das prostitutas e à qual as prostitutas possam dirigir suas reclamações. Esse comitê deve ser composto por prostitutas e outros profissionais, como advogados e apoiadores.
- Não deve haver nenhuma lei que impeça as prostitutas de se associarem e trabalharem coletivamente, a fim de adquirirem um alto grau de segurança pessoal.

Health

Saúde

- All women and men should be educated to periodical health screening for sexually transmitted diseases. Since health checks have historically been used to control and stigmatize prostitutes, and since adult prostitutes are generally even more aware of sexual health than others, mandatory checks for prostitutes are unacceptable unless they are mandatory for all sexually active people.
- Todas as mulheres e homens devem ser educados a se submeterem periodicamente a testes de DST. Os exames de saúde, historicamente, têm sido usados para controlar e estigmatizar as prostitutas e, visto que prostitutas adultas são geralmente mais conscientes sobre a saúde sexual do que os outros, é inadmissível a imposição de exames obrigatórios para prostitutas, salvo se obrigatórios para todos os sexualmente ativos.

Services

- Employment, counseling, legal, and housing services for runaway children should be funded in order to prevent child prostitution and to promote child well-being and opportunity.
- Prostitutes must have the same social benefits as all other citizens according to the different regulations in different countries.
- Shelters and services for working prostitutes and re-training programs for prostitutes wishing to leave the life should be funded.

Taxes

- No special taxes should be levied on prostitutes or prostitute businesses.
- Prostitutes should pay regular taxes on the same basis as other independent contractors and employees, and should receive the same benefits.

Public Opinion

Serviços

- Emprego, aconselhamento, serviços jurídicos e habitação para crianças fugitivas devem ser financiados, a fim de prevenir a prostituição infantil e promover bem-estar e oportunidades.
- As prostitutas devem ter os mesmos benefícios sociais que todos os outros cidadãos, de acordo com as diferentes regulamentações em diferentes países.
- Abrigos e serviços para prostitutas em atividade, e programas de treinamento para as prostitutas que desejam deixar a vida, devem ser financiados.

Tributos

- Nenhum tributo especial deve ser cobrado das prostitutas ou do negócio da prostituição.
- As prostitutas devem pagar os tributos habitualmente cobrados de qualquer outro empresário autônomo ou empregado, e devem receber os mesmos benefícios.

- Support educational programs to change social attitudes which stigmatize and discriminate against prostitutes and ex-prostitutes of any race, gender or nationality.
- Develop educational programs which help the public to understand that the customer plays a crucial role in the prostitution phenomenon, this role being generally ignored. The customer, like the prostitute, should not, however, be criminalized or condemned on a moral basis.
- We are in solidarity with workers in the sex industry.

Organization

- Organizations of prostitutes and ex-prostitutes should be supported to further implementation of the above charter.

Opinião Pública

- Apoiar programas educativos para mudar as atitudes sociais que estigmatizam e discriminam prostitutas e ex-prostitutas de qualquer raça, sexo ou nacionalidade.
- Desenvolver programas educacionais que ajudem o público a entender que o cliente desempenha um papel fundamental no fenômeno da prostituição, papel geralmente ignorado. O cliente, como a prostituta, não deve, contudo, ser criminalizado ou condenado em uma base moral.
- Somos solidários aos trabalhadores da indústria do sexo.

Organização

- As organizações de prostitutas e ex-prostitutas devem ser apoiadas para a implementação da carta acima.

ANEXO F – Carta de Princípios da RBP

Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas

A Rede considera a prostituição uma profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos.

A Rede é contra: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em consonância com a legislação brasileira.

A Rede repudia: a vitimização das prostitutas; o controle sanitário de prostitutas; e combate a criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas; combate a criminalização dos clientes; o oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição, a não ser em casos que envolvam a população em geral; que se associe a prostitutas com a criminalidade; o tráfico de seres humanos.

A Rede defende: a regulamentação do trabalho da prostituta; e promove a auto-organização das prostitutas; promove o acesso aos insumos de prevenção de DST/Aids; o acesso aos serviços de saúde integral; o direito de migração para o trabalho legal; que o trabalho sexual é um direito sexual;

que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas em todos os espaços.

A Rede combate: a discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas.

A Rede atua: em parcerias nos cenários nacional, regional e internacional com outras redes de prostitutas e aliados.

A Rede vê: o turismo sexual como uma forma de trabalho para maiores de 18 anos.

A Rede entende: que a prostituta não vende o seu corpo. Ela presta serviços sexuais.

A Rede recomenda: aos seus integrantes a realização de encontros municipais, estaduais e nacionais.

Critérios

- Quem pode entrar na Rede:

Associações, núcleos, prostitutas e grupos de prostitutas que respeitem os princípios desta Carta.

A Rede pode convidar pessoas que contribuam e respeitem esta Carta.

Para entrar na Rede e na lista eletrônica é necessário ser indicado por grupo já integrante.

- Quem não pode entrar na Rede:

Entidades ou empresas dirigidas ou controladas por cafetinas, cafetões e/ou outros exploradores da prostituição.

Associações, grupos e individuais que não respeitem os princípios desta Carta.

UMA IDEIA SOBRE “CARTA DE PRINCÍPIOS DA RBP”

ANEXO G – Infográfico: Atual Composição da Câmara dos Deputados

Figura 17 – Infográfico: Composição da Câmara dos Deputados.

